



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS,
LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“ENTÃO, MENINA, A MARCHA É LIBERTADORA”: PELA VIDA DAS
MULHERES E PELA AGROECOLOGIA - PB**

Laís de Oliveira Neves

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Veiga
Linha de Pesquisa: História e Cultura Histórica

JOÃO PESSOA – PB
NOVEMBRO – 2022

“ENTÃO, MENINA, A MARCHA É LIBERTADORA”: PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA – PB

Laís de Oliveira Neves

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de PósGraduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Veiga

Linha de Pesquisa: História e Cultura Histórica

JOÃO PESSOA – PB

NOVEMBRO – 2022

**“ENTÃO, MENINA, A MARCHA É LIBERTADORA”: PELA VIDA DAS
MULHERES E PELA AGROECOLOGIA – PB**

Laís de Oliveira Neves

Dissertação de Mestrado avaliada em 15/12/2022 com conceito APROVADA

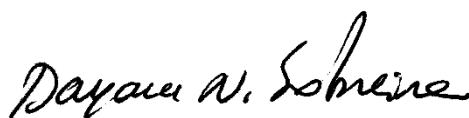
BANCA EXAMINADORA



Prof^a Dra. Ana Maria Veiga
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
Presidente - Orientadora



Prof.^a
Dra. Susel Oliveira da Rosa
Programa de Pós-Graduação em História – UEPB Examinadora
Titular Externo



Prof.^a Dra. Dayane Nascimento Sobreira
Departamento de História – UEPB
Examinadora Titular Externo

Prof.^a Dra. Telma Dias Fernandes
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
Suplente Interna

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N518e Neves, Laís de Oliveira.

"Então, menina, a marcha é libertadora" : pela vida das mulheres e pela agroecologia - PB / Laís de Oliveira Neves. - João Pessoa, 2022.
109 f. : il.

Orientação: Ana Maria Veiga.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Agroecologia - Mulheres rurais. 2. Feminismo decolonial. 3. Ecofeminismo. I. Veiga, Ana Maria. II. Título.

UFPB/BC CDU 631.95-055.2(043)

Vou aprender a ler
Para ensinar minhas camaradas

RESUMO

Este trabalho apresenta a alternativa feita por mulheres rurais que fogem da lógica desenfreada e mortífera do heteropatriarcado. Através da Agroecologia, tais mulheres lutam pelo direito de existir. Com objetivo de apresentar o protagonismo sócio-histórico da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia – PB, esta dissertação segue dividida em três capítulos, para além do capítulo introdutório. No segundo capítulo, apresento, mediante o feminismo decolonial, uma genealogia dos movimentos de mulheres rurais na Paraíba, com o suporte teórico de autoras como Alves (2017), Duarte (2014), Ferreira (2010), Serrano (2014) e Sobreira (2017), assim como as ações políticas sociais do Polo da Borborema. Já no terceiro capítulo, discuto sobre a Agroecologia e os seus diálogos junto ao ecofeminismo, por meio das teóricas King (1997), Kunhen (2017), Salleh (1994), Shiva (1993), Silliprandi (2018) e Warren (2000). Por fim, no quarto capítulo, apresento os resultados obtidos na pesquisa digital junto à Assessoria Serviços e Agriculturas (ASPTA), assim como as entrevistas feitas com mulheres que participam da - e constituem a - Marcha, buscando perceber as memórias históricas, as escrituras e os traços culturais que se manifestam.

Palavras-chave: Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia; Feminismo decolonial; Ecofeminismo; Mulheres rurais.

ABSTRACT

This work presents the alternative made by rural women who flee from the unbridled and deadly logic of heteropatriarchy. Through Agroecology, these women fight for the right to exist. With the aim of presenting the socio-historical role of the March for the Life of Women and Agroecology - PB (20152020), this dissertation is divided into three chapters, in addition to the introductory chapter. In the second chapter, I present, through decolonial feminism, a genealogy of rural women's movements in Paraíba, with the theoretical support of authors such as Alves (2017), Duarte (2014), Ferreira (2010), Serrano (2014) and Sobreira (2017), as well as the social political actions of the Polo da Borborema. In the third chapter, I discuss Agroecology and its dialogues with ecofeminism, through the theorists King (1997), Kunhen (2017), Salleh (1994), Shiva (1993), Silliprandi (2018) and Warren (2000) . Finally, in the fourth chapter, I present the results obtained in the digital survey with the Assessoria Serviços e Agriculturas (ASPTA), as well as the interviews with women who participate in - and constitute the - March, seeking to understand the historical memories, the self-writings and the cultural traits that manifest themselves.

Keywords: March for Women's Lives and Agroecology; Decolonial feminism; Ecofeminism; Rural women.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMB	Articulação de mulheres brasileiras
AMPEP	Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba
ARCA	Associação de Resistência das Rendeiras
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária
FUNDAC	Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente
LGBT	Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MMT	Movimento de Mulheres Trabalhadoras
MMTR/PB	Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia

NEABI-CG	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Cidade de Campina Grande - Paraíba
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDHC	Projeto Dom Helder Câmara
PL	Projeto de Lei
ProjetAH	Grupo de Pesquisa História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões
PSB	Partido Socialista Brasileiro
REDEH	Rede de Desenvolvimento Humano
RSEDUP	Serviço de Educação Popular da Diocese de Guarabira/PB
SEMDH/PB	Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba
SPM/PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URNE	Universidade Regional do Nordeste
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa do Território da Borborema.....	37
Figura 2	Agricultura Ligória.....	43
Figura 3	Mapa das Relações da Agroecologia.....	47
Figura 4	Site da AS-PTA.....	61
Figura 5	Biblioteca.....	62
Figura 6	Teatro.....	64
Figura 7	Mulheres no Palco.....	65
Figura 8	Marchando.....	66

SUMÁRIO

1	SEGUINDO CAMINHOS	11
1.1	Mulheres na Paraíba	13
2	FEMINISMOS E DECOLONIALIDADE: UMA GENEALOGIA DOS MOVIMENTOS DE MULHERES DO CAMPO DA PARAÍBA	18
2.1	Decolonialidade para quê? 18	25
2.2	No campo das mulheres	35
2.3	Me deixa ser quem sou	35
3	FEMINISMOS NO PLURAL: “SEM FEMINISMOS NÃO HÁ AGROECOLOGIA”	45
3.1	Diálogos da Agroecologia	47
3.2	Mulheres + Natureza + Feminismos = Ecofeminismo	49
4	PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA	59
4.1	“Dando uma voltinha” na Biblioteca da ASPTA	60
4.2	Então, menina...	66
5	FINALMENTES	76
	REFERÊNCIAS	78
	LIAMBA	88
	APÊNDICE B – FALA MARGARIDA	98
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA	109

1 SEGUINDO CAMINHOS

Minha caminhada enquanto historiadora começa na busca pela compreensão das relações étnico-raciais na Paraíba, durante o curso de Graduação em História e por meio do contato com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Cidade de Campina Grande – Paraíba (NEABI-CG). Durante os debates de temas como identidade raça, identidades étnicas, quilombos e comunidades quilombolas, surgiram indagações acerca da constituição/construção das comunidades quilombolas na Paraíba.

A participação nas extensões do NEABI - CG e como pesquisadora no Projeto de Iniciação Científica (PIBIC–UEPB) *Territórios e Identidades, Falas e Escutas: O difícil caminho de construção de uma comunidade quilombola* foram fundamentais para o contato significativo com estudos sobre as populações negras que procuravam entender os espaços das identidades étnicas, mais especificamente as comunidades remanescentes de quilombos da Paraíba, tais como a comunidade de Caiana dos Crioulos e a Comunidade Quilombola do Grilo.

Ser bolsista do PIBIC me proporcionou participar de alguns congressos nacionais e internacionais, seminários de História, simpósios e colóquios da temática étnico-racial, assim como sobre Educação em História, Ensino de História, Gênero e Sexualidade, entre outros. Tais estudos plantaram sementinhas com o florescimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *De Quilombos a Quilombolas: As identidades étnicas na Comunidade Quilombola do Grilo - PB*. Assim, com intuito de seguir minha carreira nessa perspectiva dos estudos contracoloniais, atentei sobre resistências, resistências quilombolas, além do movimento de mulheres negras e não negras no estado da Paraíba.

Em 2019, tive o prazer de participar da disciplina *Mulheres Negras na Diáspora* como aluna especial, ofertada pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba e que proporcionou o enriquecimento teórico-metodológico da construção do meu projeto de Mestrado. O fato de vivenciar a pandemia da Covid-19 em 2020, dentro de um governo genocida e marcado por mortes diárias, gerou impactos significativos na vida das pessoas, uma vez que muitas perderam familiares, amigas/os ou até mesmo chegaram a uma situação de saúde complicada – física ou psíquica.

Se a saúde ficou precária, a economia também. Muitas amigas tiveram suas bolsas de pesquisa cortadas - no meu caso, não tive nem perspectiva de bolsa de mestrado -, algumas foram obrigadas a enfrentar um ônibus lotado para sustentar suas famílias, muitas perderam o emprego – novamente, o meu caso -. Ainda assim, consegui permanecer em quarentena total

durante cinco meses, quando comecei a ler mais sobre soluções ambientais, mundos de equilíbrio ecossistêmico, feminismos plurais e ecofeminismos.

Em 2020, o contato com o Grupo de Pesquisa História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões (ProjetAH) me possibilitou entender mais sobre as perspectivas decoloniais e me aprofundar no debate acerca da movimentação dos feminismos plurais e interseccionais, assim como sobre a temática dos Sertões dentro do Brasil. Vale salientar a importância de cada reunião, evento, conversa, vivência. Integrar o ProjetAH me fez crescer academicamente, na produção intelectual, na participação de eventos, debates e reuniões, assim como seguir esta pesquisa e ter êxito no exame de qualificação.

Em 2021, fui bolsista do programa Ouse Criar, da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado (FAPESQ). Tive a oportunidade de estudar a comunidade Porto do Capim – PB, situado na cidade de João Pessoa - PB, a partir da qual desenvolvi atividades de pesquisa e de história sobre o patrimônio histórico da cidade de João Pessoa - PB. Ser bolsista foi fundamental para continuar a conciliar a pesquisa junto à escrita da dissertação.

Ao fim da pesquisa da FAPESQ, em 2022, e com o retorno das atividades presenciais, voltei à minha cidade natal no interior do estado de Pernambuco, Santa Cruz do Capibaribe¹, e comecei a trabalhar com atividades manuais, na produção de roupas. Isso me ocasionou um distanciamento significativo com a comunidade acadêmica. Gostaria de frisar o quanto foi difícil seguir com esta pesquisa diante da minha vulnerabilidade socioeconômica. “*Certificados não pagam contas*”. A pesquisa é um trabalho, ela precisa ser reconhecida. É trágico o desmonte da educação que vivenciamos hoje², as possibilidades de seguir um sonho de carreira acadêmica vindo de uma família de proletários parece inalcançável. Sem bolsas, sem assistência estudantil, onde vão parar as mestrandas? Não quero cair em um pessimismo, mas trago essas palavras entaladas na garganta como denúncia da situação horrível que vivenciamos atualmente em nosso país.

¹ Santa Cruz do Capibaribe - PE está localizada no agreste de Pernambuco, conhecida popularmente pela sua produção em larga escala de roupas, em jeans, algodão dentre outros materiais.

² “Insustentável”, dizem reitores após bloqueio de R\$ 2,4 bilhões da educação federal. Presidente não esconde desejo de inviabilizar Universidades públicas. Para ver mais: <https://sintrajufe.org.br/ultimas-noticiasdetalhe/insustentavel-dizem-reitores-apos-bloqueio-de-r-24-bilhoes-da-educacao-federal-bolsonaro-naoesconde-desejo-de-inviabilizar-universidades-publicas/>.

1.1 Mulheres na Paraíba

Pensar a história das mulheres no estado da Paraíba é entender sua luta cotidiana pelo direito de viver longe da violência estrutural do patriarcado, que se manifesta de inúmeras formas, seja dentro ou fora de suas casas. As ações coletivas – canônicas, liberais, sindicalistas e ecofeministas - que reúnem mulheres em grupos são fator transformador na esfera social para reivindicação e obtenção de seus direitos civis. Considero a década de 80 do século passado como marcador de momentos históricos, a começar pela Constituição Federal em 1988 e pela inserção das mulheres na luta política e na inclusão dos Movimentos Sociais.

A Paraíba é cenário de mulheres na cena política rural, a exemplo das Ligas Camponesas, com as figuras de Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves, Maria da Penha e outras mulheres que abraçarei ao longo da dissertação. Sobreira (2017) discute como o feminismo insurge no estado da Paraíba conectado às lutas sindicais, citando os grupos iniciais de mulheres, como o Grupo Feminista Maria Mulher (1979) e o Grupo de Mulheres de Campina Grande (1982), que desenvolveram atendimento direto a esses movimentos, e, em seguida com o desdobramento dos pioneiros, desenvolveram assistências à reestruturação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Paraíba (MMTR/PB).

O MMTR/PB é crucial na ação das mulheres e na garantia dos seus direitos. É nesse movimento que mulheres do campo vão para a luta para garantir o acesso à documentação das trabalhadoras do campo. Especialmente durante o período de 1997 a 2001, o movimento realizou ações e mutirões de documentações em diversos municípios, organizados no interior da Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (BRASIL, 2007).

Muitas mulheres, construindo Movimentos Sociais, organizaram-se em marchas pelas cidades do Brasil contra as violências de gênero, raça e classe. Como exemplo, temos a Marcha das Margaridas³, a Marcha das Mulheres Negras⁴ e a Marcha pela Vida das Mulheres e pela

³ A Marcha das Margaridas, iniciada nos anos 2000, destina-se a combater a pobreza e a violência de gênero, além de homenagear a pessoa de Margarida Maria Alves. Em suas últimas realizações, reuniu mais de 70 mil mulheres nas ruas de Brasília (SOS CORPO, 2011).

⁴ A data marca o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e o Dia Nacional da Mulher Negra, criado no Brasil em homenagem à quilombola Teresa de Benguela. “Estamos juntas e unidas lutando por nós, por todas nós, pelo Bem Viver e contra o genocídio do povo preto, dos povos indígenas, de LGBTQIA+ e contra todas as formas de opressão” (MMNSP, 2020, p. 1).

Agroecologia-PB, sobre a qual iremos conversar “um bocado”⁵ ao longo deste trabalho. Freire (2000) destaca que a marcha representa um importante momento para denunciar e dar visibilidade às desigualdades de gênero no campo. Dessa forma, investigaremos o

protagonismo sócio-histórico da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, iniciada nos anos de 2010 e realizada convencionalmente no dia 8 de março, no qual se comemora o Dia Internacional das Mulheres. Essa marcha é organizada por mulheres do Polo da Borborema⁶, com pautas que reivindicam autonomia, igualdade, equidade, justiça e o combate ao feminicídio.

A Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia-PB é organizada em redes, através da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)⁷ e do Polo da Borborema, que contém cerca de 150 (cento e cinquenta) associações comunitárias e organizações regionais acerca das invocações da agroecologia e de sistemas ecológicos, com base agrícolas, se afirmando em uma tradição de resistência à conjuntura política adversa da agricultura camponesa. Sobreira (2017) enfatiza como essa marcha tem ganhado projeção crescente, com abrangência semelhante à Marcha das Margaridas em âmbito nacional.

Constituindo-se como uma identidade coletiva protagonizada pelo campesinato, a atuação da marcha tem avanços importantes na defesa da agricultura familiar, com temáticas importantes em consecutivos anos, apresentadas abaixo:

01. Tabela

ANO	TEMA
2018	Contra a Violência da Mulher
2019	Em homenagem a Marielle Franco
2020	Contra o crime do Feminicídio
2021	Sem cuidado não há Vida
2021	Mulheres em defesa do território: A Borborema ecológica não é lugar de Parques Eólicos

⁵ Gíria popular nordestina, com significado semelhante ao advérbio de intensidade “muito”.

⁶ O Polo da Borborema é constituído por uma rede de 15 (quinze) sindicatos de trabalhadores, cerca de 150 (cento e cinquenta) associações comunitárias e 1 (uma) organização regional de agricultores ecológicos, que apoiam redes locais de inovação agroecológica responsáveis por articular mais de 5000 (cinco mil) famílias agricultoras. Pode-se afirmar que o Polo retoma a longa tradição regional de resistência social e de respostas ativas às conjunturas políticas e econômicas adversas à agricultura camponesa (SERRANO, 2014).

⁷ No quarto capítulo, pretendo aprofundar a apresentação da Associação, bem como o acesso aos seus materiais digitais.

Siliprandi (2015) reflete sobre a importância do cenário feminista para os movimentos de mulheres do campo, principalmente em relação à visibilidade das pautas relacionadas à acessibilidade da mulher à terra, ao reconhecimento da sua profissão e à garantia dos seus direitos. Na participação em movimentos sindicais - em associações e grupos de produção - e na formação de espaços de comercialização, elas desenvolveram experiências produtivas

alternativas no nível das suas propriedades, além da fundação de centros de formação, cooperativas, associações etc.

Todos esses grupos vêm se somando aos distintos movimentos para pressionar os governos pela adequação das políticas públicas às propostas das mulheres, ao mesmo tempo em que reafirmam para o conjunto da sociedade a sua especificidade como mulheres, trabalhadoras rurais e produtoras agrícolas (SILIPRANDI, 2015, p. 134).

Quanto ao feminismo rural, Paulilo (2016) atenta para as questões oligopolistas do mercado, que geram pobreza e miséria, e enfatiza o desafio corrente das agricultoras rurais que lutam por intermédio de suas práticas cotidianas. Talvez por estarem inseridas em seu “mundo de vida”, nem sempre os conceitos cunhados ao longo de muitas décadas de hegemonia dos feminismos urbanos conseguem dar conta de explicar o alcance e o sentido de suas metas e conquistas.

No segundo capítulo, intitulado “Feminismos e decolonialidade: uma genealogia dos movimentos de mulheres do campo na Paraíba”, utilizarei como base teórica os apontamentos das Epistemologias do Sul⁸, associados ao feminismo decolonial⁹, com o objetivo de traçar uma genealogia dos movimentos das mulheres rurais/do campo no Brasil de 1980 à atualidade, evidenciando as ações do Polo da Borborema e a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia por meio de sua atuação na vida das mulheres na geografia do campo. Utilizarei, como fio condutor, a pesquisa bibliográfica de cinco dissertações¹⁰ escritas por mulheres na Paraíba, todas disponíveis no Repositório de Teses e Dissertações da Universidade Federal da

⁸ Gomes (2018) discute que a proposta de uma política de emancipação do pensamento colonizante traria consigo uma nova epistemologia, nomeada de Epistemologia do Sul, capaz de valorizar os saberes que resistiram à dominação da colonização e propositiva de uma sociologia das ausências.

⁹ Segundo Lugones (2014, p. 942), o feminismo decolonial consiste nas conexões da categórica entre raça e gênero, pressupondo “uma forma de compreender a pressão das mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista e heterossexualismo”.

¹⁰ Duarte (2014), Ferreira (2010), Serrano (2014) e Sobreira (2017).

Paraíba – UFPB, previamente selecionadas a partir de palavras-chave como: mulheres¹¹ do campo, mulheres camponesas, mulheres rurais e feminismo rural.

No terceiro capítulo, “Mundos equânimes: ‘sem feminismo não há agroecologia’”, pretendo discutir sobre a agroecologia enquanto campo da aprendizagem que também está presente na luta das mulheres camponesas brasileiras e paraibanas. Para Ferreira, é necessário reconhecer a crise ecológica para que assim haja uma libertação do sistema de opressão, sendo

fundamental a união do movimento feminista com o movimento ecológico, pois “sem feminismo não há agroecologia” (2010, p. 30). A autora continua discutindo que:

A ecologia é um assunto feminista desde muitos anos, todavia as semelhanças entre o feminismo e ecologia muitas vezes foram abandonadas pela ciência ecológica, e o alinhamento do movimento feminista ao movimento ecológico representa uma nova visão de mundo, desvinculada da concepção socioeconômica e de dominação (2010, p. 15).

Vandana Shiva, ecofeminista indiana, destaca em uma de suas palestras¹² que o ecofeminismo corresponde a um movimento que identifica no sistema heteropatriarcal¹³ a origem da catástrofe ecológica atual, sendo tanto a natureza como as mulheres alvos de agressões desse sistema mecânico. Nessa perspectiva, o heteropatriarcado denomina-se com a lógica do poder supremo em função do gênero e totalitário da agroindústria, atacando os fundamentos da vida na sua expressão simbólica mais profunda: a fecundidade do ser vivo.

No mesmo capítulo, também discutirei como o ecofeminismo está ligado à luta das mulheres do campo, à conexão desse movimento com a conservação do meio ambiente, incluindo as discussões da ecologia e da agroecologia, pensando as relações como referencial para avaliar em que medida as propostas para a construção de uma sociedade mais condizente com o respeito à natureza e às mulheres no campo da agroecologia se aproximam do cenário rural, histórico e social paraibano. Para isso, me aproximarei de autoras como Vandana Shiva (1993), Emma Siliprandi (2018), Ariel Salleh (1994), Karen Warren (2000), dentre outras.

¹¹ Desta forma, ao me referir às mulheres do campo/rurais/camponesas ao longo da dissertação, farei referência ao cenário rural camponês constituinte de suas vidas.

¹² *Schooling The World: The White Man's Last Burden*. Lost People Films, 2010. Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XLSIgZWNR9M>.

¹³ Heteropatriarcado define um sistema sociopolítico, no qual a heterossexualidade cisgênero masculina tem supremacia sobre as demais formas de identidade de gênero e sobre as outras orientações sexuais. De maneira semelhante, Adrienne Rich (1993) discorre sobre a heterossexualidade compulsória.

No quarto capítulo, cujo título é “‘Então, menina... A marcha é libertadora’”, tomarei o site da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA) enquanto material histórico da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia-PB, através do acesso à sua biblioteca digital. Ao fazê-lo, procurarei destacar as implicações enfrentadas pelas historiadoras ao utilizar a fonte digital como recurso bibliográfico e fazedor histórico, assim como discute Barros (2020, p. 4) ao apresentar as fontes da internet:

Nos dias de hoje, conforme já assinalamos, o mesmo texto que está registrado nas páginas de um livro também pode ser transmitido via Internet, adquirindo uma existência virtual, ou pode ser registrado em CDs e DVDs, assumindo uma existência digital. Não obstante, o que interessa principalmente na fonte textual, quando esta é utilizada pelo historiador, costuma ser essencialmente

o seu conteúdo, ainda que uma reflexão sobre o suporte original de um texto possa ou deva também ser incorporada à análise historiográfica, tal como têm proposto autores como Roger Chartier (1994) e Alberto Manguel (2004) em suas reflexões sobre a modalidade ‘livro’.

Com os desdobramentos da escrita da História na atualidade, a oralidade e a virtualidade são dois exemplos de transmissores substitutivos de suportes materiais bibliográficos. Barros (2020) apresenta que as modalidades básicas de fontes de conteúdo também implicam em diferentes tipos de linguagens que devem ser bem compreendidas e problematizadas. Dessa forma, apresentarei como acessar tal biblioteca para, posteriormente, discutir as ações políticas da Marcha, com subsídio de uma notícia no site, da sua edição de 2022.

Por fim, farei uso do conceito de *escrevivência* da Conceição Evaristo (2005). A *escrevivência*, segundo a autora, trata de observar as multiplicidades que se entrelaçam nos processos de uma escrita-vida, atentando os ouvidos para as diversas identidades e culturalidades. Logo, *escrever* significa entender a existência de um comum constituinte entre autor/a e protagonista da história, com características compartilhadas dos marcadores sociais ou pela experiência vivenciada que, mesmo em localidades diferentes, apresentam objetos/situações semelhantes.

O *escrever* estará presente, neste trabalho, nos relatos de duas mulheres¹⁴ que atuam na Marcha em diferentes perspectivas. Suas falas denunciam a cultura patriarcal e constroem memórias históricas e políticas para as mulheres rurais/do campo/agricultoras. Dentro das casas

¹⁴ Os nomes das entrevistadas não serão divulgados, uma vez que esta pesquisa foi desenvolvida mediante dispensa do Termo de Consentimento – TCLE pela Plataforma Brasil.

ou nas roças, são elas que, pelas formas de denúncia, de resistência e de organização “a partir de suas múltiplas identidades, não se conformam com o destino reservado pelo patriarcado” (SILIPRANDI, 2015, p. 338).

2 FEMINISMOS E DECOLONIALIDADE: UMA GENEALOGIA DOS MOVIMENTOS DE MULHERES DO CAMPO NA PARAÍBA

Eu lavrei e plantei e ceifei nos celeiros e nenhum homem podia me ajudar” [...] Eu pari treze crianças, e vi a maior parte delas ser vendida para a escravidão, e quando eu gritava minha dor de mãe, ninguém me ouvia, a não ser Jesus! E não sou eu uma mulher? (TRUTH apud DAVIS, 2016, p. 41).

Desde uma perspectiva que pensa os feminismos como um conjunto de práticas e reivindicações para a libertação das interações hierárquicas que promovem subalternidades de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, dentre outros marcadores sociais, aprofundarei neste capítulo as Epistemologias do Sul, de maneira atrelada ao feminismo decolonial. Pretendo, com isso, traçar uma genealogia dos movimentos de mulheres rurais no Brasil, dos anos de 1980 até a atualidade, ao passo em que apresentarei o Polo da Borborema e suas implicações na Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia – PB.

Para compreender tais movimentos de mulheres do campo, tomarei como principais aportes teóricos 5 (cinco) dissertações escritas por mulheres na Paraíba, com destaque para Emily Duarte (2014), Ana Paula Ferreira (2010), Julia Serrano (2014) e Dayane Sobreira

(2017), que através de seus estudos trouxeram importantes contribuições acerca da história dos movimentos de mulheres do campo na Paraíba.

2.1 Decolonialidade para quê?

As colunas e vigas do cientificismo e do eurocentrismo, para me utilizar da fábula de um edifício arquitetônico, são sustentadas pelo pensamento de Descartes desde a sua elaboração. O *Discurso do Método* (1637) instaurou uma tradição de pensamento perpetuada e reproduzida com validade universal, sem determinações geopolíticas, mas de unicidade (BERNARDINO COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL 2018). Segundo Dussel (1994), desse processo resultou 150 (cento e cinquenta) anos de domínio e de exploração dos povos africanos e originários¹⁵ das Américas.

O paradigma cartesiano instalou uma profunda ligação entre o conhecimento e o direito à existência. O “penso, logo existo” não esconde apenas a máxima “os outros não pensam”, mas constitui-se em uma negação ontológica que afirma “os outros não existem”, conforme menciona Fanon em *Peles negras, máscaras brancas* (MALDONADO-TORRES, 2007). O privilégio do conhecimento tem como subsídio a negação da existência do outro, compreendendo um universalismo que corresponde às esferas constituintes da vida, como a economia, a política, a estética, a subjetividade e, em especial, as relações com a natureza. Mesmo depois de 500 (quinhentos) anos de história colonial, os modelos de vida importados da Europa ou dos Estados Unidos - nos períodos pós-Segunda Guerra Mundial - são tratados como ápices do desenvolvimento científico humano, exportados para países norte-centro e ao sul global¹⁶, ignorando e inferiorizando outros tipos de organização de mundo (BERNARDINO COSTA; MALDONADO TORRES; GROSGOUEL, 2018).

Discussões como as articuladas por Bernardino Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018) integram os chamados estudos pós-coloniais, caracterizados pelo reconhecimento das relações entre modernidade/colonialidade e que produzem, por sua vez, a superioridade política,

¹⁵ Povos Indígenas/Ameríndios.

¹⁶ Santos nomeia de Sul Global as regiões periféricas e semiperiféricas de países do sistema mundo moderno, denominadas de Terceiro Mundo após a Segunda Guerra Mundial (SANTOS; MENESES, 2013, p. 12).

social e epistêmica do Ocidente em relação ao resto do mundo. Segundo Hall (2015), o pós-colonial trata de um desengajamento, vai contra a síndrome do colonialismo, propondo uma nova reinterpretação da colonização como um processo global, transnacional e transcultural, produzindo, assim, uma reescrita descentralizada e diaspórica das grandes narrativas imperiais.

Sendo assim, a perspectiva pós-colonial se alia à decolonialidade e nos serve para pensar um feminismo latino-americano/feminismo decolonial. Embora não tenha encontrado trabalhos que diferenciem de forma nítida a questão pós-colonial da decolonial, me arrisco a aproximar esses estudos, uma vez que propõem uma narrativa contra-hegemônica, bem como alguns conceitos são recuperados e discutidos pelo feminismo decolonial, como apresentados por Ochy Curiel (2020). Dessa forma, a decolonialidade nos serve para evidenciar as questões entre colonialismo e capitalismo, questionando as narrativas da historiografia que se reconfiguram a partir dos modelos de hierarquias sociais.

O projeto decolonial resultou do encontro de intelectuais e ativistas latino-americanos, situados em diferentes universidades do mundo, preocupados em tecer críticas à tradição das Ciências Sociais e Humanidades na América Latina e no Caribe. O conceito de decolonialidade,

cunhado por esses estudiosos, foi recuperado pelo chamado feminismo decolonial no intuito de tecer novas compreensões acerca das relações globais e locais, assim como as problemáticas em torno da colonialidade do poder, apresentadas anteriormente nos estudos pós-coloniais por Anibal Quijano (CURIEL, 2020).

Quijano (2000) aponta para a colonialidade do poder e suas implicações nas relações sociais de dominação e exploração, no controle dos recursos naturais, na subjetividade e no sexo, padrão que se estabelece através da imposição geocultural acerca da raça/etnia. María Lugones (2008), importante intelectual latino-americana, argentina, integrante do grupo de autoras decoloniais, contribui para pensar a colonialidade do poder e ressalta que a sua configuração não se limita à raça/etnia, mas abrange também o gênero e, com ele, a heterossexualidade.

A herança colonial produz um movimento alienante sobre o saber/poder/ser que sobrevaloriza, ignora, exclui e silencia os que não se encaixam, ou seja, as/os outras/os. Dessa forma, a colonialidade do poder corresponde a um lado massificador e estrutural que se espalha pelo mundo através da modernidade ocidental. Não só a colonialidade do *poder*, mas também a do *saber* e do *ser*. A colonialidade do saber, por exemplo, problematizada por Edgardo Lander (2000), corresponde à racionalidade técnica e científica que legitimou uma epistemologia

histórica, a qual determina que tipo de conhecimento pode ser considerado válido, excluindo mulheres indígenas, afrodescendentes, populares, lésbicas, camponesas, rurais etc.

Importantes teóricas ao sul global também contribuem para as análises da colonização, como é o caso das indianas Chandra Mohanty (2008), ao apresentar as problemáticas da colonização discursiva, e Gayatri Spivak (2010), que discute sobre a violência epistêmica. Ambas criticam a generalização da mulher terceiromundista, do sul global, como unicamente vítimas e desprovidas de saber. Lugones (2008), ao problematizar o conceito de feminismo decolonial, aponta para as multiplicidades às quais correspondem os saberes e as mulheres e afirma que as “mulheres são e representam de diferentes formas” (2008, p. 71), sendo o feminismo decolonial parte desses feitos histórico-sociais das feministas, *chicanas*, mulheres pobres, feminismo autônomos, indígenas e que estão contra a cultura hegemônica de uma universalização classista e heterossexista da mulher.

A autora ainda destaca que tanto nas Américas como no Caribe, foram transportadas bases de dicotomias hierárquicas que qualificam o humano e o não humano, acompanhadas por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquelas entre homens e mulheres. Mesmo que tais distinções fossem carregadas de misoginia com a mulher branca, visto que o homem eurocêntrico é chamado de “portador do conhecimento científico legítimo” do sistema heteropatriarcal, a mulher branca burguesa ainda estava cercada dos aparatos de classe, o que validava a sua humanidade, diferentemente das mulheres indígenas e africanas, classificadas como espécies não humanas – animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens (LUGONES, 2008).

Compreendendo as particularidades e as multiplicidades das identidades negras e brancas no sistema heteropatriarcal colonial, Davis (2016) ressalta a participação de mulheres brancas no movimento antiescravista e que, embora tenham colaborado importantemente no seio da indignação contra as surras e as violências sexuais, não conseguiam compreender a complexidade da situação da vida da mulher negra sujeita à escravização.

A epígrafe deste capítulo, resgatada por Davis (2016) e hoje citada por diferentes autoras¹⁷ norte-americanas e brasileiras, trata do pronunciamento de Sojourner Truth em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres, acontecido no estado de Akron, Ohio, nos Estados Unidos. Ao ouvir uma fala acerca de uma “mulher universalmente criada” dita por um homem

¹⁷ Dentre elas, bell hooks, Patricia Hill Collins, Carla Akotirene, Giovana Xavier e Ana Maria Veiga.

branco, Truth comunicou, em alto e bom tom, o discurso conhecido e reivindicado pelo movimento feminista negro hoje: “E não sou eu uma mulher?”.

Aquele homem ali diz que mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens e a passar por uma poça de lama e a ter o melhor lugar onde quer que esteja. Ninguém nunca me ajuda a entrar em carruagens, ou a passar por poças de lama, ou me dá qualquer melhor lugar! E não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! Eu lavrei e plantei e ceifei nos celeiros e nenhum homem podia me ajudar! E não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar mais e comer mais do que um homem – quando pudesse ter comida – e suportar o chicote também! E não sou eu uma mulher? Eu pari treze crianças, e vi a maior parte delas ser vendida para a escravidão, e quando eu gritava minha dor de mãe, ninguém me ouvia, a não ser Jesus! E não sou eu uma mulher? (TRUTH, 1851 apud VEIGA, 2020, p. 6).

O discurso de Truth rompeu com o silenciamento de anos de exploração e, em 1851, já realizava a análise dos cruzamentos das relações da raça, do gênero e da classe. O feminismo negro é fundamental para se pensar tais cruzamentos, visto que propõe uma luta antirracista, antissexista, interclassista. Kimberlé Crenshaw ¹⁸ (2002) direciona o conceito de interseccionalidade, explorando as várias maneiras pelas quais raça e gênero se cruzam para moldar os aspectos estruturais, políticos e representacionais da violência contra as mulheres negras. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.

Crenshaw (2002) trata, especificamente, da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Patricia Collins (2019) ressalta a importância das ações das feministas negras norte-americanas, pensando a partir de uma teoria crítica social que dá visibilidade às experiências das mulheres que enfrentam diversos marcadores sociais, interseccionais, assim como a dialética opressiva. As ações das mulheres negras configuram-se novos meios para a produção de arte, de conceitos, de debates, da pesquisa científica, da escrita literária¹⁹ e uma nova abordagem epistemológica.

¹⁸ A autora foi responsável pela primeira sistematização do conceito de interseccionalidade, em 1989.

¹⁹ Maria Firmina dos Reis foi a primeira mulher a publicar um romance no Brasil, *Úrsula*, do ano 1859, considerado precursor da temática abolicionista na literatura brasileira. Carolina Maria de Jesus, escritora e poetisa brasileira, conhecida por sua obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960), denuncia a desigualdade social, a fome e o racismo brasileiro.

A demarcação das diferenças no Brasil é visivelmente caracterizada pelo seu passado colonial. De acordo com Carneiro (2011), a violência colonial dos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas junto à miscigenação resultaram na construção de uma identidade nacional, estruturando o mito da democracia racial latino-americana.

Lélia Gonzalez²⁰, reconhecida intelectual negra brasileira, precursora das discussões sobre racismo estrutural e estudos da psicanálise no Brasil, representou importante ativismo ao longo dos anos 1970 a 1990, levantando conceitos como *amefricanidade*, *América Ladina* e *amefricano/a*, propondo que a América seria mais africana do que latina, além de entrelaçar a desigualdade racial e social brasileira com as formações inconscientes, mesmo que não cunhe esse termo, colonialidade do poder (QUIJANO, 2000), torna possível perceber as influências coloniais que operam na negação das nossas origens indígenas e africanas.

Gonzalez (2011) aponta a *neurose* do racismo e do sexismo no cotidiano da mulher negra, assim como nas raízes epistemológicas. Com uma escrita contra-colonial, através do que denomina o *pretoquês*, reafirma características da língua dos Quimbundos, que correspondem a traços marcantes no vocabulário brasileiro. Propondo uma América Ladina e um feminismo afro-latino-americano, Gonzalez (apud RODRIGUES, 2020, p. 1) reconhece como o sistema colonial tem heranças profundas no saber, poder e fazer: “O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento”.

Assim, pensar sobre os feminismos latino-americanos significa reconhecer a importância de mulheres concretas sul-americanas, como Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, contrastando com a perspectiva de unicidade em torno da categoria abstrata, irreal, de uma mulher universal (branca e indefesa). Nessa direção, o feminismo decolonial integra a prática política que questiona, reivindica e parte para ações políticas coletivas. Segundo Curiel (2020), o feminismo decolonial faz uma revisão e, junto à crítica às bases fundamentais dos feminismos, compreende uma proposta emancipadora para todas as mulheres.

Ochy Curiel (2020) apresenta a afro-dominicana, lésbica, feminista autônoma e decolonial Yuderkys Spinosa que, ao caminhar na sistematização do feminismo decolonial, anuncia a importância da maturação e da revisão das teorias políticas do feminismo ocidental

²⁰ Também Fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU) (RODRIGUES, 2020).

branco e burguês. Por meio de uma visão binária e heterocêntrica, tal feminismo generaliza os problemas enfrentados junto ao gênero, como é caso do classicismo, do heterossexismo, da geopolítica, da raça/etnia.

Em discussão com Spinosa, a autora anuncia os conceitos e as teorias-chave da perspectiva decolonial a partir de autoras e autores que contemplo, também, neste texto (LUGONES, 2014; COLLINS, 2019; CRENSHAW, 2002). São elementos teóricos que revisam e criticam, o essencialismo do feminismo do Norte Global, apresentando os questionamentos sobre a política de identidade através da categoria “mulher”, da mesma maneira em que aferem sobre a violência epistêmica e lançam possibilidades estratégicas de produção de conhecimento a partir das mulheres terceiromundistas, latino-americanas, afrodescendentes e indígenas.

Pensar as mulheres do campo/rurais/camponesas no Brasil, através da lógica decolonial, também significa propor uma produção de conhecimento que reconheça as problemáticas enfrentadas por elas, entrelaçadas com as questões geopolíticas de raça, classe e sexualidade. O classicismo integra uma característica matriz nas histórias das mulheres rurais, uma vez que a divisão social do campo corresponde a uma herança colonial e de luta pelo território. A terra, enquanto objeto de poder, tem sido uma disputa frequente nas comunidades tradicionais, sejam elas indígenas, remanescentes de quilombos, camponesas ou comunidades rurais. O direito à terra no Brasil tem marcas históricas da Lei de Terras de 1850, com a monopolização do território pelo império junto a grandes latifundiários, hoje herdado pela agroindústria.

Além disso, as questões relacionadas à terra, no caso das mulheres rurais, estão atreladas aos movimentos para conquista dos direitos de cidadania. Até poucas décadas, a titulação da terra somente poderia ser destinada a homens. Segundo Melis (1979), o feminismo na América Latina adquiriu força através da luta pelo acesso/direito à terra, quando mulheres camponesas se reuniram e criaram movimentos sociais que, até hoje, defendem a terra como lugar de libertação e autonomia, cultura, espiritualidade, produção e reprodução de suas vidas.

De acordo com Seibert (2019), o feminismo camponês observa as diferentes lógicas de percepção sobre o uso da terra e de modelo de desenvolvimento para o campo. De um lado, a perspectiva agroecológica, indígena, quilombola, que compreende a permanência na - e o uso da - terra como meio para a produção de alimentos e para a subsistência; e, do outro, a ótica do capital agrário, em que há uma intensa e agressiva exploração e extração de recursos para geração de lucros e mercadorias.

O Brasil, mesmo após a abolição, continuou e continua a utilizar as relações de trabalho semelhantes ao rastro da escravização, tendo a divisão do trabalho outros contornos de acordo com seus recortes de raça, classe e gênero, como discutido acima. Davis (2016) afirma, ainda nos anos 1980, que o trabalho doméstico chegou a custar em média quatro a cinco mil horas de trabalho ao ano: “*E aí? Cumé que a gente fica?*”²¹.

A exclusão pelo não direito à voz camufla a verdadeira face do trabalho, além da geração de renda. A mentalidade de que a “mulher tem que ser dona de casa” constrói uma dupla jornada de trabalho, em sua maioria negligenciado e não remunerado. Segundo Saffioti (2013), a força de trabalho das mulheres situa-se em uma constante relação dialética, uma vez que a sociedade capitalista constrói um arquétipo de mulher que executa simultaneamente um trabalho que só gera trabalho, não mercadoria, sendo esse trabalho contínuo e sem possibilidade de fim. Nesse contexto, “[...] o sexo opera como fator de discriminação social enquanto perdura-se o modo de produção baseado na apropriação privada dos meios de produção” (SAFFIOTI, 2013, p. 61).

Ou seja, para Saffioti (2013), no sistema capitalista a mulher é apropriada pela lógica de exploração produtiva. Se ela não produz o “produto”, ela não produz valor. As tarefas e os afazeres domésticos são considerados como manutenção da vida e da família, responsabilizando e deslegitimando a sua mão de obra através de uma alienação moral e subjetiva. Toledo (2008, p. 152) discute como a sociedade burguesa utilizou-se das características fisiológicas das mulheres para marginalizá-las no trabalho fora de casa.

As diferenças naturais entre homens e mulheres em relação à potência física foram transferidas para todos os âmbitos da vida humana”, mesmo quando o trabalho não era braçal, constituíram uma identidade de “fragilidade” menosprezando a capacidade inventiva, intelectual e produtiva das mulheres.

Se as mulheres burguesas de Simone de Beauvoir (2009), após a Revolução Industrial, enfrentavam a ideologia da feminilidade e uma disputa no que concerne ao acesso ao mercado de trabalho no âmbito público, as mulheres negras trabalhavam com jornadas exaustivas no serviço doméstico, mal remunerado²².

Não só nos centros urbanos, mas principalmente no campo reproduziram-se semelhantes e ainda mais intensas formas de exploração das mulheres. A casa, os filhos e o roçado são

²¹ Parafraseando Lélia González (1984).

²² Em 2009, no Brasil, cerca de 7,2 milhões trabalhavam no serviço doméstico, sendo 93% mulheres. Desses, 61,6% eram mulheres negras (OIT, [2010]).

jornadas exaustivas de trabalho que se concretizaram no cotidiano das mulheres do campo. De acordo com Duarte (2014), os trabalhos desenvolvidos nesse espaço reproduzem uma hierarquização sobre a participação delas no âmbito público que é, muitas vezes, controlada pelos maridos.

No sindicalismo rural, o discurso se assemelha e propaga a deslegitimação dos trabalhos protagonizados pelas mulheres, desconsiderando suas triplas jornadas de trabalho no campo e os afazeres domésticos, inferiorizando suas participações em organizações de movimentações políticas sindicais. Como afirma Carvalho (2005, p. 3), ao traduzir o pensamento machista correspondente, “o sindicato não é o lugar de mulher, muito menos cabe a ela entender seu funcionamento”. No entanto, mesmo com todos os obstáculos do heteropatriarcado físico e estrutural, importantes mulheres fazem parte da construção histórica dos movimentos sindicais na Paraíba, representando protagonismo sócio-histórico na luta contra as desigualdades do campo e pela busca de direitos civis para as mulheres rurais.

2.2 No campo das mulheres

Nesta subseção, objetivo construir uma genealogia do movimento de mulheres no campo, sem pretender incorrer na elucidação de figuras heroicas, idealizadas ou simplesmente vitimizadas pelo sistema, muito menos fazer uma explanação detalhada de cada manifestação ocorrida dentro do estado como marcador temporal. Compreendo a movimentação das mulheres do campo como uma ação contínua de luta e resistência, sendo impossível mensurar em um capítulo todas as práticas de resistências ocorridas em função dessa história. No entanto, acredito ser possível traçar uma genealogia²³ a partir das movimentações das mulheres nos

movimentos sindicais, nos movimentos trabalhistas e nas marchas sociais dos anos 1980, com as suas devidas repercussões na atualidade.

A história do sindicalismo brasileiro dá os seus primeiros passos a partir do século XX. No espaço rural, os sindicatos começaram a se manifestar, através do seu reconhecimento, em 1940, por meio do Decreto-Lei 7.038/44²⁴. Já em 1950, com as transformações na organização

²³ Segundo Foucault (1979), o trabalho do genealogista é o de demorar-se sobre os documentos que narram o cotidiano e os detalhes considerados banais, aparentemente ausentes de história. Trata-se da constituição de um saber histórico das lutas e da utilização desse saber nas táticas atuais.

²⁴ Da legitimidade às organizações de trabalhadores rurais em sindicatos.

econômica, social e política do Brasil, ocorreram repercussões significativas nos diferentes níveis federativos acerca dos direitos à terra. É nesse contexto que se consolida o movimento das Ligas Camponesas²⁵ (DUARTE, 2014).

Ainda nos anos 1960, novas entidades foram criadas no intuito de organizar as questões do trabalho e da terra, tais como o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Nesse momento, ganharam maior visibilidade e destaque os direcionamentos e as organizações rurais (RAMOS, 2005).

Seibert (2019) aponta para o desenvolvimento político e econômico no Brasil ocorrido durante esse recorte de, aproximadamente, cinco décadas, com início no período Vargas (1930-1945) até os anos de 1980. De acordo com a autora, o Brasil promoveu um modelo de desenvolvimento nacional baseado na industrialização tardia, organizada pela substituição de importações e que levou ao desenvolvimento de sua capacidade de infraestrutura, tecnológica e de mão de obra capacitada para a produção industrial nacional. Essa política econômica desenvolvimentista era baseada no investimento estatal com financiamento externo, através do qual o Estado organizava o desenvolvimento industrial nacional realizando grandes investimentos de infraestrutura para a movimentação das mercadorias produzidas, como rodovias, portos, aeroportos e pontes (MARANGONI, 2012).

Com a baixa do petróleo nos anos 1970, desencadeou-se uma grave crise econômica mundial. A “era de ouro” das potências hegemônicas, como os Estados Unidos, sofreu declínio, dando espaço para o “milagre econômico”²⁶ de países ao sul global como, por exemplo, o Brasil – classificado no período como país “em desenvolvimento” (SEIBERT, 2019). Na tentativa de reafirmar sua hegemonia política e econômica mundial, os Estados Unidos organizaram uma “[...] nova reconfiguração das relações internacionais para a compensação das perdas de

lucratividade do capital monopolista, conformaram na América Latina uma nova dinâmica da dependência externa” (SPERANDIO; MANDARINO, 2013, p. 12). Provocou-se, assim, uma espécie de transferência de parte da crise norte-americana para países ao sul global, com os

²⁵ Por Ligas Camponesas, compreende-se o movimento de luta de trabalhadores/as rurais pela reforma agrária no Brasil, nos anos 1950, que mobilizou milhares de trabalhadores/as que viviam como parceiros ou arrendatários contra a estrutura latifundiária no Brasil.

²⁶ Um “milagre” produzido à base do endividamento com credores internacionais, feito para sustentar o regime militar.

Estados Unidos estabelecendo uma nova política externa, de impacto econômico, resultando na elevação dos juros das empresas nacionais e no crescimento da dívida pública.

Esse período também foi marcado pela introdução da suposta modernização na agricultura, que daria visibilidade ao colocar o setor agropecuário no centro da economia para gerar lucros a empresas nacionais (DUARTE, 2014). Para Seibert (2019, p. 23), “a industrialização da agricultura iniciou-se na década de 1960, incentivada pelos governos militares no Brasil, com a implantação da Revolução Verde²⁷, que apresentou um novo paradigma hegemônico de produção para o campo”.

Tal Revolução foi caracterizada pela difusão de tecnologias agrícolas que ampliaram a produção, sobretudo em países menos desenvolvidos, entre os anos de 1960 a 1970, através da modernização das técnicas utilizadas para a monocultura. Mesmo tendo sido motivada pelo ideal de erradicar a fome mundial, “não se pode negar que essa revolução trouxe inúmeros impactos sociais e ambientais negativos” (OCTAVIANO, 2010, p. xx).

Mesquita (2015) discute como esse modelo foi infeliz social, ambiental e economicamente. Além de ter promovido um grande êxodo e migração rural, intensificou a concentração da terra e da renda, o que acarretou a homogeneização da produção, o aumento da importação de insumos, a geração de dependência do mercado externo e o aumento da pobreza e das desigualdades sociais no campo latino-americano. Conflitos sociais por terra, endividamento de pequenos e médios agricultores/as, baixos preços e substituição das áreas de produção de alimentos para produtos destinados à exportação também foram efeitos provocados pela Revolução Verde.

Em 1962, formou-se a Liga Camponesa de Sapé, localizada na região do Brejo Paraibano, território alvo de intensa repressão tanto dos latifundiários e do Estado, quanto dos “pistoleiros”, tendo como representante a figura de Elizabeth Teixeira (ROSA, 2015) no depoimento abaixo²⁸:

[...] ser líder no campo, Sr. Doutor, mesmo mulher, e hoje mãe e pai de família, precisa saber organizar. Organizar as famílias em grupos, em núcleos. Precisa

²⁷ Duarte (2014) afirma que a ideia de implementação do pacote tecnológico na agricultura se concretizou nos anos 1960, financiando o agronegócio, realizando a produção em massa da monocultura, destruindo o meio ambiente os recursos naturais.

²⁸ Segundo Rosa (2015), Elizabeth Teixeira ocupou um papel central na Liga Camponesa de Sapé em 1962, no espaço que congrega muitos municípios e faz fronteira com o Rio Grande do Norte e a Paraíba. Elizabeth assumiu a liderança após o assassinato de seu marido, João Pedro Teixeira.

saber falar, também, com os latifundiários. Prá dizer sim, se tiver ganho, pra todo o núcleo. Para dizer não, se não houver ganho. Olhar nos olhos dos jagunços, depois virar e não olhar pra trás, mesmo que venha tiros (TEIXEIRA apud ROSA, 2015, p. 4).

A fala de Elizabeth copiada acima demonstra suas diferentes atuações, como responsável do meio familiar e como líder representante de um núcleo social, no ato da tomada de decisões, da organização e da moral. Segundo Ferreira (2010), para além de líder política, Elizabeth Teixeira também era educadora popular e participou do processo de alfabetização rural na década de 1960, lendo jornais para camponesas e camponeses, realizando encontros com cerca de oitenta pessoas da região na sua casa.

Em 1964, muitas repressões foram instauradas com o golpe militar. Nesse cenário, Rosa (2015) destaca a atuação de Ophélia Amorim, advogada, também participante da Liga Camponesa de Sapé e que, ao atuar contra a ditadura, o latifúndio e a misoginia na Paraíba, acabou sendo presa em abril de 1964.

Em seu depoimento para a Comissão Estadual da Verdade/PB em 14 de abril de 2014 (PARAÍBA, 2014), [Elizabeth Teixeira] enfatizou que ‘[...] a repressão não tinha medidas: poderia ser de uma prisão até ao espancamento; passamos por espancamentos, torturas e até a morte, como ocorreu com vários companheiros nossos... fui presa no dia 6 de abril, também de 1964’ (ROSA, 2015, p. 315).

Ainda que a ditadura se caracterize como um momento de violência e de repressão, importantes mulheres participaram ativamente das movimentações sindicais, na luta contra a misoginia e a violência sindical. De acordo com Silva (2016), as mulheres atuaram na linha de frente da resistência à ditadura nas diferentes instâncias, por exemplo, nos movimentos estudantis, nos grupos progressistas e nas organizações de esquerda. “Elas participaram, e participaram dos mutirões para a construção da casa própria como mão de obra e como gerenciadoras dos processos” (GOHN, 1997, p. 293). Ferreira (2010) discute ainda que, no ano de 1973, trabalhadoras rurais reunidas reivindicaram o *auxílio-gestante*, que incluía as seis semanas após o parto, reconhecendo a importância da saúde da mulher em função da maternidade, além de levantarem a bandeira para o salário-família e o auxílio reclusão.

Mulheres como Maria do Carmo de Aquino (Maria Cuba), também como Cuba nos anos 1970, fundadora da Liga Camponesa de Guarabira e presidenta da Associação das Ligas Camponesas do Brejo; Valéria Resende, freira, advogada, que defendeu trabalhadores rurais frente aos latifundiários e abrigou e refugiou militantes perseguidos pela ditadura na cidade de

Guarabira (PB); e Isabel Cavalcante, conduzida ao DOPS de Recife (PE) recorrentemente e que, apesar dos anos da ditadura civil-militar, fundou o Centro de Direitos Humanos da cidade de Guarabira (PB) foram nomes importantes (ROSA, 2015).

O ativismo das mulheres do campo proporcionou novas redes para o entendimento das ações políticas de mulheres rurais no Brasil. A criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT) é um exemplo de contrapartida aos significados da ética feudal que se estabeleceu no campo e contributiva para a invisibilidade dos direitos das mulheres. Em 1984, o primeiro encontro do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) proporcionou debates que priorizavam problemas como a falta de condições para sustento uma agricultura familiar e a desigualdade de ganhos entre trabalhadoras e trabalhadores (THAYER, 2001).

Thayer discute, ainda, como esse movimento foi articulado ao desenvolver relações globalizantes, conectando-se a outros movimentos transnacionais. O próprio “MMTR tinha ligações diretas e indiretas com feminismos de fora do Brasil” (2001, p. 112), promovendo os primeiros contatos com a Oxfam-UK²⁹ e participando do *Encontro Feminista LatinoAmericano e do Caribe*. A articulação estratégica dessas mulheres junto ao financiamento foi importante para novos modos de representar o feminismo, proporcionando terreno discursivo onde as mulheres brasileiras definiram sua política.

Na Paraíba, as organizações de trabalhadores rurais sofreram grande influência das igrejas, pastorais e demais organizações cristãs. De acordo com Duarte (2014), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) participou ativamente das ações de luta pelos direitos dos/das trabalhadores/as rurais, assim como pelas questões da acessibilidade à terra e na própria composição e formação das Ligas Camponesas. A Teologia da Libertação³⁰, baseada no pensamento e na ação política das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), influenciou sobremaneira as mobilizações no Brasil e em outros países da América Latina.

A influência de Paulo Freire na Educação Popular, com a Pedagogia Libertadora, é reconhecida e aponta para um movimento de renovação do ensino, visando alfabetizar através de educação especial para jovens e adultos do campo (GHIRALDELLI, 2003). Diz Ferreira

²⁹ Agência de Desenvolvimento Britânica que financiou projetos no sertão, disponibilizando pequenas quantias para projetos e iniciando relações de cooperação (THAYER, 2001).

³⁰ Trata-se de uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, preocupada com a assistência aos pobres e com reflexões, tecidas principalmente no campo ciências humanas e sociais, voltadas à justiça social (SEIBERT, 2019).

(2010) que tanto as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais, quanto a Igreja Católica com as CEBs participaram ativamente nesse processo educativo, adeptas às ideias freirianas.

Os anos de 1980 apresentaram expressivas mobilizações públicas a favor da democracia. Em 1983, o Movimento das Diretas Já compôs significativa campanha por eleições diretas, oferecendo oportunidade a novas organizações sociais das camadas populares, como movimentos populares, sindicatos combativos e partidos de oposição à ditadura, dentre eles: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (SILVA, 2016). Nesse mesmo ano, o 1º Congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT) aliou-se à luta das mulheres e às suas inserções no mercado de trabalho, além de ter levantado problemáticas enfrentadas no campo da saúde pública e do trabalho. Duarte (2014, p. 44) afirma que:

A primeira grande mobilização de organizações de mulheres, ocorreu em 1983 na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que fundaria a Central Única (CUT). Realizou-se nessa oportunidade o 1º Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora Rural, que contou com a participação de 714 entidades. Mas foi apenas no III Congresso Nacional da CUT (CONCUT), em 1988 que começaram a se desenvolver políticas de apoio trabalhistas às mulheres apresentando no Congresso Nacional das Mulheres Trabalhadoras (CNMT) questões como à garantia de igualdade de acesso ao emprego, garantia à maternidade e creches para as crianças, a saúde da mulher no local de trabalho. Em 1999 no IV CONCUT, aprofundou-se a discussão sobre as cotas de participação das mulheres nas instâncias da direção.

Nesse sentido, as lutas travadas regional e nacionalmente pelos grupos foram importantes para reunir movimentos autônomos em prol da realização de eventos e de encontros nacionais nesse período, a exemplo do I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil (1983), que contou com a participação de 36 (trinta e seis) pessoas de 16 (dezesesseis) estados do país³¹ (CRUZ, 2013). Os movimentos autônomos e suas articulações nacionais buscavam visibilidade às pautas das mulheres, bem como seu reconhecimento enquanto política coletiva e sua luta pela terra enquanto mulheres camponesas, marcadas pelo caráter classista.

No referido encontro, também foram definidas as principais reivindicações a serem realizadas em todos os níveis organizativos - nacional, regional, estadual e local – e incluíam:

³¹ Rondônia, Pará, Piauí, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul (ANTR, 1986).

aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais; auxílio natalidade; igualdade de participação e direitos entre homens e mulheres; participação com pressão na constituinte;

previdência social e assistência médica integral; reforma agrária e fim da violência no campo (ANTR, 1986b).

A mobilização social das mulheres do campo no momento de identificação da alienação patriarcal foi de suma importância para a ocorrência de ações de reivindicação e participação política. Segundo Silva (2016), foi a partir da necessidade de uma identidade coletiva e participação ativa das mulheres que o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB)³² surgiram, fornecendo uma reflexão de valores acerca da luta pela terra e da participação das mulheres nas organizações dos movimentos sociais e sindicais. Vale salientar que muitas das mulheres que participavam dos movimentos ruralistas nem sempre se formavam nas organizações práticas e sindicais feministas. Muitas delas estavam associadas às pastorais, como mencionei anteriormente, ainda com resistências nos debates sobre gênero e sexualidade (SEIBERT, 2019).

Seibert (2019) afirma que as mulheres do campo integraram o processo de reflexão sobre o papel dos sindicatos e a importância da luta sindical. A autora continua destacando tal visibilidade através da participação de importantes líderes, como a líder sindical Margarida Maria Alves³³, defensora da Reforma Agrária e dos direitos das mulheres, sendo importante organizadora do sindicato de Alagoa Grande, na Paraíba, no enfrentamento direto dos “coronéis”, conquistando espaços e direitos dos/as trabalhadores/as rurais entre as décadas de 70 e 80 do século passado.

Recebemos ameaças dos poderosos latifundiários, todos os dias e o sindicato não pode ficar dividido, descobri que além da nossa organização, a melhor arma que temos é a luta por educação, muitos de nós não lutamos por nossos direitos, porque acreditamos que o patrão tem a razão, eles falam e parece que a verdade está com eles, eles dizem que sabem da lei, e isto basta para calarmos. Outro dia, quando o Sr. Manoel pegou a dita lei que estava com o

³² Serrano (2014) afirma que, no final dos anos 1970 e início dos 1980, já existiam iniciativas de organização das mulheres a partir do MMT em Solânea - PB.

³³ Margarida Maria Alves nasceu em Alagoa Grande em 1943. Filha mais nova, de nove irmãos, conviveu desde pequena com a injustiça do latifúndio contra sua família e outras famílias camponesas (SANTOS, 2012). Tesoureira foi o seu primeiro cargo no Sindicato Rural de Alagoa Grande, chegando à presidência em 1973. Obteve consecutivas reeleições para a presidência em 1976, 1979 e 1982 (CARNEIRO, 1994). Margarida foi morta a tiros em 1983.

sobrinho do Dr. Agnaldo, lá dizia o contrário, lá dizia que a terra era da família do sr. Manoel (FERREIRA, 2006, p. 74).

Além disso, Margarida Alves participou da construção e fundação do Centro de Educação do Trabalhador Rural (CENTRU)³⁴ que fornecia atividades e ações pedagógicas que

contribuíram para a formação política de trabalhadoras/es rurais. Foi, igualmente, a fundadora da primeira organização composta por mulheres da América Latina, o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB). Um dos objetivos do MMB era o de fortalecer os Sindicatos Rurais (STRs). Esse movimento estava vinculado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e oferecia práticas de formação de conhecimentos sobre a terra, classe e gênero, sendo influenciado pelas pautas dos movimentos de mulheres urbanas. Nos anos de 1990, passou a focalizar os debates sobre etnia (FERREIRA, 2010). De modo semelhante a Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves também participou da formação social através das discussões e liderança sindical.

Além do machismo no sindicato, Margarida recebeu fortes ameaças diante do cenário político brasileiro da ditadura militar. Apesar disso, durante os anos de militância na política do sindicato, Margarida moveu mais de 600 ações trabalhistas contra os coronéis e usineiros donos de engenho da região, sem ter perdido sequer uma ação a favor dos trabalhadores. Era uma mulher conhecida por “da luta eu não fujo”, correspondendo a uma grande força de luta e ativismo do campo (SANTOS, 2012).

Entretanto, no dia 12 de agosto de 1983, as ameaças tornaram-se concretas e levaram assassinato da líder, pelo mesmo mandante do assassinato de João Pedro Teixeira³⁵, Agnaldo Veloso Borges, que ainda permanece impune (SANTOS, 2012). Após a morte, a memória de Margarida não foi esquecida, sendo hoje símbolo de luta histórica das mulheres do campo e do feminismo, protagonizados pela Marcha pelas Margaridas, que leva anualmente milhares de mulheres às ruas do Brasil (PEREIRA, 2013).

O Movimento de Trabalhadoras Rurais do Brejo se consolidou regionalmente em 1985, atuando em nove municípios paraibanos, todos compondo a região do Brejo. Dois anos depois, em 1987, as mulheres intensificaram suas articulações com os movimentos populares e sindicais rurais para que, assim, pudessem assegurar as aprovações de projetos e emendas sobre os

³⁴ O CENTRU atou como um instrumento de educação e de política para a luta frente aos latifundiários. As ideias de Paulo Freire inspiraram as organizações em prol de uma esperança e liberdade (FERREIRA, 2010).

³⁵ Companheiro de Elizabeth Teixeira, também líder da Liga Camponesa de Sapé.

direitos das trabalhadoras/es do campo (FERREIRA, 2010). Seibert (2019) evidencia que, naquele ano, foi realizada a caravana dos lavradores à Brasília, chamada *Por Terra, Justiça e Liberdade*, que reuniu cerca de 10 (dez) mil trabalhadoras/es rurais, os/as quais reivindicavam os seus direitos e uma nova Constituição, contando com a presença das mulheres da Organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANTR, [1996 ou 1997]).

Com a morte de Margarida Alves, Maria da Penha do Nascimento Silva deu continuidade à organização sindical. Ferreira (2010) descreve a importância da atuação de

Penha, visto que suas ações buscavam, além do enfrentamento dos conflitos de classe, as pautas referentes às relações de gênero dentro do próprio universo camponês. Penha publicou matérias sobre a luta das mulheres e participou da criação da Central Única dos Trabalhadores da Paraíba (CUT/PB), na qual foi diretora e fundadora do Movimento de Mulheres do Brejo (MMB) (ROSA, 2017).

No entanto, a sequência da violência no íterim da ditadura resultou na perseguição e morte de importantes mulheres participantes da luta rural. Segundo Rosa (2017), Maria da Penha, dias depois de testemunhar no inquérito que investigava o assassinato da Margarida, veio a falecer em um acidente automobilístico que vitimou também a feminista Elizabeth Lobo, estando no carro as professoras Socorro Rangel e Lourdes Bandeira. Sobre a fatalidade, a autora destaca o depoimento de Lourdes Bandeira:

O acidente provocou mobilização social e política muito forte, pois se tratava de duas mortes e, sobretudo, da sindicalista Maria da Penha, que seria a testemunha na semana seguinte, da morte de outra sindicalista, Margarida Alves. Maria da Penha vinha sofrendo ameaças há algum tempo. Foi levantada a hipótese de que o acidente teria sido um atentado a Maria da Penha, sei que é uma história muito complicada, mas sem dúvida, foi uma profunda fatalidade. Foi um momento de muita dor e muito sofrimento para todas nós, familiares, amigos e colegas. (GROSSI; MINELLA; PORTO apud ROSA, 2017, p. 315).

Assim como Penha, outras mulheres também integravam a organização e atuaram no MMB e no MMT–PB. Rosa (2017) destaca Maria da Soledade Leite, camponesa-repentista que atuou na luta pela terra e em pautas do feminismo, tanto nas Ligas Camponesas, como no MMT/

MMB. Mesmo diante das muitas dificuldades, aliou-se a Luzia Soares Ferreira³⁶ e conseguiu dar continuidade ao trabalho da luta pelos direitos das mulheres rurais.

A nova redação da Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico para a sociedade brasileira, em especial frente ao rastro de sangue deixado pela ditadura militar na sequência de representantes autoritários ao longo das décadas. As ações camponesas ocorridas em 1989, após a promulgação do texto constitucional, tiveram como intuito o de colocar mulheres do campo no pleito político como candidatas nos estados nacionais, com o objetivo de disputa cotidiana na ocupação dos espaços políticos decisórios e de reconhecimento dos seus direitos (SEIBERT, 2019).

Sendo assim, nas eleições gerais de 1990 para os governos estaduais, a Câmara Federal, Senado e as Câmaras Estaduais, a trabalhadora rural Luci Choinacki foi eleita a 37^a (trigésima sétima) deputada federal. Anteriormente, já havia sido eleita deputada estadual no estado de Santa Catarina, em 1986, levando a voz e as reivindicações das camponesas para a Câmara Federal (ANMTR, [1996 ou 1997]). No entanto, com a queda do bloco do Socialismo Soviético, duas novas consequências repercutem nas reorganizações da geopolítica mundial, com resultados particulares na América Latina: a mudança das forças a favor do imperialismo, que estabelece uma nova hegemonia planetária estadunidense, com a globalização neoliberal; e a marginalização política e ideológica da esquerda socialista (REGALADO, 2012).

O novo modelo territorial no continente voltado ao aumento das fronteiras capitalistas tinha o propósito de controlar as relações, nos territórios, com importantes recursos e riquezas naturais, “usando para isso, uma nova agenda de segurança, que fragmenta o inimigo, pulveriza suas identidades, e criminaliza o ideológico” (NOVION; COSTILLA; AYALA, 2014, p. 5). Como resultado, houve a criminalização de ações das populações afetadas por essas políticas no Brasil, a exemplo da derrota sofrida pelo candidato Luís Inácio Lula da Silva³⁷, visto como terrorista e representante dos ideais socialistas frente ao neoliberal Fernando Collor de Mello (1990-1992) (NOVION; COSTILLA; AYALA, 2014, p. 5).

³⁶ Luzia é atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB. Trabalhou com Penha e atualmente também coordena, na cidade onde mora, uma Rede de Letramento de Jovens e Adultos (ROSA, 2017).

³⁷ Vivenciamos contexto semelhante nas eleições presidenciais de 2022, com a enxurrada de *fake news* a respeito da candidatura do Lula, o que refletiu na vitória apertada de 50,9% dos votos. Ver mais em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/eleicoes-2022>

Com a hegemonia no Brasil do liberal-dependente, era visível que não resultaria em uma pausa na crise econômica, mas no aumento da inflação, altos preços, baixos salários, sequer reduzindo as desigualdades sociais. Ao contrário, o país ingressou nos anos 1990 com cerca de um terço de sua população em estado de pobreza (MARANGONI, 2012). Nesse contexto, as organizações de lutas populares foram fundamentais para pressionar a regulamentação dos direitos aprovados na Constituição, colocados em xeque pelas políticas neoliberais de ajustes aos “gastos” públicos com direitos sociais. As mulheres camponesas atuaram na linha de frente pela regulamentação da seguridade social, enfatizando que “toda essa luta resultou na regulamentação da Previdência Rural que está escrita na Lei 8.212/91 que trata do custeio, e a Lei 8.213/91 que trata dos benefícios e enquadramento das/os trabalhadoras/es rurais” (COLLET, 2018, p. 4).

Entre ameaças e mortes, as mulheres do campo demonstraram importantes significados de luta pelo direito de viver e de estar no mundo. As memórias dessas mulheres fazem parte da composição da história brasileira da luta sindical, assim como podemos pensar em uma

perspectiva sertaneja de mulheres que ainda hoje lutam por igualdade e equidade entre as questões do direito à terra, nas pautas de gênero e sexualidade, bem como de raça de classe. Sendo assim, no próximo tópico apresento o território do Polo da Borborema, as ações da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia-PB e suas implicações na vida das mulheres rurais.

2.3 Me deixa ser quem sou

Apelo de Mulher

Não sou escrava, nem sou objeto
 Para se fazer de mim o que bem quer
 Não tenho dono, não sou propriedade
 Eu quero liberdade, me deixa ser mulher
 Eu quero ser, me deixa ser
 O que mereço
 Eu quero ser quem sou
 Eu tenho meu valor
 E este não tem preço
 Eu quero ser amiga e companheira
 Quero mostrar a força do amor
 Quero viver como tenho direito
 Não quero preconceito

Me deixa ser quem sou [...]

(MAIA apud AS-PTA 2013, p. 1).

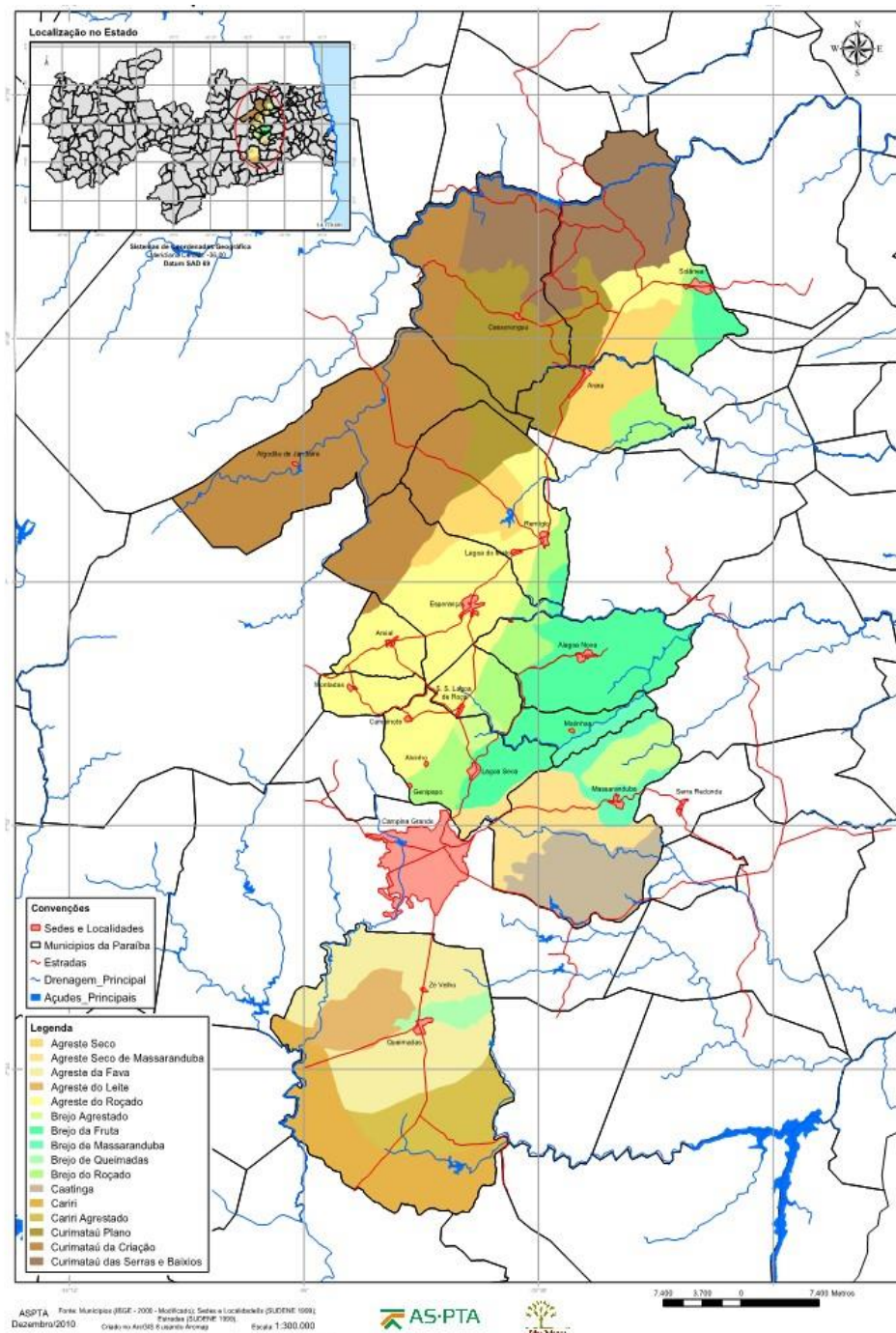
Mulheres do campo que se situam na geopolítica latino-americana são ameaçadas diariamente por diversas formas de violência, principalmente pelos resquícios da colonização, como venho frisando neste trabalho, através da globalização patriarcal e da permanência da colonialidade. Como movimento contrário a essa subordinação, a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia - PB propõe, na canção acima, uma mudança de perspectiva e uma relação humanizada de civilidade, ao reconhecer a mulher como um ser, não um objeto, tendo liberdade de escolha pelo direito de viver, de amar e de ser mulher. De acordo com a AS-PTA (2013), a canção foi ao ar em programas regionais de rádio com o intuito de divulgar a Marcha e de promover a sensibilização de mulheres e homens da região do Polo da Borborema.

O Polo da Borborema surgiu na década de 1990, com a atuação dos Movimentos Sindicais Rurais (STRs) dos municípios de Lagoa Seca, Remígio e Solânea. Unidos à AS-PTA, iniciaram ações com a finalidade de experimentação técnica e de inovações tecnológicas, além de políticas organizativas de cunho agroecológico, sendo possível o envolvimento e o reconhecimento direto de agricultoras, agricultores e experimentadores na inclusão social de política nos espaços organizativos da vida no campo (SERRANO, 2013).

Através da política do desenvolvimento territorial da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT-MDA), com a criação do Programa dos Territórios Rurais de Identidade, surgiu o Território Agroecológico da Borborema, resultante de forte participação civil nas ações de coletividade (SILVEIRA, 2019). O Polo da Borborema tem alcançado bons resultados, assim como experiências coletivas bem-sucedidas relacionadas aos recursos hídricos, ao manejo, aos estoques e às sementes. Silveira (2010) destaca que essas atividades dão visibilidade ao território, uma vez que asseguram sistemas produtivos com capacidade de resistência a períodos climáticos de condições adversas - como ocorrido na seca prolongada dos anos de 1998 e 1999 -, sendo o Polo um importante veículo de promoção de políticas públicas, assim como ator no espaço político organizativo, na construção de desenvolvimento local e na promoção da agroecologia.

Com extensa geografia marcada pela agricultura familiar, dentre as paisagens regionais na Paraíba, o território da Borborema contém uma multiplicidade ecológica, isográfica e socioeconômica. Ao destacar as características geográficas da região, Silveira (2010) apresenta como marcador do centro do território a porção de terras sobre propriedades familiares

dedicadas às policulturas associadas à pecuária, enquanto a região do Brejo é constituída por ilhas de umidade de solos férteis, compreendendo as propriedades dedicadas à fruticultura. O mapa a seguir (Figura 1) indica o zoneamento ambiental do território da Borborema.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2010)³⁸.

³⁸ Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio024.pdf.

Esse momento de realização e de ações políticas organizativas, com atividades familiares em pequenas áreas, destinadas a priorizar o desenvolvimento humano e a escapar da produtividade desenfreada em prol de lucro, faz parte da construção da justiça social que o Polo realiza, uma vez que possibilita alcançar a sustentabilidade ambiental no combate às desigualdades. Com o passar do tempo, as gestões de organização possibilitaram ao Polo executar e monitorar trabalhos de experimentação, atuando em comissões destinadas a temas como: juventude, saúde, alimentação, recursos hídricos, sementes, criação de animais e rearborização. Houve uma participação ativa das mulheres que compõem, em sua maioria, a Comissão de Saúde e Alimentação, sendo esse espaço fundamental para o reconhecimento do trabalho das agricultoras e da importância de sua participação nas comissões e em lugares de destaque organizativo, fortalecendo sua visibilidade, além do combate à violência de gênero (SERRANO, 2014).

O envolvimento dessas mulheres com a Agroecologia, na ligação direta com a soberania alimentar e na economia solidária é um objetivo alinhado a novas maneiras de ser e estar no mundo, ações que reconfiguram as relações de poder estabelecidas pelos padrões hegemônicos. A Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia – PB destaca-se no Polo por repudiar as violências; por reivindicar justiça social, autonomia, igualdade e liberdade; e por defender a agroecologia como modelo de desenvolvimento (SANTOS, 2012).

Embora as questões relacionadas à integração das mulheres no desenvolvimento passem por uma sequência de atos históricos, envolvidos no contexto neoliberal, aqui penso essas ações como práticas ecofeministas decoloniais, já que trazem para o debate as questões de subordinação das mulheres e da natureza. Outrossim, estão situadas em uma geopolítica latinoamericana e fazem parte desses mecanismos históricos das relações sociais frutos das colonizações. A preocupação na redução do impacto social, do machismo e do sexismo, bem como com as questões socioambientais torna as mulheres da agroecologia importantes aliadas ao combate da colonialidade³⁹.

³⁹ Este conceito pode ser explicado a partir do entendimento de que, com o fim do colonialismo como constituição geopolítica e geo-histórica da modernidade ocidental europeia, a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, assim como a hierarquização étnico-racial das populações e a formação dos estados-nação na periferia, não se transformou significativamente. O que aconteceu, ao contrário, foi uma transição do colonialismo moderno à colonialidade global (CURIEL, 2020, p. 146).

Ailton Krenak (2020) aponta para a catástrofe massificadora do Agronegócio no Brasil, espalhada por todas as regiões do Brasil através de imposição política em larga escala, aliada à industrialização, sendo responsável pelos maiores índices de devastação das florestas⁴⁰,

manguezais e outros ecossistemas silvestres. Ecossistemas que, muitas vezes, fazem parte do sustento de comunidades tradicionais, sejam elas ribeirinhas, remanescente de quilombo ou povos originários. O autor discute, ainda, sobre o distanciamento das relações humanas com a natureza no ato de objetificação dos recursos naturais e no consumo que transforma tudo em mercadoria.

A luta diária de mulheres rurais que levam em conta a agroecologia como base para suas vidas se associa diretamente à sua relação com a natureza. A produção de alimentos saudáveis, agroecológicos, que contêm qualidade e diversidade, é, sobretudo, resultado do fundamento da cultura e da identidade de agricultoras que percebem a importância dos ecossistemas e do ciclo da vida. O cuidado com a sementes, por exemplo, é prática histórica de mulheres que, no momento da agricultura, colhem, guardam, reproduzem e intercambiam com outras mulheres sementes e mudas como ação inserida no cotidiano. A prática do acolhimento das sementes contribui para a criação de um patrimônio material e imaterial da humanidade, pois garante a biodiversidade vegetal e genética e mantém a vida sem a manipulação tóxica. As sementes crioulas, também conhecidas como as Sementes da Paixão⁴¹, são ações que fazem da agricultura campesina um ato político na Paraíba (PAULINO; GOMES, 2015).

Para além da tradição histórica, as sementes crioulas correspondem a uma ação política. De acordo com Paulino e Gomes (2015), durante os anos de 1960 a 1980 países subdesenvolvidos sofreram com a estratégia mercadológica de distribuição de sementes. O Brasil, por exemplo, ao concretizar a Lei Federal nº 9.456 de 25/04/1997 – Lei de Proteção de Cultivares - impediu a comercialização das sementes locais (crioulas) por parte dos agricultores de baixa renda, abrindo espaço para o crescimento dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs).

⁴⁰ Segundo reportagem escrita por Bronze e Ferrari (2021) para a CNN Brasil, o mês de abril de 2021 registrou recorde de desmatamento na Amazônia legal, com um total de 580,55 km² de território desmatado. Para saber

⁴¹ As sementes são assim chamadas graças ao apego e ao carinho que os agricultores têm por elas. A frase "Semente da Paixão" é atribuída ao agricultor Cassimiro Caetano Soares (Seu Dodô), enunciada em um encontro estadual sobre sementes realizado em 1998. Naquele momento, o agricultor disse: "o que eu quero plantar é o milho jabatão, o feijão corujinha e a fava cara larga, e não a semente que vem de fora. Essas são minhas sementes da paixão. Cada um tem suas sementes da paixão e é nessa diversidade que nós temos que nos apoiar" (SOARES apud PAULINO; GOMES, 2015). A partir desta ideia, constituiu-se a Rede Sementes da Paraíba.

Somente em 2003, com a edição da nova Lei de Sementes e Mudanças (Lei nº 10.711/03), permitiu-se aos agricultores produzirem, trocarem e venderem sementes sem a necessidade de se cadastrarem no Registro Nacional de Sementes (Renaseam) e no Registro Nacional de Cultivares (RNC). Com essa oportunidade, agricultoras e cientistas ecológicas reforçaram a importância da preservação genética das espécies. O direito da produção autônoma dos

mais: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/abril-de-2021-registra-recorde-de-desmatamento-na-amazonialegal-580-55-km/>.

alimentos voltados ao manejo da biodiversidade com aspectos socioecológicos, além de conferir liberdade a agricultoras e agricultores para a prática do uso de conhecimentos tradicionais, também implica na extensão entre a agroecologia e o feminismo (PAULINO; GOMES, 2015).

Tendo em vista que o heteropatriarcado faz parte da estrutura que sustenta o mundo capitalista e norteia o modo de vida, as relações entre mulheres e homens rurais também são pautadas em heranças culturais machistas e sexistas, desigualdades escondem nas famílias opressões físicas e morais. Para Scott (1989, p. 21), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

A autora apresenta uma divisão que considero semelhante ao padrão enfrentado pelas mulheres rurais, onde o gênero é constituído por quatro elementos: o primeiro corresponde aos símbolos culturais relacionados à representação e à tipificação dos sexos; o segundo trata dos conceitos normativos que estão associados a tais símbolos culturais; o terceiro aponta para as relações de gênero em vários âmbitos da vida social, como as desigualdades sociais, econômicas, educacionais e no sistema parental; e, por fim, o quarto elemento consiste na legitimação de poder, com base na oposição binária do sexos masculino/feminino (SCOTT, 1989).

O trabalho manual realizado pelas mulheres no campo, em sua maioria, compreende o uso intensivo da força. Paulilo (1987), ao apresentar sobre a divisão do trabalho com mulheres rurais nas regiões do brejo e do sertão na Paraíba, demonstra como a naturalização de trabalhos pesados faz parte do cotidiano dessas mulheres. O “trabalho leve” não era sinônimo de trabalho agradável, mas sim estafante, moroso ou até mesmo prejudicial à saúde, a autora questiona “por que se paga menos pela realização dessas tarefas?” (1987, p. 45). A justificativa, de acordo com a autora, vem da valorização social da figura masculina como “chefe de família”, responsável pelo controle de seus dependentes.

Ou seja, deparamo-nos com o quarto elemento apresentado por Scott (1989), qual seja a legitimação de poder com base na oposição binária. Sendo assim, qualquer trabalho que venha a ser realizado em um plano secundário é classificado como “ajuda”. Mesmo que a mulher faça uso da força no trabalho pesado, essa característica não é válida devido à hierarquia familiar. Aqui, podemos pensar, igualmente, no terceiro elemento, na desigualdade dentro do sistema parental. Não obstante, muitas não detêm recursos produtivos para o tratamento da terra - ferramentas adequadas, por exemplo -, assim como para a própria dieta alimentar. Quem nunca viu ou ouviu a associação do *maior pedaço de carne*, por exemplo, ou de alimentos mais ricos serem destinados ao “cabeça” da casa?

A força física é empregada pelas mulheres rurais desde muito pequenas. Quando crianças, são submetidas a executar tarefas pesadas, como o carregamento de água, ressaltando a cena clássica de mulheres levando uma lata d’água na cabeça. Malvezzi (2007) atenta para a importante relação estabelecida entre acessibilidade à água e as mulheres. O rio, o poço ou a fonte de água tornam-se lugares de socialização, de conversas sobre o cotidiano, de desabafos, de compartilhamento de sonhos, desejos e situações íntimas. O autor também apresenta como a relação com a água encanada está ligada às questões de gênero: a partir do momento em que as cisternas de placas são levantadas ao redor das casas, é retirado o peso da cabeça e das costas de mulheres e crianças.

Logo, a utilização do gênero como categoria analítica possibilita enxergar a desigualdade entre os sexos nas relações sociais do trabalho no âmbito rural, sendo necessário o questionamento acerca do domínio do heteropatriarcado e sua construção hegemônica no trabalho. Butler (2017) destaca um dos problemas associados às identidades generalizadas, qual seja a constituição do “ser mulher” na perspectiva de identidade universal, que acaba descartando as culturas periféricas e enfatizando uma visão ocidentalizada e opressora para culturas não dominantes. Nesse caso, as mulheres rurais não se enquadram na ideia de mulher universal, frágil e com carência de tutela, como já venho discutindo ao longo deste capítulo.

Com propósito de conceder visibilidade e romper com o isolamento das mulheres no núcleo familiar, a atuação do Polo da Borborema junto à ASP-TA, de acordo com Serrano (2014), dá-se através de intercâmbios, oficinas e eventos nos quais, pelo compartilhamento de histórias de superação, as mulheres são estimuladas a estudar a realidade em que se encontram e a unirem-se em Marcha. A seguir, apresento um dos depoimentos disponíveis no site da ASPTA, em que uma participante da Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia - PB,

conversa sobre suas experiências pessoais enquanto mulher rural viveu em situação de vulnerabilidade, sujeita a violências verbais e físicas:

Eu era uma pessoa muito sofrida. Não tinha voz ativa, vamos supor, pra eu dizer assim vou pra um canto e ir, porque eu tinha medo dele porque ele bebia. E dele beber e chegar naquele canto e fazer até bagunça ou me chamar e eu ficar com vergonha. Então ali eu ia sofrendo aos pouquinhos, cada vez que ele bebia, nem toda vez ele chegava em casa quieto, às vezes ele começava a conversar besteira e às vezes eu falava, reclamava algumas coisas que estavam erradas e ele até chegava a surtar. Quebrar prato, jogar comida fora, botar comida e jogar fora. Então eu ia sofrendo, sofrendo, a única coisa que podia fazer era pedir força à Deus. Porque quando ele bebia que ele surtava, ele dizia que matava a gente e se matava. Até que fui à marcha em Solânea, eu vi aquilo ali, as amigas falavam pra aquelas mulheres, contando seus testemunhos que tinha acontecido com elas, que elas tinham enfrentado, que elas tinham coragem de falar. Eu falei pra mim mesma: Por que eu não posso fazer a mesma coisa? (SANTOS, 2015, p. 1).

A Marcha, na condição de agente político que propõe emancipar mulheres, atua diretamente contra as formas de violência, como seu próprio nome sugere: “*pela vida das Mulheres*”. Há uma preocupação em acolher e discutir até que ponto ações violentas podem ser consideradas como situações “normais” de convivência. Em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo nos anos 2000, demonstrou-se que as questões de precariedade e de subsistência estão relacionadas às demandas patriarcais de tal modo que deixam evidente a vulnerabilidade das mulheres rurais, mais do que as urbanas. No caso das primeiras, as violências perpetradas em razão do gênero chegam a ser escancaradas e ocorrem mediante xingamentos, proibições para realização de determinadas atividades, agressões físicas, espancamentos, ameaças de morte e assassinatos (SILIPRANDI, 2009).

Perceber esse modelo social em torno das diferenças culturais atreladas ao gênero no meio rural implica em visualizar como as construções sociais culminam em relações desiguais, iniciadas de forma sutil, e dizem respeito a uma prática de poder exercida a partir da noção de masculino sobre a noção de feminino. A atribuição ao lar, ao casamento e à maternidade como destino para a vida das mulheres institui responsabilidades que correspondem, muitas vezes, à moral estabelecida pelas próprias famílias, até mesmo para permanecerem dentro de suas próprias casas. Uma somatória de opressões - entre trabalho pesado, responsabilidade afetiva e violência parental - faz parte do cotidiano de várias mulheres rurais. Siliprandi (2009) acrescenta que, devido a essa “vulnerabilidade”, muitas mulheres jovens migraram do campo em busca de maior autonomia nas cidades.

Dessa forma, é fundamental que haja políticas públicas para mulheres rurais que contemplem diferentes eixos, relacionados aos direitos básicos à vida, ao acesso à água, à moradia e à segurança. Os anos de 1990 foram muito importantes para a garantia de direitos das mulheres rurais/camponesas, como já discutido, mas ainda insuficiente. Em contrapartida, a constituição dos movimentos sociais e a aproximação com a Agroecologia fortalecem a valorização da vida dessas mulheres, fomenta a auto-organização e criam ações coletivas que motivam a percepção individual enquanto *sujeitas* políticas. Nessa aproximação, “as mulheres “não se colocam como vítimas do sistema, nem como salvadoras do planeta; são mulheres agricultoras lutando por seu direito de serem sujeitos plenos de suas vidas e contribuindo, à sua maneira, para a transformação do mundo injusto em que vivem” (SILIPRANDI, 2009, p. 36).



Fonte: AS-PTA (2016). Captura de tela feita do vídeo “VII Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia - Areial - PB – 8 de março de 2016” (00’36’’) ⁴².

A Figura 2 apresenta um pequeno trecho retirado do vídeo produzido pela AS-PTA e pelo Polo da Borborema para divulgação da VII edição da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia - PB, que aconteceu no ano de 2016 no município de Areial - PB. Durante o

⁴² Disponível

em:

https://vimeo.com/162373317?embedded=true&source=video_title&owner=7077452

vídeo, Ligória Felipe conta um pouco sobre sua história de vida, seu trabalho, o cuidado com o roçado e a criação de animais. Além disso, narra como o contato com a Marcha possibilitou um melhor convívio com o companheiro, a partir do momento em que entendeu a importância de reivindicar sua autonomia e de permanecer com voz ativa, se abstendo do medo, reunindo-se com mulheres agricultoras e reconhecendo a importância de lutar pelos seus direitos.

No mesmo vídeo, Ligória descreve a importância da Marcha no combate ao sexismo no trabalho. Ao falar sobre a experiência como “servente”, ressalta:

Que o encarregado lá do tanque, não queria que eu fosse trabalhar, que não tinha, que mulher tinha que tá em casa fazendo, lavando os grude que nem diz ele, limpando os grude, que mulher não era pra está em construção não! Depois eu vou mostrar, fiquei trabalhando, botei duro mesmo, trabalhei igual eles, ou melhor que eles. E por que eu vou dizer que eu fui lá? Enfrentei os homens? Porque eu fui pra Marcha, e foi na

Marcha que eu aprendi! Porque se eu não fosse pra Marcha, eu tinha aprendido? Que aqueles homens lá, machistas, sem querer lá uma mulher trabalhando? Não! Foi na Marcha que eu aprendi! (SANTOS, 2016).

Embora a função de servente compreenda um emprego que requer empenho de força física, o depoimento de Ligória ressalta a importância da liberdade de ser mulher e de ocupar diferentes espaços de trabalho, mesmo que isso gere incômodo. O exercício do trabalho produzido por ela, enquanto mulher, seria equivalente ou até mesmo melhor do que o feito por eles, os homens.

Silveira, Freire e Diniz (2010) discutem a importância de confrontos a valores tradicionais impostos às mulheres, uma vez que a mudança inicia no momento de confronto com valores pré-estabelecidos. Na mesma direção, Silva (2010) reconhece que a rebeldia contra atos de discriminação social, profissional e doméstica é necessária para que haja mudança no quadro social imposto às mulheres rurais. Tais conflitos são capazes de proporcionar novos caminhos para a superação dos valores tradicionais de controle e de subordinação.

Ao caminharem com o Polo da Borborema, as mulheres rurais entram em contato com debates importantes, relacionados à vida pessoal, assim ao papel de agricultoras e de experimentadoras na Agroecologia. Como exemplo, tem-se as rodas de conversa e a capacitação para mulheres, o que evidencia a multiplicidade de serviços/espços que incluem homens e mulheres na preservação do meio ambiente ou na produção de alimentos sem agrotóxicos, envolvendo aspectos da autonomia e da saúde familiar, da organização social, do bem-estar e da valorização do trabalho (SERRANO, 2014).

Garantir e apresentar viabilidade econômica para as mulheres da Agroecologia são pontos de pauta que a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia - PB sustenta. Atualmente, após o advento da pandemia da Covid-19, viver no campo também é enfrentar meios de subsistência que, muitas vezes, são caracterizados pela insegurança no emprego, pela falta de salários justos, pelos baixos benefícios. Para as mulheres, tal contexto acarreta o aumento da sobrecarga desproporcional.

A aproximação a Marcha significa mobilizar-se politicamente, a partir do momento em que agricultoras propõem ações que enxergam a necessidade de transformar o mundo no trabalho rural. “Me deixa ser quem sou” está atrelado ao processo de metamorfose dessas mulheres e dos seus espaços de representação social e política, tanto no âmbito público, para a garantia de seus direitos, como no privado, na vida familiar e afetiva. Por isso, não se pode apagar as individualidades, as subjetividades e as identidades de resistência dessas mulheres (LUGONES, 2014).

3 FEMINISMOS NO PLURAL: “SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA”

Este capítulo se destina a continuar pensando o presente como uma dimensão histórica que narra a memória, os modelos de construção e de formação histórica, política, social e econômica no Brasil, fortemente atravessado pelos efeitos da colonização, como discutido anteriormente. Antônio Bispo dos Santos (2015) discorre sobre como a linha da democracia racial e o genocídio cultural das populações afropindorâmicas⁴³ produziram um sistema ecocida desumano sob a forma e o nome do “desenvolvimento”. O processo de imposição religiosa promovido durante a colonização serviu, para o autor, de subsídio para justificar a exploração e a escravização de povos indígenas, africanos e de outras populações subalternizadas pelo modelo cristão e monoteísta tornado hegemônico.

A apropriação da geografia territorial indígena, de suas culturas e das suas vidas também foi aplicada à natureza, por sua vez explorada, devastada, transformada em submissão e segmentação. Quanto à colonização, embora pareça uma nomenclatura destinada aos anos de 1500, seus vestígios correspondem a toda estrutura contemporânea do pensamento (SANTOS, 2015).

⁴³ Pindorama (Terra das Palmeiras) é uma expressão tupi-guarani utilizada para designar todas as regiões e territórios da hoje chamada América do Sul. Utilizarei alternativamente colonização afro-pindorâmica para denominar a colonização nas Américas enquanto um exercício de descolonização da linguagem e do pensamento, no esteio de Santos (2015).

Partindo dessa crítica à razão colonial, discuto neste capítulo acerca da Agroecologia e do Ecofeminismo. Na primeira subseção, intitulada “*Diálogos da Agroecologia*”, apresento a Agroecologia como ciência interdisciplinar e mecanismo de ação contra a catástrofe ecológica através do seguinte aparato teórico: Embrapa (2006); Caporal, Costabeber e Paulus (2006); Assis (2005); Costa (2022).

Em seguida, na subseção, “*Mulheres + Natureza + Feminismos = Ecofeminismo*”, problematizo a opressão da natureza junto à vida das mulheres. Proponho uma união de causas, como ressaltado pelas agroecologistas: “sem feminismo não há agroecologia”. Para isso, abraço as autoras Vandana Shiva (1991); Ariel Salleh (1994); Maria Mies (1991); Castro (2022); Carvajal (2022), dentre outras que integram a costura teórica. Busco discutir as questões dos feminismos junto ao ecofeminismo, dialogando com os conhecimentos da Agroecologia e com os levantamentos teóricos de propostas feministas decoloniais.

3.1 Diálogos da Agroecologia

A Agroecologia, enquanto conhecimento, emerge em culturas originárias. De acordo com Hecht (1997), seu período histórico coincide com o do conhecimento da agricultura, tornando-a mistura de tradições e práticas de diferentes povos étnicos advindas do conhecimento cultural produzido por mulheres.

Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influências (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p. 3).

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária (EMBRAPA) (2006), a Agroecologia ganhou visibilidade no campo científico acadêmico a partir dos levantamentos teórico-metodológicos de dois ecólogos: o chileno, doutor em agronomia, Miguel Altieri e o estadunidense Stephen Gliessman. Inspirados no próprio funcionamento dos ecossistemas naturais, no manejo tradicional e indígena dos agroecossistemas, os ecólogos apresentaram a Agroecologia como ciência milenar.

A Agroecologia caminha, atualmente, em direção a um novo paradigma de desenvolvimento rural e urbano, graças à sua matriz disciplinar integradora, capaz de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes campos científicos. A multiplicidade dos fatores socioculturais e agroecossistêmicos constitui bases estratégicas para qualquer iniciativa de desenvolvimento rural ou de desenho de agroecossistemas que visem alcançar patamares crescentes de sustentabilidade. Nessa direção, a Agroecologia é defendida como um paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental da atualidade, devido ao status desenvolvimentista que ultrapassa o estágio da contestação à extinção de espécies (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006).

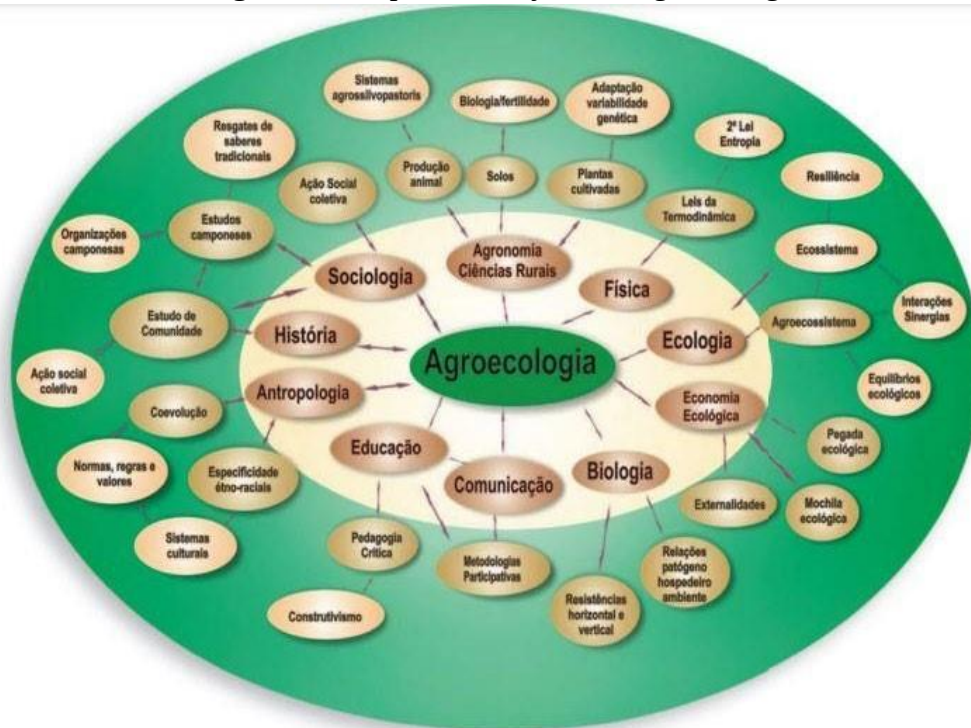
Trata-se de uma ciência que demarca territórios dinâmicos. Caporal, Costabeber e Paulus (2006) identificam que a Agroecologia está constituída sobre campos multidisciplinares e que, enquanto ciência, pode percorrer assuntos de interesse da Física, da Economia Ecológica e Ecologia Política, da Ecologia e Agronomia, da Biologia, da Educação e Comunicação e da História, Antropologia e Sociologia.

Tendo como base princípios éticos ambientais, a Agroecologia se concentra na reflexão do comportamento dos processos complexos do meio ambiente. De acordo com Boff (1995), a ética ambiental se desenvolve nas estratégias de manutenção da biodiversidade natural dos ecossistemas, terrestres ou aquáticos, e está relacionada ao cuidado dos ciclos, entendendo o planeta como próprio nicho ecológico.

Ainda para Caporal, Castabeber e Paulus (2006), a matriz disciplinar da Agroecologia se insere naquilo que Morin (1999, p. 33) chama de pensar complexo, qual seja “o pensamento que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações”. O paradigma pensado por Morin se opõe à simplificação e à redução proposta pelo pensamento cartesiano, convencional e reducionista. Nesse sentido, a Agroecologia caminharia ao encontro de um enfoque paradigmático de saberes ancestrais.

O pensamento de Morin (1998, p. 34) contribui para teorizarmos a mudança paradigmática promovida pela Agroecologia, pois esta representa “uma transformação no modo de pensar, do mundo, do pensamento e do mundo pensado”. Se o mundo foi pensado com base no paradigma da simplificação - em que as relações entre seres vivos e ambientes estão pautadas no consumo e no compilado de desordem ecossistêmica -, a Agroecologia volta-se ao desmantelamento desses princípios e corresponde a uma conexão com os diferentes tipos de conhecimento, na busca por entender os reinos e suas complexidades técnicas, científicas sociais e ecológicas.

Figura 3 - Mapa das relações da Agroecologia



Fonte: Caporal, Castabeber e Paulus (2006).

A Figura 3 apresenta como a Agroecologia pode ser dinâmica e como se conecta com vários conhecimentos típicos das ciências naturais e sociais. Partindo dessa perspectiva, consiste em um campo teórico que serve de orientação para experiências com a agricultura, ao mesmo tempo em que promove a valorização das culturas tradicionais, mediante a observação das experiências vividas em cada geografia ecológica e o entendimento da biodiversidade. Como ressalta a EMBRAPA (2006, p. 4), “não são fórmulas ou receitas, mas indicações que devem sofrer adições, deduções e ajustes, mediante a observação sistemática dos sistemas produtivos no que diz respeito à sua sustentabilidade”.

A Agroecologia pode ser entendida, ainda, como alternativa para minimizar os impactos no ambiente natural através da utilização de metodologias que incluem estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar os agroecossistemas⁴⁴ (ASSIS, 2005). Ao pensar na natureza e nos ciclos, a agricultura contribui para promover um dinamismo autorregulatório dos agroecossistemas, tendo a Agroecologia como subsídio.

⁴⁴ De acordo com o dicionário online, agroecossistemas são ecossistemas naturais modificados pela ação humana para o desenvolvimento dos sistemas agrícolas de cultivo. Ver mais em: www.institutosouazacruz.org.br

A realidade socioeconômica e ecológica local define a melhor forma de aplicação da teoria, exigindo ajustes finos a cada situação. A própria realidade

pode mesmo colocar em julgamento certos princípios, ponderando sua importância e, por isso mesmo, enriquecendo os próprios fundamentos da Agroecologia (ASSIS, 2005, p. 7).

Sendo assim, sua atuação se estende da natureza aos ciclos da fauna e da flora, bem como da sociedade. De acordo com Costa (2022), a Agroecologia pode ser entendida como forma de dar novos significados a territórios e repensar relações de educação, trabalho e alimentação, uma vez que a investigação e a observação propõem estratégias de desenvolvimento da vida para assegurar a sustentabilidade da agricultura, bem como identificar aspectos socioculturais, políticos, econômicos e ecológicos das diferentes regiões.

O reconhecimento da diversidade parte de uma observação ambiental, por meio da qual se problematiza as atividades econômicas que afetam o meio ambiente, assim como o uso e o abuso dos recursos naturais mantido pela ecologia tradicional. Segundo Costa (2022), a partir do momento em que observa as diferenças ambientais, a Agroecologia propõe saídas à crise ecológica e aponta direcionamentos para uma economia viável. De maneira complementar, para os autores Caporal, Costabeber e Paulus (2006), a Economia Ecológica está ligada à Agroecologia e corresponde a uma análise integrada dos sistemas econômicos e ecológicos, capaz de incorporar diferentes abordagens problematizadoras da incomensurabilidade dos valores ambientais.

Logo, posso afirmar que a Agroecologia é uma ciência interdisciplinar, bem como um mecanismo que minimiza as externalidades do sistema de acúmulo de capital e reduz os impactos ambientais, pois a exploração excessiva dos recursos naturais e humanos não é considerada uma fonte econômica a ser mantida. Em *Ideias para adiar o fim do mundo*, Ailton Krenak (2019) observa a tentativa de transformar a própria natureza em “recursos naturais”, o que esvazia seu significado de pertencimento em relação aos seres humanos.

O autor problematiza a relação entre sociedade e natureza, por meio da qual as atividades humanas modificam condições climáticas, biológicas e geológicas do planeta. Essas marcas são resultado do passado de desigualdades e de exploração dos seres, mantido presente no caos social. O desaparecimento das interações valorosas do cotidiano e o desrespeito à diversidade, em um mundo onde as relações são baseadas na mercadoria, tornam a vida meramente mercantil, distanciando humanidade e natureza e reduzindo tudo à exploração (KRENAK, 2019).

Na subseção seguinte, discutirei como a “ciência” é apropriada e ressignificada pelas mulheres por meio do Ecofeminismo. Caracteriza-se por ser discussão recente no meio acadêmico, entretanto fundamental para o movimento agroecológico e indicativa da possibilidade de aproximação entre a luta feminista e a luta ambiental.

3.2 Mulheres + Natureza + Feminismos = Ecofeminismo

Com o *up* dos movimentos sociais rurais nos anos de 1980, como já discuti no capítulo anterior, o MMT, MTR e MST estiveram na luta pelos direitos à terra e pela vida das trabalhadoras rurais. A Agroecologia passou a ser pensada como uma ação pela justiça socioambiental e pela vida das mulheres, organizadas por toda a América Latina a partir de agendas culturais e marchas sociais compartilhadas. Frente a esse contexto, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) surge como importante grupo responsável por liderar mobilizações sociais na contramão do desenvolvimento agrocapitalista, colocando em evidência pautas feministas, no intuito de realizar negociações para a criação de políticas públicas e diálogos com a sociedade (COSTA, 2022).

Vale salientar que, embora as mulheres se organizem em prol do direito à terra, dos direitos trabalhistas e agroecológicos, parte delas não se identifica como feministas. A autora Débora Diniz, ao discutir sobre a aproximação pessoal com o feminismo no livro *Esperança Feminista*, relata: “não nasci feminista, mas posso encontrar traços rebeldes ao patriarcado [...], não frequentei escolas feministas, não tive disciplina na universidade sobre feminismo” (2022, p. 22). Associo essa narrativa à perspectiva das mulheres do campo/rurais e ao seu estranhamento com o termo “feminismo”, muitas vezes em desconhecimento quanto aos reais aspectos do movimento, as lutas feministas ainda são lidas historicamente desde as reivindicações das mulheres brancas de classe média, urbanas e acadêmicas.

Mulheres são formadas dentro de uma mentalidade machista, criadas para serem submissas, silenciadas e expropriadas. Os traços rebeldes são os que compõem a luta pelo direito de existir. A ideia universal de mulher patriarcal, na lógica de uma “heterossexualidade compulsória⁴⁵”, encontra-se em toda a matriz do sistema capitalista. Está dentro de todas as instituições - na família, na escola, na sociedade civil como um todo -.

⁴⁵ A heterossexualidade compulsória é, assim, uma instituição política com todas as variáveis que isso implica, na importância social, na estrutura de empregos, na divisão do trabalho e sua remuneração, no sistema produtivo em geral, nas esferas administrativas das empresas públicas e privadas, no governo e nas relações sociais de modo geral, em que o masculino é mais valorizado do que o feminino (SWAIN, 2020, p. 48)

As mulheres do campo/rurais também sofrem os efeitos dessa estrutura e enfrentam o patriarcado. Elas estão em uma linha de frente, antes de tudo, pelo direito à vida. Não é preciso

o deslocamento físico aos territórios interioranos para ouvir histórias comuns, como “Fulana que o marido matou”, “Beltrana que saiu daqui depois de levar uma surra do Pai”, “Sicrana que não sai de casa para não apanhar”.

Direito à vida! Pensando a vida como parte de todo o ecossistema terrestre e da ecologia que nos envolve, problematizo aqui como a expropriação das mulheres do campo/rurais segue semelhante à da natureza, a partir de uma vertente ecofeminista. Para isso, apresento como aliadas nessa escrita do ecofeminismo as autoras Maria Mies Vandana Shiva, Ariel Salleh, dentre outras referências que alertam na literatura acadêmica - dentro e fora da América Latina - à importância da crítica à concepção moderna de economia, de progresso e de ciência e evidenciam a urgência de uma política que promova equidade, reconhecimento da biodiversidade e da vida das mulheres agrícolas.

O termo “ecofeminismo” foi empregado primeiramente pela autora D’Eaubonne, em 1974, para defender a ideia inédita a época de enfrentar a catástrofe ambiental através de um viés feminista, denunciando o modelo produtivista, de exploração das mulheres e de esgotamento dos recursos naturais (SILIPRANDI, 2015). Isso porque a exploração patriarcal capitalista que oprime as mulheres é semelhante à que destrói a biodiversidade, operante sob a forma de um – falso – progresso, que pressiona os seres vivos em práticas de monoculturas. A exploração dos recursos naturais é mantida pela difusão de inverdades e de valores conservadores globais, igualmente responsáveis por manter operante a hegemonia do pensamento capitalista (SHIVA, 1991).

Shiva (1991) descreve que o caminho para compreender a biodiversidade e a diversidade perpassa pelas questões relacionadas às mulheres, à política e à ecologia, presentes de maneira atrelada em uma ecolítica. Entretanto, para que nos serviria essa ecolítica? Segundo a autora, seria responsável por combater a hegemonia mecânica das indústrias por meio da valorização das diferenças naturais, explícitas e implícitas na biodiversidade. Para entendermos os aspectos dessa ação política, precisamos “*dar a volta no açude*”, pensar no estranhamento

do sistema que urbaniza o açude sujo⁴⁶, normaliza a poluição e os mares de plástico⁴⁷. Temos que estranhar os verbos imediatos, imperativos, conjugados pelo patriarcado como regra: *comprar, ter, precisar*.

Conforme Diniz (2022) ressalta, o que se passa por “normal” tem nome e predicado. A regra capital jamais será justa para as mulheres, nela há silêncio e aceitação. O patriarcado silencia corpos atípicos, aqueles que diferem em gênero, raça, corpo e sexualidade. Então, o estranhamento e a não aceitação são fundamentais para o reconhecimento e a tomada de atitude. Não deveria ser normal que as mulheres fossem livres? *Não deveria ser normal que o açude fosse limpo?* Assim como a natureza está para as mulheres, a agroecologia está para a política cultural ambiental. Então, natureza + mulheres + agroecologia = ecofeminismo.

Mulheres e Natureza, gosto desses dois nomes e em favor deles vou tomar partido⁴⁸. Mulheres são fundamentais na produção da economia agrícola, como venho frisando ao longo deste trabalho; são elas que produzem e reproduzem habilidades para a preparação das sementes, o cuidado e o cultivo, garantindo a ancestralidade do saber. Segundo Shiva (1991), esse descobrimento parte da observação das sementes, do solo, da meteorologia, conhecimentos que estão para um viés feminino. Mesmo com tudo isso, as mulheres do campo ainda são postas como inferiores, vulneráveis e com carência da tutela masculina.

Se “observar” é o verbo chave para o entendimento da natureza e da biodiversidade, é preciso “observar” também o que os feminismos têm feito e levado para o debate acadêmico e popular. Sinto-me cansada de contar histórias óbvias, de “ficar de fuxico com os pares”, numa linguagem que não é acessível. O que acontece quando dizemos “quando a educação não é libertadora o desejo da oprimida é ser opressora” (FREIRE, 1979, p. 15)? Lutas que parecem se alimentar de privilégios, sem reconhecimento da diversidade de mulheres que somos, e das diferentes lutas pelas quais passamos.

Por que não parar e reparar nessas histórias? Minha mãe costuma dizer: “*Repare só, menina*”, isso quer dizer: pare, veja novamente, observe. “Repare” é utilizado por nós,

⁴⁶ Na cidade de Campina Grande-PB, o grande cartão postal é o Açude Velho. Um açude histórico, localizado próximo ao centro da cidade. Tendo sido “urbanizado”, permanece verde, sujo. A burguesia desfila com seus cachorros caros, correm com seus tênis de marca, com narizes cegos ao cheiro de esgoto, onde antigos ribeirinhos ainda pescam. Sim, pescam!

⁴⁷ Em um estudo realizado pela Vrije Universiteit Amsterdam, na Holanda, foram encontradas minúsculas partículas em quase 80% das pessoas. A descoberta, publicada na revista *Environment International*, mostra que elas podem se movimentar pelo corpo e se alojar em órgãos (BLANES, 2022).

⁴⁸ Em contraposição ao projeto neoliberal Escola sem Partido, lançado em 2004 com o intuito de promover uma política de silenciamento nas escolas brasileiras.

nordestinas, quando queremos requisitar a atenção ou quando desejamos que algo seja visto. Volto a esse verbo lendo a narrativa da Débora Diniz (2022) e consigo relacionar a uma reparação ecofeminista, materializada no gesto de voltar para o reconhecimento da biodiversidade que existe em tantas mulheres, sejam elas pretas, étnicas, LGBT+, do campo ou urbanas, dentre outras categorias que as atravessam e que o heteropatriarcado (FIGUEIREDO *et al.*, 2020) usa de ferramenta de expropriação. Observar e reconhecer também é reparar.

Compreender a biodiversidade é o mesmo que fugir de categorias reducionistas de unidade e mercadoria (SHIVA, 1991). O entendimento da biodiversidade implica na

conservação das relações que geram equilíbrio e harmonia aos ecossistemas. Não se trata apenas de igualdade, estamos falando de equilíbrio, de equidade. Uma vez escutei um senhor dizendo: “essa modernidade está perdida, as mulheres querem ser iguais aos *homi*, quero vê carregar um saco de cimento nas costas”. Com dois pesos e duas medidas, esse sistema bipolar criado pelo capitalismo coloniza as mentes, criando mundos duais.

De acordo com a EMBRAPA (2006), a Agroecologia busca princípios ecológicos através de técnicas e alternativas de diversificação de sistemas de produção, reduzindo a subtração do uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos. Ou seja, o reconhecimento da biodiversidade traduz qual metodologia será necessária para a diversificação. Os fertilizantes e os agrotóxicos fazem parte do desentendimento da fauna e da flora e estão ligados, principalmente, ao mecanismo de aceleração para a frenética produção da fome. Como o Brasil, um país que é um “rico” produtor de alimentos, enfrenta um dos maiores quadros de fome⁴⁹ da história? O que estamos consumindo? Talvez possamos nos atrelar a Bauman (2007) para responder, quando afirma que a sociedade do consumo está vinculada ao viés desenvolvimentista, através do qual as relações existem no mundo rápido do consumo, do *fast food*, das redes sociais, dos ambientes artificiais.

O referido autor ainda reflete que, em uma sociedade de consumo, todos “precisam ser”, devem ser” e “têm que ser” consumidores por pura vocação expressa como dever humano universal que não conhece exceção – qualquer que seja a natureza, seja de idade, classe ou geografia -. Tudo está ligado ao consumo, à vocação consumista. Sem a problematização dos acessos, os consumidores natos, nascidos para consumir, não questionam as políticas públicas

⁴⁹ Em 2022 o Brasil está de volta ao mapa da fome. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) aponta que mais de 60 milhões de brasileiros enfrentam dificuldade para conseguir comida (PATRIOLINO, 2022).

e o acesso das camadas mais pobres. “O pobre é forçado a ter pouco recurso, sendo empurrado a consumir objetos de consumo sem sentido para não seguir a humilhação social ao invés de suas necessidades básicas” (BAUMAN, 2007, p. 47).

É fundamental notarmos como a Agroecologia cria outras ideias de consumo quando pensa território, trabalhos e alimentação. Por uma *slow food*⁵⁰! O consumo de produtos agroecológicos une-se aos rituais de comensalidade (COSTA, 2022). Uma vez que as mulheres atuantes na Agroecologia discutem a alimentação consciente, como segurança essencial para suas famílias, elas compreendem a importância da soberania alimentar. “Assim os rituais de

comensalidade são mecanismos para a consolidação da solidariedade grupal, pois envolvem a partilha não só de alimentos, mas também de significados” (COSTA, 2022, p. 293).

A alimentação torna-se, assim, estratégia política para entender o efeito prejudicial da monocultura e do consumo acelerado. Costa (2022) afirma, ainda que subsista a ideia de que a cozinha e o lar são espaços de aprisionamento das mulheres, a comida faz parte dessa mobilização e a cozinha agroecológica se comporta de outra maneira à medida em que contribui para conscientizar sobre o que está sendo posto na mesa: “*que comida é essa que comemos?*” A cozinha agroecológica oferece a filosofia de seguimos um modelo de menos impacto no que se refere à produção e à distribuição de alimentos e de apropriação da natureza.

Flores de plástico, em um cenário de plástico, com roupa de plástico, com o rosto cheio de plástico. Três, quatro embalagens para um produto pequeno. Lixo, produzir lixo. Onde foi parar a natureza da coisa? O Natural? A categoria “Natural” também se adequa ao modelo de exploração, pois é recorrentemente utilizada para conceder superioridade e legitimar escolhas do projeto de homem racional. De acordo com Castro (2022), essa natureza tem um duplo sentido: autoriza o heterossexual homem branco e europeu a promover o seu empreendimento de domínio intelectual e de exploração, junto à grande empresa moderna-colonial-capitalistaglobal.

Para Mignolo (2017), os paradigmas hegemônicos eurocêtricos e o capital global de herança quinhentistas inspiraram a filosofia e as ciências ocidentais no mundo, assumindo um ponto de vista universalista. As discussões acadêmicas e epistemológicas não escapam das hierarquias de classe, sexuais, de gênero, linguísticas, geográficas, raciais e da natureza.

⁵⁰ Costa (2022) traz a *slow food* como um movimento que reivindica uma comida sem pressa, oposto à prática do *fast food*, a conhecida comida rápida, ícone da cultura industrial.

Se a natureza é vista pelo capitalismo como um objeto, é um objeto de fetiche de consumo. A coletividade some dando espaço ao individualismo e à falsa ideia de meritocracia. Bauman (2007) diagnostica que a vocação consumista se baseia no desempenho individual. Por exemplo, pessoas trabalhadoras de base - que estão produzindo os pães, abastecendo os automóveis, limpando as ruas - não são percebidas como pessoas que necessitam de assistência, de moradia digna, de acesso à cultura, ao esporte e ao lazer. Elas precisam continuar mantendo os preceitos da cultura do consumo, elas precisam acreditar na falsa ideia de que o trabalho excessivo as fará ter acesso em um futuro breve.

O acesso e o poder são palavras que andam de mãos dadas nesse sistema de exploração. A própria invasão das Américas foi justificada por uma ideia de expansionismo econômico, que levou a ideia eurocêntrica cultural à condição de hegemonia mundial – “tomar posse”, “dever ser”, “ter que ser” -. O caráter de racionalidade e de humanidade foi posto no centro pelo homem branco, cristão, heterossexual, enquanto a natureza, os povos originários, os povos africanos diaspóricos foram vistos como objetos de curiosidade e estudo. A respeito disso, Castro (2022, p. 144) problematiza:

O sujeito do conhecimento é um indivíduo que conhece sem se relacionar com outros indivíduos e o objeto está separado de outros objetos, sujeito e objeto são duas entidades diferentes. [...] Por fim assumir que o sujeito e objeto são duas coisas distintas, o sujeito da modernidade estava autorizando a apropriação do segundo pelo primeiro de modo violento e arbitrário.

A produção de conhecimento pautado na descoberta alimenta uma série de problemas que desconsideram e levam à negação a intersubjetividade (CASTRO, 2022). Subjetividade e racionalidade? Uma vez que a racionalidade foi inventada pelos povos europeus, o que está reservado para as culturas originárias? A ideia salvacionista branca aplicada sobre os povos autóctones inaugurou a Modernidade e fundou, no centro dela, a concepção de sujeito. A partir disso, as dicotomias serviram de parâmetro para julgar povos indígenas e africanos pela aproximação ancestral com a natureza e com o corpo, considerados menos racionais e mais primitivos (CASTRO, 2022). Em sendo a natureza primitiva, lenta e bárbara, onde está a sensibilidade de enxergar toda a extração da matéria prima para existirmos?

Audre Lorde (2020) nos alerta para a maneira como o capitalismo engole as pessoas através dos seus padrões de pensamento. O “diferente” apontado pelo capitalismo não é o mesmo que o “diverso”, sobre o qual tenho pontuado quando trato das características pessoais e das lutas particulares das mulheres contra a expropriação. Segundo Lorde (2020), todos os não europeus, não ocidentais são classificados como diferentes no intuito de subjugar-los. O

tratamento dado à diferença não é equânime; a diversidade e a multiplicidade da existência da vida são vistas como vieses de dominação. Castro (2022, p. 143) complementa que “a ideologia da percepção da diferença como marca de inferioridade é a forma de justificação da expropriação do trabalho da mão de obra escrava, necessária ao acúmulo de capital”.

É importante problematizarmos a diferença imposta pela cultura do exotismo e da inferiorização de sociedades que estão diretamente ligadas à natureza. O lugar destinado à dita natureza bárbara e incivilizada é fruto do etnocentrismo e do imperialismo cultural. Por isso, neste trabalho, a diversidade de mulheres não é lida a partir do mesmo paradigma; parte da não generalização, movimento que abrange os diferentes tipos de mulheres.

O olhar colonial europeu lançado sobre as diferentes sociedades étnicas e seus modelos culturais de vidas distintas sempre os avaliou como uma deficiência (CASTRO, 2022). A autora, ao citar Lugones, apresenta como o modelo dicotômico-europeu entre mulheres e homens europeu era aplicado às “nativas”, sendo elas vistas “como seres sem gênero, cultura, bestas-feras, que apenas cuidavam da satisfação dos seus impulsos sexuais instintivos, era preciso civilizá-los e ensiná-los comportamentos de homens e mulheres” (LUGONES, 2008, p. 147).

Nesse ínterim, as expressões “homem” e “mulher” partem da construção categórica de uma natureza que se diz feminina e de outra, oposta, dita masculina (PEREIRA, 2008), o que nos levar a crer que as diferenciações instituídas constituem fator natural. No momento em que as categorias são universalizadas, esquece-se e evita-se tornar evidentes as diferenças que cada sujeita (sujeito) expressam nos diferentes contextos histórico-sociais.

A criação de uma unidade de sujeitas e de uma história única tem um propósito, a saber a criação de manutenção da hegemonia patriarcal. Chimananda Ngozi Adichie (2019) discorre sobre os perigos de uma história única, tendo por base as narrativas de conhecimento sobre a África apresentadas a ela no seu momento de vivência universitária. A cena narrada publiciza o momento em que, ao demonstrar fluência em inglês ou a apreciação do estilo de música pop, a sua colega de quarto é tomada pelo estranhamento:

Minha colega de quarto tinha uma história única da África: uma história única de catástrofe. Naquela história única não havia possibilidade de africanos serem parecidos com ela de nenhuma maneira; não havia possibilidade de qualquer sentimento mais complexo que pena; não havia possibilidade de uma conexão entre dois seres humanos iguais (2019, p. 17).

A autora problematiza, a partir desse acontecimento, como as experiências de sua colega acerca da narrativa única do continente africano não permitiram visualizá-la. Os padrões a respeito do outro estão relacionados às histórias formuladas e repetidas em seus diferentes espaços. Ora, se a mídia vende a África através das imagens de fome e de miséria, “é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (ADICHIE, 2019, p. 22).

Para Bairros (2022), o uso do conceito “mulher” pelo modelo hegemônico carrega duas dimensões a serem problematizadas: a construção social de gênero e o sexo biológico. Enquanto se reserva para o gênero a perspectiva de fragilidade emocional e física, o sexo biológico cria a objetificação dos corpos femininos em função do desejo masculino heteronormativo. Toda essa unidade de merecimento e de valor está associada ao desenvolvimento do “progresso econômico” e ao acúmulo de capital.

O mito baseado na concepção de linearidade evolutiva dos seres humanos e da história, no qual os países desenvolvidos da Europa ou dos Estados Unidos são considerados modelo de futuro próspero por garantirem fortunas às custas da expropriação colonial, cria uma falsa ideia de que países subdesenvolvidos conseguirão alcançar a mesma meta e estilo de vida, pela pura utopia do liberalismo (SHIVA, 1991).

No caso da América Latina, as mulheres são consideradas guardiãs da biodiversidade, detentoras de saberes culturais ancestrais que as levam a plantar saberes da medicina tradicional em torno dos seus quintais. As ervas servem, para as mulheres camponesas latino-americanas, para a produção de chás, de lambedores e de xaropes⁵¹. Para elas, a biodiversidade serve como marco ecológico e cultural, pois as festividades, os rituais de celebração e de renovação da vida e a segurança da semente são reproduzidos e conservados pelo cultivo (SHIVA, 1991).

Entendemos, assim, o ecofeminismo como uma vertente de luta social e política que busca a equidade, assim como o equilíbrio das relações entre mulheres e natureza. Uma vez que estamos tratando de uma biodiversidade que compreende a natureza ecológica dos movimentos, precisamos reconhecer as características de cada geografia ecológica, fugindo da aplicação binária heterogênea.

Shiva (1991) denuncia como os corpos das mulheres estão para uma terceira colônia dentro desse modelo desenvolvimentista. A autora defende a importância da solidariedade entre

⁵¹ No Brasil, 82% da população utiliza de produtos à base de ervas/plantas medicinais. Além disso, o Sistema Único de Saúde mantém ações fitoterápicas em todo o território nacional, Programa desenvolvido graças às políticas públicas de saúde e de pesquisa impetradas em 2008 (RODRIGUES; SIMIONI, 2010).

as comunidades para a ação coletiva, a preservação da natureza e da vida como objetivo central da luta feminista. O ecofeminismo implica em estabelecer justiça social e ecológica, superando o antagonismo entre trabalho e natureza, priorizando economias locais e regionais ao invés dos mercados da modernidade global.

O último século inaugurado pela Modernidade trouxe uma sequência de processos históricos, implicando na hegemonia cultural do euro-estadunidense que, de tão profunda, integra o comportamento humano e a própria escrita da história. A radicalização do conhecimento enquadrrou todas as pessoas em uma única dimensão cultural. As problemáticas duais de gênero são exemplos dos efeitos dessa radicalização:

A dualidade opositiva de macho/fêmea, homem/mulher e o privilégio masculino que a acompanha nas categorias de gênero ocidentais, é especialmente alienígena para muitas culturas africanas. Quando realidades africanas são interpretadas com base nessas alegações ocidentais, o que encontramos são distorções, mistificações linguísticas e muitas vezes uma total falta de compreensão, devido à incomensurabilidade das categorias e instituições sociais (OYÈRÓNKE, 2022, p. 93).

Ao tomar como referência as sociedades iorubás, Oyèrónke (2022) diz que tais distorções promovem o desconhecimento e a imposição dos conceitos ocidentais, enquanto o entendimento sobre o mundo por parte dessas comunidades parte da natureza cosmológica, diversa. Por analogia, "as análises e interpretações sobre a África devem começar pela África [...] não por conceitos importados normalmente coloniais" (OYÈRÓNKE, 2022, p. 93). Aproveito essa citação para nos situarmos novamente na América Látina (GONZALEZ, 2020), onde os conceitos devem fugir da colonialidade. Não somos binárias, não somos únicas. Segundo Espinosa-Miñoso (2022), nem o feminismo latino-americano nem os feminismos regionais tinham a pretensão de criar uma mulher universal. Estamos falando de mulheres que passam por diferentes situações de opressão. Assim, precisamos redimensionar a trajetória sociocultural de seus saberes e suas cosmovisões.

A partir do momento em que rejeitamos a possibilidade de resumos universais e estabelecemos o compromisso com as variadas formas de ser, saber e bem viver unidas ao pensamento decolonial, rompemos estruturas racistas, patriarcais heteronormativas e promovemos uma real convivência intercultural (WALSH, 2009) e pluriversal (MIGNOLO, 2008). É necessário bombardear essa estrutura dual, escrever uma história para além dessa linearidade utópica da colonialidade, desse passado de ruínas ocidentais (PIRES, 2022).

Pensar ecofeminismo a partir de mulheres do interior da Paraíba não significa universalizar a categoria mulher do campo/rural. Sabemos que mulheres são e estão em diferentes situações de experiência, mas entendemos que todas são atravessadas pelo sistema do heteropatriarcado, principalmente se nos encontramos em países de Terceiro Mundo. Carvajal (2022) acrescenta: "feminismo é a luta e a proposta política para qualquer mulher em qualquer lugar do mundo, em qualquer etapa histórica, que tenha se rebelado diante do patriarcado que lhe oprime".

Pretendo seguir com essa ideia, um pensamento que emancipa e que permite um olhar holístico sobre a totalidade. No intuito de quebrar com as estruturas dicotômicas correspondentes civilidade/natureza, razão/emoção, falo aqui em perspectiva de uma consciência ecológica. Sendo assim, observar a biodiversidade e unir mulheres e natureza é problematizar a diferença imposta pelo capital; é produzir conhecimentos práticos e teóricos sobre justiça social, sustentabilidade, potencial de renda, manutenção da natureza, assim como direito das mulheres.

Essa é a Agroecologia. Tem o intuito de entender populações tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, em conjunto com as diversidades de mulheres que sempre fizeram parte da produção científica, embora muitas não se autodenominem na luta ecofeminista - ou sejam ecofeministas -. São elas que estampam as capas de livros e as referências bibliográficas, são seus saberes milenares que se constituem ciência. Dessa forma, no próximo capítulo, apresentarei os resultados obtidos na pesquisa feita na biblioteca digital da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA), acerca das duas últimas edições da Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia, tal como as entrevistas realizadas com mulheres que participam do movimento.

4 PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA

Chego a este capítulo firmando que a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia é um importante movimento sócio-histórico na vida das mulheres rurais/campo no interior da Paraíba. Está interligado ao ecofeminismo, tendo em vista que se relaciona com a luta feminista⁵² e da natureza. Trata-se de uma ação que cria dinamismo e conexões políticas, históricas, sociais, com atuação que emerge nos espaços públicos e privados. Me refiro às ruas, ao cotidiano, à casa, à escola, ao trabalho. Considero um movimento que impulsiona a decolonialidade, uma vez que promove ações de emancipação das opressões que são legitimadas na colonialidade para as mulheres.

Como afirma Ahmed (2022), para que haja um movimento é necessário que algo nos mova. Essas mulheres se movem pelo direito de estar e existir no campo. “Pela vida das Mulheres”, além da luta pelo meio ambiente e uma agricultura que seja benéfica a todo ecossistema terrestre, “pela Agroecologia”.

Meu primeiro movimento de pesquisa e entendimento sobre a Marcha aconteceu através do contato com a pesquisa de Sobreira (2019), responsável por me direcionar ao site da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), onde é possível encontrar material bibliográfico a respeito das atividades realizadas pelo Polo da Borborema e as notícias das edições anteriores da Marcha e de suas atividades enquanto grupo. Entrar em contato com os áudios, fotos, vídeos, músicas, notícias fez-me enxergar o potencial histórico que o site proporciona de/para mulheres do campesinato.

Sendo assim, apresentarei na próxima seção o site da AS-PTA e o acesso à sua biblioteca, com subsídio de uma notícia da realização da Marcha no ano de 2022. Em seguida, procurarei promover um diálogo com as falas de duas mulheres⁵³ que atuam na Marcha em diferentes perspectivas e que constroem memórias históricas através de suas escrituras (EVARISTO, 2005).

⁵² Pensando feminismo como discute hooks (2019, p. 20), “um movimento para acabar com o sexismo, a exploração sexual e opressão sexual”.

⁵³ Não divulgarei os nomes das entrevistadas, uma vez que esta pesquisa segue com dispensa no Termo de Consentimento - TCLE pela Plataforma Brasil.

4.1 “Dando uma voltinha” na Biblioteca da ASPTA

O desenvolvimento das tecnologias proporcionou uma nova perspectiva para a pesquisa bibliográfica, histórica, principalmente depois/durante a Covid-19. Historiadoras que trabalhavam no campo da pesquisa em arquivos, museus ou inventários tiveram que elaborar novas estratégias com a advento da pandemia (*tudo fechado, tudo online*). A digitalização e o acesso a materiais bibliográficos, assim como os acervos digitais mantidos na internet possibilitaram o alcance de matérias até então inacessíveis. A internet tornou-se uma importante ferramenta para o desenvolvimento de muitas pesquisas, incluindo esta.

Na década das *fake news*⁵⁴, é fundamental questionar fontes digitais, bem como o que aparece na internet. Segundo Caldeira Neto (2009), a internet tornou-se um lugar perigoso para as/os historiadoras/es: número excessivo de informações em alguns casos, a possibilidade de falsificação de discursos (plágios acadêmicos, inclusive) e o risco de uma fonte desaparecer inesperadamente (sites podem ser apagados por iniciativa dos próprios webmasters – criadores de páginas –, por decisão judicial, por ataque de *hackers* ou por desestabilização nos sistemas onde estão hospedados os arquivos das páginas). Entretanto, a falsificação e a adulteração de informações existiam muito antes do surgimento da internet.

Um documento impresso pode ser falso. Uma fotografia antiga pode ser fraudulenta. Um depoimento oral pode modificar os fatos. É normal para os historiadores trabalhar dentro de campos de possibilidades, utilizando métodos para reduzir as chances de erro. No futuro, é possível que sejam criados mecanismos mais precisos para verificar a autenticidade das fontes digitais. Contudo, enquanto tais procedimentos não se tornarem operacionais, a habilidade e a experiência dos pesquisadores continuarão determinantes na seleção das fontes mais confiáveis (ALMEIDA, 2011, p. 21-22).

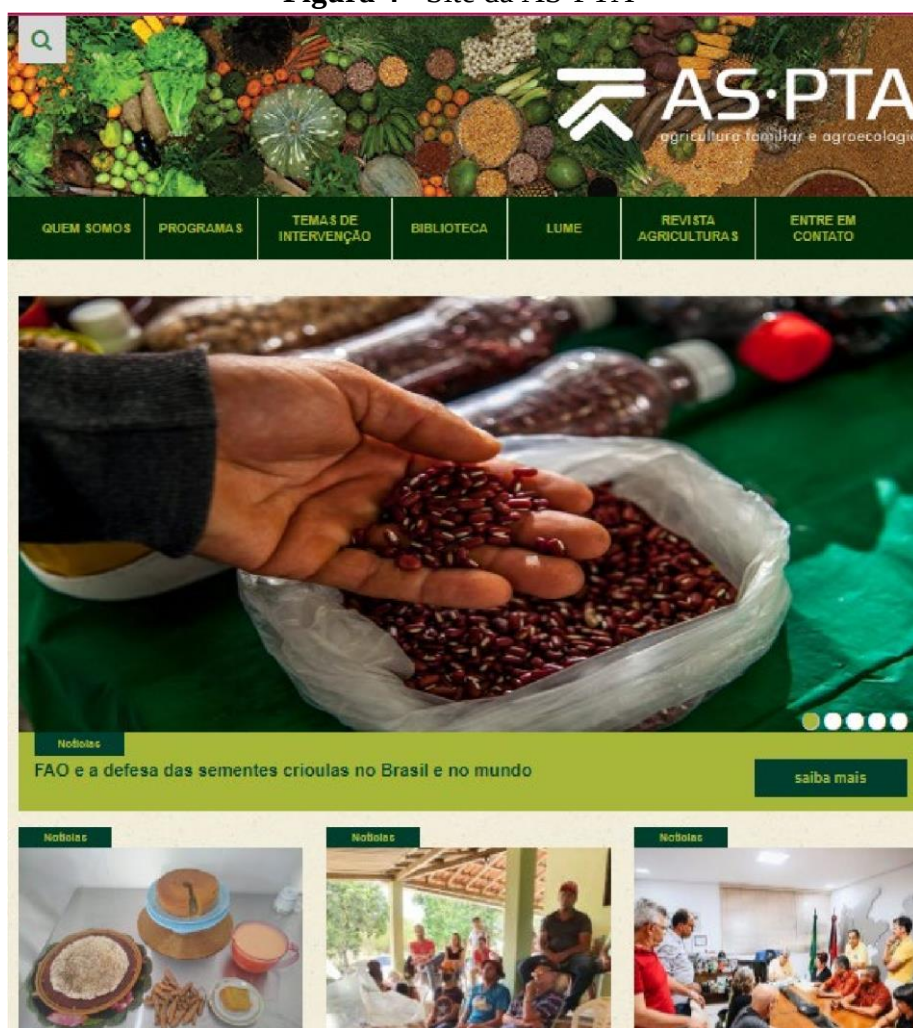
Compreendidas as implicações das fontes *online* de recursos digitais, neste tópico, tenho o intuito de apresentar o site da AS-PTA como material histórico e acervo bibliográfico da

⁵⁴ As *fake news* são notícias com informações ou dados inventados para alterar a interpretação e opinião das pessoas sobre determinados assuntos. Ver mais em: <https://www.wizard.com.br/idiomas/significado-expressaoem-ingles-fake-news/#:~:text=As%20fake%20news%20s%C3%A3o%20not%C3%ADcias,%2C%20ou%20seja%2C%20not%C3%ADcias%20falsas.>

Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. A AS-PTA é uma associação de direitos civis sem fins lucrativos que, desde 1983, promove o fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável. Com três polos físicos em diferentes estados - Paraíba, Paraná

e Rio de Janeiro -, constitui uma importante entidade coletiva que atua na sociedade civil através de redes com ações de implantação e monitoramento de políticas públicas para atividades do campesinato (AS-PTA, 2010). O site é importante ferramenta para o acompanhamento das atividades da Associação. Navegando no <https://aspta.org.br/> é possível encontrar as informações sobre realizações de eventos, revistas, programas, ações, editais, dentre outros materiais relacionados à Agricultura Familiar e Agroecologia. A página inicial do site pode ser vista na figura abaixo:

Figura 4 - Site da AS-PTA



Fonte: <https://aspta.org.br/>. Captura de tela feita em 2022.

Na aba Biblioteca, pode-se encontrar uma seleção de categorias diversificadas para a organização de pesquisa selecionada (Figura 5). As categorias selecionadas para esta pesquisa compreenderam 1) Tipos de Materiais: *História*; *Documentos*; *Entrevistas*; e 2) Temas e Intervenções: *Mulheres*. A pesquisa seguiu, após esse caminho, para uma página com temáticas relacionadas, dentre as quais selecionei a notícia da realização da Marcha no ano de 2022.

Figura 5 - Biblioteca



Fonte: <https://aspta.org.br/biblioteca/>. Captura de tela feita em 2022.

A Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia de 2022 segue com a problemática da implantação dos Parques Eólicos no território paraibano. Com a bandeira “*Mulheres em defesa do Território: a Borborema Agroecológica não é lugar de Parque Eólico*”, problematiza os impactos ambientais gerados pelos parques.

A questão não é a produção de energia renovável, mas os problemas ambientais enfrentados pelas mulheres agroecológicas, pela fauna e pela flora na construção dos parques eólicos. Azevedo, Nascimento e Schram (2016) ressaltam que, mesmo a energia eólica sendo

ambientalmente amigável, o parque eólico está associado a uma série de desequilíbrios ecossistêmicos. As turbinas geradoras de energia provocam mudanças climáticas, seu funcionamento está ligado a uma produção de ruídos prejudiciais a comunidades próximas, além da mortalidade de aves. Nesse sentido, se mostra fundamental a realização de mais estudos científicos sobre os impactos ambientais dos parques.

De acordo com a notícia disponível no site⁵⁵ da AS-PTA, a marcha foi realizada no dia 2 de maio de 2022 nas ruas de Solânea- PB, com cerca de 5 (cinco) mil mulheres dos 13 (treze) municípios que fazem parte do Polo da Borborema, juntas a regiões da Paraíba, do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio de Janeiro e Paraná. Reivindicando seus territórios, entendendo os problemas ambientais atuais que a Agroecologia enfrenta com a possível chegada dos parques eólicos, a líder comunitária comentou que:

Com a Marcha, queremos debater com a sociedade o que acontece com as comunidades rurais a partir do olhar das mulheres que vivem no campo. Queremos também dialogar com nossos governantes sobre o modelo de geração de energia que a gente quer no nosso território. A gente não é contra as energias renováveis, mas contra a indústria energética que se instala pertinho das nossas casas, nos nossos roçados, nas nossas comunidades (SILVA apud AS-PTA, 2022, p. 1).

Na fala da líder, encontro o entendimento da ação e da atuação da Marcha enquanto um movimento social e político que está para a comunidade e que promove diálogo e aproximação com governantes. Maria do Céu Silva traz à tona a problematização da implementação da indústria energética e seus malefícios à comunidade agroecológica. É fundamental discutir como a fala da liderança reflete nos interesses da Marcha e de que maneira se pretende atingir seus objetivos.

A Marcha conta com uma agenda de diferentes programações, contendo apresentações teatrais, musicais e discursos, com intuito aproximar-se e de identificar-se com a vida no campo, além de reivindicar direitos, autonomias e políticas públicas.

Margarida ouve atenta a sindicalista e resolve ser prudente, enquanto o marido Biu se agarra à promessa do dinheiro fácil, sem esforço, como se não tivesse um custo por isso. Margarida, cabreira, resolve ser prudente e não arriscar seu pedaço de chão, suas pequenas criações, seu quintal produtivo em troca de promessas. E as mulheres presentes na Marcha a incentivam com gritos e orientações (AS-PTA, 2022, p. 1).

⁵⁵ Disponível em: <https://aspta.org.br/2022/05/02/em-marcha-as-agricultoras-da-borborema-paraibana-dizem-nao-aos-parques-eolicos/>.

De acordo com AS-PTA (2022), a peça apresentada na edição de 2022 conta com uma narrativa simbólica acerca da chegada da indústria eólica. Com a figura de dois agricultores em cena, que recebem a proposta da implantação da usina em seu território, ganha destaque com a participação do público, em alerta aos personagens sobre a problemática da instalação das torres em suas propriedades (Figura 6):

Figura 6 - Teatro



Fonte: AS-PTA (2022)⁵⁶.

A Marcha enquanto potencial educativo é articulada através dos símbolos teatrais em alerta sobre as escolhas das agricultoras. A identificação da personagem como Margarida ser relacionada à Marcha das Margaridas, uma vez que muitas dessas mulheres se autodenominam margaridas por atuarem na Marcha. Vale salientar a presença de indícios que sugerem a quebra do modelo patriarcal quando, na apresentação o homem rural não é mais o protagonista das escolhas familiares, enquanto a Margarida tem autonomia para escolher o que faz ou não no seu território.

⁵⁶ Disponível em: <https://aspta.org.br/2022/05/02/em-marcha-as-agricultoras-da-borborema-paraibanadizem-nao-aos-parques-eolicos/>.

As falas de mulheres agricultoras também compõem a programação (Figura 7), como uma espécie de denúncia. Elas sobem ao palco e contam suas experiências individuais com a chegada da indústria eólica nos territórios. É importante observar como essas mulheres se organizam em prol de uma ação comum, pensando a coletividade e a defesa de sua comunidade. “Eles prometem o mel e entregam o fel”, diz Soraia do Rio Grande do Norte (apud AS-PTA, 2022, p. 1). “Muitos também já perderam até gado porque as porteiras se quebram, as empresas não consertam, e o gado vai pra mata e se perde” ressalta Tatiana (apud AS-PTA, 2022, p. 1), do Rio Grande do Norte.

Figura 7 - Mulheres no palco



Fonte: AS-PTA (2022)⁵⁷.

Não é novidade que as indústrias, em suas diferentes manifestações, são responsáveis pela exploração humana e da natureza. Atividades campesinas da agroecologia garantem a produtividade sem o aceleração do capitalismo. Mulheres produzem em seus quintais organizações ecológicas, maneiras práticas de garantir a soberania alimentar e o desenvolvimento coletivo da comunidade. A danificação de suas propriedades, a morte dos

⁵⁷ Disponível em: <https://aspta.org.br/2022/05/02/em-marcha-as-agricultoras-da-borborema-paraibanadizem-nao-aos-parques-eolicos/>.

animais, o desequilíbrio ecológico, provocado pelo parque eólico denunciado pelas falas acima, demonstra a necessidade de se intervir nessa inserção da indústria em seus territórios.

Nesta edição, a Marcha sai às ruas principais de Solânea com a participação de mulheres do Maracatu, da Ciranda e Coco de Roda, representadas por Severina e Dulce, conhecidas como “Filhas de Baracho” (AS-PTA, 2022). Juntas promovem ação coletiva em Marcha, com falas de denúncias, carregando bandeiras políticas, incluindo a bandeira LGBTQ+ (Figura 8).

Figura 8 - Marchando



Fonte: AS-PTA (2022)⁵⁸.

Em exercício final da realização, a comissão organizadora da Marcha apresenta uma Carta Política⁵⁹ com o intuito de reivindicar, junto ao poder público, a construção de um projeto de produção de energia que leve em consideração a qualidade de vida das mulheres da

⁵⁸ Disponível em: <https://aspta.org.br/2022/05/02/em-marcha-as-agricultoras-da-borborema-paraibana-dizem-nao-aos-parques-eolicos/>. ⁵⁹ Ver Apêndice B.

agroecologia. A carta também evidencia a necessidade do Estado em adotar medidas que protejam as famílias rurais da violação dos seus direitos, além da necessidade de ampliar o debate sobre a geração de energia que contemple menores impactos ao território da Borborema e a sua biodiversidade.

4.2 Então, menina...

A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonhos injustos.
(EVARISTO, 2018, p. 21)

Neste tópico, pretendo discutir as falas de mulheres participantes da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia – PB, seguindo com a escrevivência de Evaristo (2005). “A escrevivência, carrega uma dimensão ética ao propiciar a quem fala o lugar de enunciação, do eu, que pode ser coletivo, de alguém que diz suas próprias narrativas, compõem sua própria história” (EVARISTO, 2005, p. 30).

As falas compreendem uma costura fundada em respostas obtidas na entrevista semiestruturada realizada via *Google Meet* em fevereiro de 2022. A seleção das mulheres entrevistadas levou em consideração o critério de participação na Marcha, seja ela de forma prática, sindical ou acadêmica, com ênfase na sua geografia paraibana - na sua atuação frente à coletividade cultural⁵⁹ ou política nos feminismos -.

Para discutir as falas e preservar a confidencialidade das participantes da pesquisa, utilizarei nomes de flores (Margarida e Liamba) para descrever suas identidades. Em função da escrevivência, discuto as reivindicações e denúncias contra a cultura patriarcal e a influência política que a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia-PB tem em suas vidas. Como discute Barossi (2017, p. 24), a escrevivência: “é uma estratégia política, ao configurar-se em aspecto de desmascaramento social e denúncia, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos”.

⁵⁹ Pensando a cultura aliada à escrevivência, como destaca Oliveira (2017, p. 652) ao discutir a escrevivência na formação de professores. “Cultura como rede de significações instáveis e cambiantes [...], fundada na narrativa de si”.

Eu me chamo Margarida, sou mulher feminista, agricultora, moro na comunidade rural do Município de Solânea. Eu sou herança da minha mãe, quando eu entrei no movimento sindical, minha mãe já era sindicalista ela saiu para me da oportunidade, porque ela já é de idade mas o meu espelho de luta é ela, porque quando ela ia pra os movimentos, porque ela já, antes desse movimento de mulheres chegar aqui no nosso território dos três municípios, a gente já, ela minha mãe já cuidava do movimento de mulheres trabalhadoras rurais da Paraíba o MMTR. Não sei se você já ouviu falar também. Que já vem lá de muitos anos atrás, as mulheres que se organizavam pela documentação né, para que as mulheres tivessem os documentos, aquele negócio todo né. E também de luta pela terra as mulheres estavam no movimento sindical, tava lá tudo (Margarida, 2022)⁶⁰.

A apresentação de Margarida se dá a partir das suas memórias familiares, reconhecendo a trajetória política da sua mãe enquanto uma mulher trabalhadora rural inserida na luta do

campo. Margarida se entende pertencente a essa realidade cultural, que a move no processo de identificação: “*sou herança da minha mãe [...], ela é meu espelho[...]*”.

Noto como a tradição familiar da politização das mulheres corresponde a um processo histórico voltado à quebra do sistema patriarcal, com foco na institucionalização das políticas dirigidas e reivindicadas por elas e para elas. bell hooks (2021), ao discutir o amor como ato de liberdades, evidencia primeiramente a visão dos processos de descolonização, de autorrecuperação pessoal e política. A autora parte do princípio de que o funcionamento dos sistemas de dominação precisa ser observado de fora para dentro, através de um viés crítico, e que a consciência é central no processo do amor como prática da liberdade.

Mulheres sindicalistas que geram filhas sindicalistas. Ahmed (2022, p. 18) sugere a ação política feminista como caminhos e direcionamentos: “um caminho só pode ser criado pela repetição de ser ‘trilhado’, podemos ver os caminhos como um rastro deixado por viagens passadas”. Pensar a tradição política deixada pela mãe de Margarida, semelhantemente dessas outras mulheres, como um caminho feminista que foi trilhado é reconhecer que as demandas das mulheres do campo constituem lugares de disputas não apenas simbólicas, mas, sobretudo,

⁶⁰ A entrevista completa realizada com Margarida está transcrita no Apêndice B. Os trechos apresentados em itálico no decorrer do restante do texto são trechos da transcrição.

materiais, históricas e sociais. Dessa forma, observo a agricultura familiar como uma rede que se conecta à política e à tradição: “*a minha mãe já cuidava*”⁶¹.

Partindo desse pressuposto, a ação coletiva de liberdade se move pela fundação e atuação nos movimentos de base, como já discutido no segundo capítulo a respeito da importância do MMTR para a documentação das terras “pelo documento”. A ocupação feminina nos documentos de posse de terra corresponde a um dado pequeno de proporções estatísticas. Segundo dados do Programa de Certificação de Direitos aos Ejidais (PROCEDE), homens constituem 88% do total de titulares com direitos agrários, enquanto a proporção de mulheres com direito à terra é somente de 12% e, ainda assim, nem todas possuem o título em seu nome (LISBOA; LUSA, 2010). O destino estatístico, mesmo que assustador, é resultado da movimentação e da luta civil dos direitos dessas mulheres para transformar a sociedade.

Na apresentação de Liamba, a seguir descrita, percebo que os fatores da escolarização e do ensino superior são categorias de formação identitária para uma posição política e que o campo aparece na condição de raízes geográficas, assim como de estudo profissional acadêmico:

*Eu me chamo Liamba sou natural de Esperança nasci em Esperança, é no Agreste da Paraíba né, nasci e cresci e morei quase 20 anos em São Sebastião de Lagoa de Roça na zona rural deste município. Sou doutoranda, formada em História e em Ciências Sociais com habilitação em Sociologia e mestre em História especialista em Educação do Campo. Não dá pra pensar, num feminismo na Paraíba e na História do Feminismo na Paraíba sem se deslocar dessa história das mulheres rurais. Ai eu fiquei assim não dá pra deslocar uma coisa da outra eu tenho que atrás desse negócio aqui, até porque coisa da Identidade Rural, de me entender. Como alguém que vinha daquele lugar muitas vezes, pela constituição das estruturas sociais, da nossa própria educação, ela tende a nos levar a negar essas outras né, a querer repudiar a querer sair, né. É muito forte aqui, é muito forte assim eu acredito que seja essas forças que venham fazer a gente negar, essa procedência e os traços de ruralidade e sertanidades que nos atravessa (Liamba, 2022)*⁶².

Pensando a escrivência de Evaristo (2005) na fala de Liamba, o comum constituinte de sua escrita-vida é o espaço identitário político do campo, uma vez que a problematização da

⁶¹ Penso que esse cuidado escapa a uma lógica romântica da maternidade (que obriga as mulheres a cuidarem de seus filhos de forma integral, isentando a ausência de cuidado paterno). O cuidado aparece, aqui, como uma perspectiva de preservação, de continuidade.

⁶² A entrevista completa realizada com Liamba está transcrita no Apêndice A. Os trechos apresentados em itálico no decorrer do restante do texto são trechos da transcrição.

estrutura comparativa de desenvolvimento - classificadora de espaços urbanos mais civilizados que a zona rural - atravessa seu pertencimento ao entender que essa história se concretiza de maneira estrutural na negação das identidades rurais. “*Querer sair*”. As controvérsias em relação ao êxodo rural no Brasil compreendem as discussões históricas sobre distribuição de economia, investimentos sociais e políticas públicas para agricultores; além, estão presentes no enredo do passado/presente de exploração capitalista protagonizado pela monocultura.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), 70% dos pobres do mundo vivem no meio rural e são fundamentalmente pequenos agricultores e agricultoras (LISBOA; LUSA, 2010). O Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta, igualmente, para uma taxa negativa de 1,31%, ou seja, para o fato de que houve uma perda populacional na área rural brasileira de 246.720 migrantes no período de 1995-2000 (IBGE, 2012). As famílias que saem do campo compreendem, majoritariamente, aquelas que não participam dos sindicatos ou dos grupos de assessoria e não têm contato com os subsídios necessários para permanecerem. Bastos (2016), ao discutir sobre a hegemonia da cidade sobre o campo, resalta o intenso debate acadêmico dessas relações, com a emergência de temas como novas ruralidades, pluriatividades, *continuum* rural-urbano, espaço periurbano, dentre outras nomenclaturas.

Ainda que a discussão acadêmica contemple um vasto conteúdo bibliográfico acerca da problematização sobre os espaços urbanos e rurais no Brasil e na Paraíba, não tenho o intuito

de discutir detalhadamente essa temática. Ao contrário, desejo compreender a capacidade dialógica da Marcha em contraposição ao discurso progressista e desenvolvimentista do patriarcalismo, já que o movimento, em sua disposição e intencionalidade pedagógica, proporciona uma troca comunicativa para as mulheres rurais em processos culturais, identitários e políticos.

Então menina... A Marcha é Libertadora! Mas então, a gente tá aqui nessa dinâmica né, a gente tá na direção do sindicato, lutando pelo direito dos trabalhadores e ao mesmo tempo fazendo essa grande luta com a marcha das mulheres no movimento aqui territorial buscando aí liberta, na verdade fazer com que as mulheres se libertem da violência né? Do patriarcado, mas de uma forma igualitária, que a gente sempre quer ver o bem das mulheres, mas de uma forma igualitária socializando com a família, tanto nessa caminhada a mais da marcha, estamos para os treze anos esse ano de caminhada. Mas a gente vem de uma luta aí de um movimento a mais tempo eu venho a mais tempo, a mais de vinte anos que eu estou nessa caminhada com a minha mãe,

que desde então eu já andava com ela, então é isso, eu sou essa pessoa (Margarida, 2022).

Nessa segunda fala de Margarida, percebo como a liberdade é uma temática evidente. Inicialmente ela diz: “[...] *buscando aí libertar, na verdade fazer com que as mulheres se libertem da violência, né?!’*”. Particularmente, acho fundamental o retorno que a entrevistada promove ao dizer que o movimento é mecanismo gerador de autorreconhecimento, fazendo com que mulheres se libertem da violência e entendendo o sindicato como agente educador. De acordo com Freire (1979), a libertação é fundamental para se desvincular da alienação. No momento em que *a sujeita* se conhece e se aceita, passa a ser agente transformadora de si e da sua coletividade. “A liberdade é matriz da prática educativa, sendo princípio essencial para efetividade do entendimento bem como da alfabetização” (FREIRE, 1979, p. 31).

Alfabetizar para libertar, libertando-se do patriarcado de uma forma igualitária. Margarida continua, “*de uma forma igualitária socializando com a família*”. A família construída com base nas relações afetivas, políticas e culturais também precisa entender e se libertar. bell hooks (2021, p. 283), ao anunciar o amor como ato de liberdade, ressalta que, “no momento em que escolhemos amar, começamos a progredir contra a dominação, contra a opressão. No momento em que escolhemos amar, caminhamos rumo à liberdade, agimos de forma a nos libertarmos e aos outros”.

Vejo na fala de Margarida a ideia de igualdade por um sentimento sindical, de ações primeiras que falam sobre a igualdade de direitos - direito à terra, direito ao trabalho -. Percebo a relevância das conexões parentais no cotidiano para uma aprendizagem contínua, que aprofunda a criticidade para o distanciamento da alienação patriarcal.

Segundo Freire (1967), a criticidade está entrelaçada à capacidade da pessoa de receber as informações objetivas acerca da realidade e interligar, por uma análise reflexiva, o momento em que se torna unidimensional consegue discernir porque existe. “Vai dominando a realidade, vai humanizá-la. Vai acrescentando a ela algo de que *ele* mesmo é o fazedor” (FREIRE, 1979, p. 43). São elementares nesse processo o entendimento da humanização da realidade e a criticidade para o combate da violência, nesse caso contra o feminicídio campestino expresso em diferentes vertentes interseccionais. O momento em que a mulher (seja ela cis ou trans) encontra a possibilidade de promover a socialização do movimento de liberdade, visto em Marcha, proporciona a ação arrebatadora daquilo que foi imposto por gerações como via de regra. Em outros termos, promove amor.

A Marcha ela inclui empoderamento econômico a participação e a melhora na autoestima dessas mulheres, e o rompimento das lógicas de gênero, deixa eu ver o que mais...A própria desenvoltura das mulheres, que elas começam a falar mais a serem mais desinibidas a socializar melhor. Um ponto que destacaria é esse, é um ponto primordial é o entendimento e o reconhecimento da violência, tanto física como psicológica, como patrimonial e muito forte assim, nessa cultura assim que ainda é muito machista que é arraigada em muitos valores da ética camponesa. Então eu vejo como muitas possibilidades. Eu vejo os trabalhos que foram feitos nessa época dos estupros, foram muitos estupros que aconteceram na região, muitos, inclusive na época que eu estava no meu ano da graduação que eu ia pra campina grande e aquele pânico. Porque todo mundo tava em pânico, porque ninguém podia sair, era um estupro dois, três, quatro, pessoas conhecidas, então foi horrível nessa época eu ia pra Campina Grande estudar eu ia de moto, deixava moto em lagoa de roça e foi um pânico, eu vejo muito isso esse lance da violência e atuação frente a isso, na resolução de problemas a Marcha as mulheres do Polo, se aliaram ao governo do estado e botaram quente (Liamba, 2022).

Liamba inicia a fala acima escrevendo a Marcha, destacando as oportunidades que a Marcha legitima enquanto uma ação coletiva que parte tanto de fora para dentro, como de dentro para fora. A Marcha abre espaço para as mulheres serem livres e amadas através de um movimento dialética, mediante ações coletivas influenciadoras das ações individuais e vice-versa. A socialização, a melhoria na autoestima das mulheres do campo, uma mudança econômica ativa, assim como a luta pelo desmantelamento da cultura patriarcal camponesa, compreendendo um movimento político que denuncia e combate às violências e propondo alternativas, são algumas das muitas contribuições apresentadas pela Marcha no cotidiano das mulheres que a integram.

O reconhecimento da violência é de extrema relevância para que haja a mobilização sociopolítica. Mulheres lutam contra a violência desde muitos anos na cultura ocidental, como discutido durante este trabalho. A exploração das mulheres constitui fenômeno social articulado e insistente que perpassa as questões psicológicas, morais e físicas. Mulheres que reconhecem esse não lugar se unem contra a continuidade de opressões e são, eminentemente, mulheres políticas.

As inúmeras manifestações da violência vivenciadas no campo implicam em uma série de fatores, como o medo, o isolamento, a dependência e a intimidação. Sem dúvida, a criação da Lei nº 11.340/2006, nomeada de Maria da Penha, corresponde a uma significativa política pública no combate a tais circunstâncias, nos espaços urbano e rural. Machado (2014) afirma que essa lei se transformou no principal instrumento legal de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. Através dela, foi possível criar mecanismo judicial específico – os

Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres – e reforçar a atuação das Delegacias de Atendimento à Mulher, da Defensoria Pública e do Ministério Público.

Basta ser mulher (cis ou trans) para entender as dificuldades que enfrentamos em relação ao assédio e ao estupro. “‘Que roupa você estava usando’, ‘por que você estava sozinha?’, ‘como você não lembra a cor da roupa do homem que estuprou você?’” (ANGELOU, 2018, p. 39). Em sua narrativa, Liamba ressaltou a importância do trabalho da organização de mulheres no combate a uma onda de estupros que causava pânico na região. Podemos associar tal fato ao diagnóstico feito por Gomes *et al.* (2020), relacionado à estrutura sexista e opressora presente no Poder Judiciário da Paraíba e desvelado quando em litígios de crimes sexuais.

A autora deixa evidente como meninas e mulheres são exploradas por esse sistema mortífero, que ignora a violência e os traumas causados pelo estupro. O desmerecimento das falas das vítimas, a análise dos testemunhos desde um viés feminicida e a legitimidade e a liberdade frequentemente concedida aos agressores são comuns (GOMES *et al.*, 2020). A Marcha, na condição de agente político, proporciona um bombardeamento da estrutura, uma vez que utiliza da atuação política para “botar quente” e solucionar problemas como o descrito acima, evidenciando sua potência em práticas e teorias.

A Agroecologia ela é, eu acredito que é, que aconteceu dessa forma porque, tudo que a minha mãe, é, quando ela levava a gente, a gente já ia aprendendo tudo que ela fazia em casa, por exemplo quando a gente vai pro roçado, que agricultura tem que tá no roçado né, então quando estava trabalhando na agricultura, ela brigava com meu pai pra não fazer queimadas. Quando a ASPTA chega, que é a nossa assessoria que trabalha agroecologia direto. Aí a gente começou a compreender que aquilo que a gente fazia era Agroecologia. Ah a gente faz agroecologia, até mais do que está nas universidades né, porque lá é a teoria, aprender lá no papel é saber o que está escrito nos livros... O que a gente faz, essa defesa que a gente faz é agroecologia, né. Plantar uma planta medicinal no canteiro, no canteiro, econômico pra nós é agroecologia, plantar um alface, um tomate, e que as mulheres, nos, fazíamos né, que era pegar tipo uma bacia velha que quebrava ou um coxo assim que já não bebia água uma coisa que não valia mais e plantava as nossas plantas né, tanto a cebolinha, coentro quando também, já era agroecologia, então a gente já trabalhava e a gente não sabia (Margarida, 2022).

Observo a ligação entre a prática e a teoria. Segundo a EMBRAPA (2006), a Agroecologia se trata de um conhecimento discutido e socializado academicamente, através da observação de diferentes práticas culturais de povos étnicos tradicionais. Percebo que essa relação é basilar em função da construção do próprio conhecimento no geral, nas diferentes

ciências. “O método, a observação a socialização acadêmica, e por fim esquecimento das populações⁶³”.

Vale salientar a relevância das ações sindicais, dos programas e das assessorias presentes nas ações afirmativas para a comunidade de agricultura de base familiar. Segundo Santos (2001), subsidiar mecanismo de incentivo à agricultura familiar é criar condições de desenvolvimento econômico e social, articulados de forma a impulsionar reuniões, diálogos, trocas de técnicas e ações, promover elaboração de projetos e assistência administrativa, conduzindo a uma melhoria nas atividades do campo.

Os canteiros econômicos com plantas medicinais são reflexo do cuidado da saúde que a Agroecologia promove. Diz a EMBRAPA (2006) que as mulheres do campo plantam em seus quintais plantas consideradas importantes para a saúde das crianças, uma vez que o acesso a hospitais em uma geografia do campo não se faz acessível. A título de exemplo, temos o boldo, a hortelã, a cidreira e o capim limão/capim santo. Reconheço na fala de Margarida a sua integração ao movimento de defesa do meio ambiente na ação agroecológica: *“a gente que faz essa defesa, a gente que faz agroecologia”*.

Assim a gente luta pela igualdade social de direito, de espaço de ser quem é, de estar onde quiser, de fazer o que quiser, então a gente nós da coordenação de mulheres, como um todo também temos trabalhado essas questões porque ainda tá um preconceito muito forte no campo em relação tanto às mulheres negras como as mulheres né?... mulheres lésbicas, enfim. A gente vive o tempo todo se desafiando, com isso em todos os espaços, principalmente no campo. A gente trouxe em uma das marchas o tema da diversidade mesmo que foi muito

emocionante, que a gente encontrou várias pessoas do campo, elas se descobriram né assim pra gente, que elas são assim e elas querem ser assim. E são assim e não se sentiam, é, tão bem assim na família na própria família na comunidade por serem quem são. Então foi muito, muito bom, porque a gente descobriu que muitas mulheres eram se reconheceram ali (Margarida, 2022).

Na fala de Margarida, a escrevivência está presente na menção à igualdade como principal tema de reivindicação na luta; a liberdade de expressão e de opinião, de estar, ser, onde e quando quiser. *“Inda tá um preconceito muito forte no campo em relação tanto às mulheres negras como as mulheres né?... mulheres lésbicas”*. Nessa fala, encontro as discussões da interseccionalidade e, mais uma vez, a necessidade prática de criarmos novas

⁶³ Trago esta sátira em crítica a uma situação em particular. Uma vez, me dirigi até determinada comunidade ribeirinha para realizar pesquisa universitária e, no burburinho da chegada, soube que uma moradora tinha soltado a voz, dizendo: “lá vem esse povo da universidade que só trata a gente feito objeto, vem pesquisar e some e ninguém sabe mais o que aconteceu com as nossas falas, e não resolvem problema nenhum”.

epistemologias acerca do feminismo e de saímos da ideia singular e universal de mulher. Observar as pessoas como políticas requer deslocarmo-nos de ideias universais, essenciais, compreender *in loco* como funcionam as diversas opressões dentro do feminismo (NASCIMENTO, 2022).

A fala acima destacada nos leva a problematizar, igualmente, o espaço das mulheres lésbica do campo. Chega a ser perceptível o estranhamento da palavra “lésbica” para Margarida: “*mulhere né?...Mulheres lésbicas*”. Enquanto uma historiadora lésbica que saiu do interior na tentativa utópica de ser livre da lesbofobia, não é novidade discutir sobre a lesbianidade e parecer estar falando palavra indevida. Compreendo junto a Carvalho (2017) quando discute que a trajetória de construção simbólica das mulheres lésbicas está integrada ao discurso tradicional heterocêntrico e que, por conta disso, é preciso escavá-lo. A caracterização da homossexualidade feminina, ainda no século XIX, foi feita através dos recursos da clandestinidade e da não nomeação. Atribuía-se às relações afetivo-sexuais entre mulheres o caráter de perversões sexuais, patologizante/criminalizante e instituinte do anormal e do desviante (SWAIN, 2010).

Carvalho (2017) também apresenta a relação do movimento lésbico com o feminista, na tentativa de subversão a lógica hegemônica de opressão das mulheres, assim como marcados por diversos conflitos políticos. Para a autora, feminismos e lesbianidades são para um *continuum*, em que pensamentos e reflexões encontram-se centrados nas mulheres e não simplesmente em uma política identitária.

Observo a concepção política do movimento da Marcha na fala de Margarida, uma vez que lutar por justiça se faz necessário para todas elas - negras, lésbicas etc. -. A marcha cria canais de participação identitária e política para mulheres que são atravessadas pelas interseccionalidade dentro do campo. Margarida continua e diz: “*que elas são assim e elas querem ser assim. E são assim. E não se sentiam tão bem assim, na família, na própria família, na comunidade, por serem quem são*”. Ainda que o abandono parental da pessoa LGBT+⁶⁴ seja considerado crime de Lgbtfobia⁶⁶, a fragilidade que contorna esse abandono é escancarada dentro da família e da comunidade.

O abandono afetivo da pessoa LGBT+ compreende uma jornada de exclusão ao longo da vida, desde o estranhamento familiar - vivenciado ainda na adolescência - até os maus tratos, a exclusão, as agressões físicas e psicológicas (RIBAS, 2019). Muitos, inclusive, são expulsos

⁶⁴ Lésbica Gays Bissexuais e Transsexuais, o + representando todas as demais categorias de gênero e sexualidade incluídas na sigla ao longo dos anos. ⁶⁶ Através da Lei nº 7.716/89.

de suas próprias casas. Encontrar manifestações de cidadania e um espaço seguro, sem renunciar à ação política, mostra-se impreterível para a mudança nas estatísticas da Lgbtfobia e para provocar reação sensível às injustiças do mundo heteropatriarcal. Atento para a Marcha como um lugar onde se mostra possível o exercício dessa cidadania e a articulação política necessária para o reconhecimento dos distintos grupos de mulheres, evidente também na fala de Liamba.

O *fluxo* de que na zona rural as coisas são mais brutas não representa apenas uma anedota infundada. Mesmo fugindo do generalismo que coloca o cenário rural como inferior, retrógrado, o interior é composto pela cultura herdada do patriarcalismo e da heterossexualidade. A Marcha rompe com essa imposição historicamente legitimada e cria estratégias de articulação e reação às barreiras estruturais. Por isso, precisamos dar ênfase aos protagonismos históricos, sociais e culturais assumidos por essas mulheres. Como afirma Ahmed (2022), não podemos confundir a história das ideias com a história de homens brancos e heterossexuais, precisamos evidenciar nossas protagonistas, legitimar nossas histórias.

5 FINALMENTES

Gosto de chegar nesses momentos finais da escrita dissertativa. Ao mesmo tempo em que me desperta ansiedade pelos finais de ciclos, traz felicidade pelo trabalho realizado. Observo a importância da minha jornada na pesquisa bibliográfica, da passagem pelos grupos de estudos decoloniais, bem como a triste realidade da Covid-19. Hoje, em 2022, vacinada e morando novamente no interior de Pernambuco, me vejo outra historiadora e feliz por esses resultados.

Estudando a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia - PB foi possível enxergar sua importante atuação como um movimento político-social feito por mulheres do campo/rurais no estado da Paraíba. Uma vez que são elas que se unem para compor multidão nas ruas, denunciando e reivindicando uma sociedade mais equânime. Bombardeando o modelo capitalista desenvolvimentista, essas mulheres promovem alternativas que se desprendem na naturalização dos diferentes tipos de opressão das mulheres e da natureza.

Desenvolvi no segundo capítulo o diálogo com o feminismo decolonial, subsidiado pelas Epistemologias do Sul, com o apoio teórico de Maria Lugones (2014); Chandra Mohanty (2008); Ochy Curiel (2020); Bernardino Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018). Naquele momento, promovi críticas sobre o essencialismo do feminismo Norte Global, problematizando sobre a política de identidade fundada na categoria “mulher”. Semelhantemente, denunciei a violência epistêmica, lançando possibilidades estratégicas de produção de conhecimento a partir das mulheres latino-americanas e afrodescendentes.

Em seguida, propus uma genealogia dos movimentos de mulheres rurais no Brasil para entender como elas se organizam no estado da Paraíba. Evidenciei o Polo da Borborema e suas implicações na Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia- PB. Com a bibliografia das autoras Emily Duarte (2014); Ana Paula Ferreira (2010); Julia Serrano (2014); e Dayane Sobreira (2017), pude ressaltar contribuições acerca da história dos movimentos de mulheres do rurais/campo na Paraíba, dando ênfase aos protagonismos das mulheres no Movimento de Mulheres do Brejo (MMB) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Paraíba (MMTR- PB), bem como a história da sindicalista Margarida Maria Alves e das mulheres do Polo da Borborema.

No terceiro capítulo, com o respaldo da crítica da razão colonial, discuti a Agroecologia e o Ecofeminismo, pensando a Agroecologia como ciência interdisciplinar e mecanismo de ação contra a catástrofe ecológica. Unida ao aparato teórico bibliográfico de Embrapa (2006); Caporal, Costabeber e Paulus (2006); Assis (2005) e Costa (2022), ressaltei a questão da opressão da natureza junto à vida das mulheres. Voltei a atenção para a união das causas dos feminismos e da Agroecologia no lema “sem feminismo não há Agroecologia”. As autoras Vandana Shiva (1991); Ariel Salleh (1994); Maria Mies (1991); Castro (2022); e Carvajal (2022), por sua vez, me auxiliarem nesse processo e através delas montei uma costura teórica capaz de ressaltar a fórmula: Mulheres + Natureza + Feminismos = Ecofeminismo.

Por fim, no quarto e último capítulo, apresentei o acesso ao site AS-PTA e a sua biblioteca como material histórico pertinente da Marcha pela Vida das Mulheres e pela

Agroecologia - PB. Foi preciso problematizar o uso das fontes digitais, com fundamento teórico em Neto (2009) e em Almeida (2011), para somente então contrapor a capacidade dialógica da Marcha ao discurso hegemônico do patriarcalismo. As falas colhidas em entrevistas realizadas com duas mulheres integrantes da Marcha em diferentes perspectivas, seguindo a proposta de Evaristo (2018) quando a legitimidade da escrivência como ação teórica capaz de denunciar as injustiças sociais, foram imprescindíveis.

Dessa forma, chego ao parágrafo final saudosa, agradecida ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPB e às companheiras do grupo de pesquisa ProjetAH - História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões.

Mulheres são e estão de diferentes modos, seja nos espaços urbanos ou rurais. Por isso, precisamos bombardear a lógica colonial, produzir conhecimentos que nos incluam de forma equânime e libertadora. Precisamos entender que estamos entrelaçadas com as questões geopolíticas de raça, classe, gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AHMED, Sara. **Viver uma vida feminista**. São Paulo: Ubu, 2022.

ANGELOU, Maya. **Eu sei por que o pássaro canta na gaiola**. Bauru: Astral Cultural, 2018.

ANMTR. Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais. **Recuperação da história de luta e organização das mulheres trabalhadoras rurais até a criação da ANMTR**. [1996 ou 1997].

ANTR. Associação Nacional de Trabalhadoras Rurais. **Relatório I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais**. Barueri, São Paulo, 1986.

AS-PTA. Camponesas marcham nas ruas de Solânea-PB por Igualdade e pelo Fim da Violência Contra a Mulher. **AS-PTA**, 11 mar. 2013. Disponível em: <https://aspta.org.br/2013/03/11/camponesasmarcham-nas-ruas-de-solanea-pb-por-igualdade-e-pelo-fim-da-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 24 nov. 2022.

AS-PTA. Em Marcha, as agricultoras da Borborema paraibana dizem NÃO aos parques eólicos. **ASPTA**, 2 mai. 2022. Disponível em: <https://aspta.org.br/2022/05/02/em-marcha-as-agricultoras-daborborema-paraibana-dizem-nao-aos-parques-eolicos/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

AS-PTA. Quem somos. **AS-PTA**, 29 nov. 2010. Disponível em: <https://aspta.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

ASSIS, Renato Linhares. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/913>. Acesso em: 26 nov. 2022.

AZEVEDO, João Paulo Minardi de; NASCIMENTO, Raphael Santos do; SCHRAM, Igor Bertolino. Energia eólica e impactos ambientais: um estudo de revisão. In: XX ENCONTRO LATINOAMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XVI ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO E VI ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA. 2016. **Anais do XX Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica [...]**. São José dos Campos – SP: UNIVASP, 2016. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2016/anais/arquivos/0859_1161_01.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, p. 206215.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão - SE, v. 11, n. 2, p. 3-26, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/15006>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BAROSSO, Luana. (Po)éticas da escrivência. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 51, p. 22-40, mai./ago. 2017. DOI: 10.1590/2316-4018512.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Rap da roça: diálogos políticos entre a juventude do campo e da cidade. **Comunicação & Educação**, v. 21, n. 2, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/109708/120936>. Acesso em: 26 nov. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **A vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BEAVOIR, Simone de. **Segundo sexo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

BLANES, Simone. Pela primeira vez, cientistas detectam microplásticos no sangue humano. **Veja**, 24 mar. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/pela-primeira-vez-cientistas-detectam-microplasticos-no-sangue-humano/>. Acesso em: 3 jun. 2022.

BOFF, Leonardo. **Princípio-Terra**: a volta à terra como pátria comum. São Paulo: Ática, 1995.

BRASIL. **Políticas para as trabalhadoras rurais**: relatório de gestão do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Incra, 2007.

BRONZE, Giovanna; FERRARI, Murilo. Abril registra recorde de desmatamento na Amazônia Legal: 580,55 km². **CNN Brasil**, 7 mai. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/abril-de-2021-registra-recorde-de-desmatamento-na-amazonia-legal-580-55-km/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CALDEIRA NETO, Odilon. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 1097-1123, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1933/193314422022.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

CAPORAL, F. R.; COSTABABER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: TOMMASINO, H.; HEGEDÜS, P. (eds.). **Extesión**: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Agronomía, Universidad de la República Oriental del Uruguay, 2006, p. 45-64.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedades e Agricultura**, v. 6, n. 2, p. 53-75, 2013. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135>. Acesso em: 26 nov. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, 6 mar. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

CARVAJAL, Julieta Paredes. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, p. 194-206.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. A inserção da mulher no sindicato: uma leitura geográfica da questão de gênero. **Perspectiva geográfica**, n. 1, p. 71-87, 2005. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/7/7>. Acesso em: 26 nov. 2022.

CARVALHO, Anahi Bezerra de. **Experiências formativas e a constituição de subjetividades de militantes lésbicas em Pernambuco**. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/30460/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Anahi%20Bezerra%20de%20Carvalho.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

CASTRO, Susana. Condescendência: estratégias pater-colonial de poder. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, p. 140-153.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. DOI: 10.1590/S0104-026X2002000100011.

COLLET, Zenaide. **A luta da seguridade social contada pelas camponesas**. Chapecó, Santa Catarina: RedeUnida, 2018.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, (eco)feminismos e “bem viver”: emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, p. 285-297.

CRUZ, Teresa Almeida. A caminhada de organização do movimento de mulheres camponesas do Brasil na luta em defesa da vida. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, Florianópolis, 2013. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373238894_ARQUIVO_Texto completoFG10.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 120-139.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Débora. Aproximar. In: DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. **Esperança Feminista**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, p. 63-84.

DUARTE, Emmy Lyra. **Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB): mobilização social, trabalho e relações de gênero**. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5852/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

DUSSEL, Enrique. **1942: el encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad**. La Paz: Plural, 1994.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária. **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/107364/4/Marcoreferencial.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Superando a análise fragmentada da dominação: uma revisão feminista decolonial da perspectiva da interseccionalidade. **Revista X**, v. 17, n. 1, p. 425-446, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/84444/45913>. Acesso em: 24 nov. 2022.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (orgs.). **Mulheres no mundo**: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Ideia, 2005, p. 218-238.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves**: entre o velho e o novo sindicalismo rural. 2010. 146 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4922/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **Margarida, Margaridas**: memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas. João Pessoa: Editora UFPB, 2006. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/451/735/4893-1>. Acesso em: 26 nov. 2022.

FIGUEIREDO, Angela *et al.* Desobediência ao racismo, ao heteropatriarcado e à heteronormatividade branca na política. Entrevista com Vilma Reis. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 2, p. 97109, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/42038/23117>. Acesso em: 26 nov. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GHIRALDELLI, Paulo Junior. **Filosofia e história da educação brasileira**. São Paulo: Manole, 2003.

GOHN, Maria G. **Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Iracema Costa Ribeiro *et al.* Representações sociais de mulheres em situação de violência doméstica sobre assistência jurídica. **Cuidarte**, Bucaramanga, Colombia, v. 11, n. 1, jan./abr. 2020. DOI: 10.15649/cuidarte.927.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis-RJ: Vozes, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: CÍRCULO PALMARINO. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino: batalha de ideias**. Rio de Janeiro: Círculo Palmarino, 2011, p. 12-20. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375002/mod_resource/content/0/caderno-deforma%C3%A7%C3%A3o-do-CP_1.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo no Brasil. **Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HECHT, Susana B. La evolución del pensamiento agoecológico. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable**. La Habana, Cuba: Consorcio Latino Americano sobre Agroecología y Desarrollo; Asociación Cubana de Agricultura Orgánica, 1997, p. 15-30.

hooks, bell. O amor como ato de liberdade. **Anãnsi – Revista de Filosofia**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 277-283, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/anansi/article/download/13356/9361/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Resultados Gerais da Amostra**. Errata Migração. 28 jun. 2012. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/errata_migracao.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 871-887, set./dez. 2010. DOI: 10.1590/S0104-026X2010000300013.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: ensaios e conferências**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. DOI: 10.1590/%25x.

MACHADO, Isadora Vier. Para além da judicialização: uma leitura da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) em três dimensões. **Feminismos**, v. 2, n. 3, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29977/17727>. Acesso em: 26 nov. 2022.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (eds.). **El giro decolonial**:

reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 127-168.

MARANGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Desafios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 9, n. 72, 15 jun. 2012. Disponível em:
https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28#:~:text=Em%201980%2C%20a%20infla%C3%A7%C3%A3o%20bate,o%20segundo%20semestre%20de%201982.
 Acesso em: 19 abr. 2020.

MAVELZZI, Roberto. **Semi-árido**: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007. Disponível em:
<https://www.agrisustentavel.com/doc/ebooks/semiarido.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

MELIS, Antônio Mariátegui. Primer marxista de América. **Cuadernos de Cultura Latinoamericana**. Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1979.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. Platation colonial e agronegócio globalizado: semelhanças e mudanças. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, São Luiz, Maranhão, 2015. **Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luiz, Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em:
<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/mesas/expansao-do-agronegocio-e--a-producao-de-alimentos-na-america-latina.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, jun. 2017. DOI: 10.17666/329402/2017.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade *em* política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 37, p. 287-324, 2008. Disponível em:
http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

MMNSP. Marcha das Mulheres Negras de São Paulo. Marcha das Mulheres Negras de SP acontece com programação online neste sábado. **Portal Geledés**, 25 jul. 2020. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/nem-carcere-nem-tiro-nem-covid-corpos-negros-vivos-mulheres-negras-e-indigenas-por-nos-por-todas-nos-pelo-bem-viver/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

MOHANTY, Chandra. Bajos los ojos de occidente. Academia feminista y discursos coloniales. In: NAVAZ, Liliana Suárez; CASTILLO, Rosalva Aída Hernández (eds.). **Descolonizando el Feminismo**: teorías y prácticas desde los márgenes. Madrid: Under Western Eyes, Feminist Scholarship and Colonial Discourses, 2008, p. 112-162.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

MORIN, Edgar. **O método**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

NOVION, Jacques de; COSTILLA, Lucio Oliver; AYALA, Mario. Pensamento, teoria e estudos latino-americanos. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 8, n. 2, p. 5-14, 2014. Disponível em:
https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24914/1/ARTIGO_PensamentoTeoriaEstudosLatinos.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **ComCiência**, Campinas, n. 120, 2010. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n120/a06n120.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Trabalho Doméstico. **Organização Internacional do Trabalho**, [2010]. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 26 nov. 2022.

OLIVEIRA, Iris Verena. Escrevivências e limites da identidade na produção de intelectuais negras. **Currículo sem Fronteira**, v. 17, n. 3, p. 633-658, set./dez. 2017. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180421090703id_/http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3artcles/oliveira.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

OYÈRÓNKE, Oyewúmí. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022, p. 8495.

PATRIOLINO, Luana. De volta ao Mapa da Fome, Brasil tem 60 mi de pessoas com insegurança alimentar. **Correio Braziliense**, 7 jul. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/07/5020611-pais-esta-de-volta-ao-mapa-da-fomeda-onu.html>. Acesso em: 26 nov. 2022.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 296-316, 2016. DOI: 0.5007/2175-7984.2016v15nesp1p296.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, n. 28, 1987. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/opesodotrabalholeve.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

PAULINO, Jonatta Sousa; GOMES, Ramonildes Alves. Sementes da Paixão: agroecologia e resgate da tradição. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, p. 517-528, jul. 2015. DOI: 10.1590/1234-56781806-9479005303008.

PEREIRA, Carolina Grant. Hermenêutica jurídica e construção do sujeito na pós-modernidade. In: XVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, Brasília, 2008. **Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008, p. 5427-5443. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasil/Integra.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção política dos programas de ajustamento estrutural nos anos 1980. **Revista Brasileira de História**, São Paulo v. 33, n. 65, p. 359381, 2013. DOI: 10.1590/S0102-01882013000100015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, v. 6, n. 2, p. 342-386, 2000. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/228/240>. Acesso em: 24 nov. 2022.

RAMOS, Carolina. A construção do sindicalismo rural brasileiro. In: II SIMPÓSIO ESTADO BRASILEIRO: HISTORIOGRAFIA. 2005. **Caderno de Resumos do II Simpósio Estado Brasileiro: Historiografia**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Disponível em:

<https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

RIBAS, Camila de Toledo. **Inclusão social da minoria LGBTI**: o abandono afetivo em foco. 2019. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Centro Universitário Toledo, Araçatuba, 2019. Disponível em: <https://servicos.unitoledo.br/repositorio/bitstream/7574/2282/3/INCLUS%C3%83O%20SOCIAL%20DA%20MINORIA%20LGBTI-O%20ABANDONO%20AFETIVO%20EM%20FOCO%20%20CAMILA%20DE%20TOLEDO%20RIBAS.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *In*: GELP, Barbara C.; GELP, Albert (eds.). **Adrienne Rich' Poetry and Prose**. New York/London: W. W. Norton & Company, 1993.

RODRIGUES, Angelo Giovani; SIMONI, Carmem de. Plantas medicinais no contexto de políticas públicas. **Informe agropecuário**, Belo Horizonte, v. 31, n. 255, p. 7-12, mar./abr. 2010. Disponível em: http://www.cecs.unimontes.br/media/k2/attachments/Plantas%20medicinais%20no%20contexto%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf_85d63537e8c4d55f78c912f176673bb7.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.

RODRIGUES, Carla. Leiam Lélia Rodriguez. **Cult**, 3 mar. 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/leiam-lelia-gonzalez/>. Acesso em: 24 nov. 2022.

ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 20, n. 39, p. 309-324, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7537/5625>. Acesso em: 26 nov 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos**: modos e significações. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015. Disponível em: http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Introdução. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 9-19.

SANTOS, Ligória Felipe dos. Porque não queremos flores... marchamos. **AS-PTA**, 8 mar. 2015. Disponível em: <http://aspta.org.br/2015/03/08/porque-nao-queremos-flores-marchamos/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

SANTOS, Ligória Felipe dos. VII Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia – Areial-PB – 8 de março de 2016. *In*: AS-PTA. **VII Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia** – Areial-PB – 8 de março de 2016, 2016. 1 vídeo (17min 49seg). Disponível em: https://vimeo.com/162373317?embedded=true&source=video_title&owner=7077452. Acesso em: 26 nov. 2022.

SANTOS, Manoel José dos. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 225-238, dez. 2001. DOI: 10.1590/S0103-40142001000300017.

SANTOS, Michela Katiuscia Calaca Alves dos. **Rompendo a cerca do isolamento:** as relações entre a Agroecologia e as questões de gênero. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em:

[https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/50/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-](https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/50/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&starts_with=ompendo+a+cerca+do+isolamento%3A+as+rela%C3%A7%C3%B5es+entre+a+Agroecologia+e+as+quest%C3%B5es+de+g%C3%AAnero)

[1&starts_with=ompendo+a+cerca+do+isolamento%3A+as+rela%C3%A7%C3%B5es+entre+a+Agroecologia+e+as+quest%C3%B5es+de+g%C3%AAnero](https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/50/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&starts_with=ompendo+a+cerca+do+isolamento%3A+as+rela%C3%A7%C3%B5es+entre+a+Agroecologia+e+as+quest%C3%B5es+de+g%C3%AAnero). Acesso em: 26 nov. 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 26 nov. 2022.

SEIBERT, Iridiane Graciele. **Feminismo camponês popular:** contribuição das mulheres camponesas à luta de transformação social. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados sobre as Américas) – Departamento de Estudos Latino-Americanos, Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35503>. Acesso em: 24 nov. 2022.

SERRANO, Júlia Scaglioni. A preparação da IV Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, um processo educativo. In: III ENCONTRO INTERNACIONAL DE AGROECOLOGIA, Botucatu, São Paulo, 2013. **Anais do III Encontro Internacional de Agroecologia**. Botucatu, São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2015/04/mulheres-daborborema-JSS.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

SERRANO, Júlia Scaglioni. **Mulheres da Borborema construindo a agroecologia e a igualdade de gênero**. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias - Agroecologia) – Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, Bananeiras, 2014. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2015/04/mulheres-da-borborema-JSS.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SHIVA, Vandana. El concepto de libertad de las mujeres del movimiento chipko. In: MARIA, Mies; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo:** teoría crítica y perspectiva. Barcelona: Icaria, 1991, p. 18-36.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia:** a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009. Disponível em: http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wpcontent/uploads/2015/02/TESE_DOUTORADO_SI LIPRANDI-Mulheres-e-Agroecologia-aconstru%C3%A7%C3%A3o-de-novos-sujeitos-pol%C3%ADticos-na-agricultura-familiar.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e sistemas agroflorestais (SAFS): agroecologia e feminismo na floresta. In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia (orgs.). **Estudos feministas:** mulheres e educação popular. Vol. 2. São Paulo: LiberArs, 2015, p. 49-60.

SILVA, Carmem S. M. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016. Disponível em: <https://soscorpo.org/wp-content/uploads/2016-Feminismo-popular-e-lutasantissistemicas.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

SILVEIRA, Luciano Marçal da; FREIRE, Adriana Galvão; DINIZ, Paulo César O. Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. **Agriculturas**, v. 7, n. 1, p. 1319, mar. 2010. Disponível em: https://issuu.com/aspta/docs/artigo_3_-_polo_da_borborema/1. Acesso em: 26 nov. 2022.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **A Cunha Coletivo Feminista**: subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015). 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9575/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SOS CORPO. Margaridas na luta por desenvolvimento sustentável. **Cadernos de Crítica Feminista**, v. 5, n. 4, p. 124-131, dez. 2011. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ZsQB56dliqmP8AkBPxzgD4YrPoR4HAR_/view. Acesso em: 22 nov. 2022.

SPERANDIO, Roberta Transpdini; MADARINO, Thiago Marques. Desenvolvimentismo x neodesenvolvimentismo na América Latina: continuidade e/ou ruptura?. In: 37º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia, São Paulo. **Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS**. Águas de Lindóia, São Paulo: ANPOCS, 2013. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-da-anpocs/st/st02/8393desenvolvimentismo-x-neodesenvolvimentismo-na-america-latina-continuidade-e-ou-ruptura/file>. Acesso em: 26 nov. 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SWAIN, Tânia Navarro. Desfazendo o “natural”: a heterossexualidade compulsória e o *continuum* lésbiano. **Bagoas** – Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 5, p. 46-56, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2310/1743>. Acesso em: 27 nov. 2022.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 103-130, 2001. DOI: /10.1590/S0104-026X2001000100006.

TOLEDO, Cecília. O gênero nos une, a classe nos divide. In: TOLETO, Cecília (org.). **A mulher e a luta pelo socialismo**. Cadernos de textos de Marx, Engels, Clara Zetkin, Trotski. 2 ed. São Paulo: Sundermann, 2014.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, jan./abr. 2020. DOI: 10.5965/2175180312292020e0101.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y razón colonial: refundares políticoepistémico en marcha. In: ALBALGI, Sarita; MARCIEL, Maria Lucia (orgs.). **Conocimiento, capital y desarrollo**: dialécticas contemporáneas. Buenos Aires: La Crujia, 2009, p. 5-17.

APÊNDICE A - FALA LIAMBA (LITERAL)

Primeiro eu gostaria de reforçar o prazer que é estar aqui conversando com você sobre esse tema. E pra mim vai ter uma dificuldade de separar um pouco que é alguém que participou e que participa e de alguém que também estuda essa Marcha é, de dentro de uma proporção tanto estadual como nacional. Então é assim por hora eu acredito que essas coisas vão se misturar um pouco né.

Mas acredito que o tipo de abordagem que a gente utiliza nas nossas pesquisas, que a gente dialoga permita. Então eu sou Liamba, tenho 27 anos, sou doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e Feminismos na Universidade Federal da Bahia e estou na fase de conclusão do doutorado. Sou formada em História e em Ciências Sociais com habilitação em Sociologia, mestre em História, especialista em Educação do Campo.

E assim, como a própria formação traz um pouco tendendo pros Estudos do Campo, tendo uma perspectiva de diálogo, nessas humanas e nessas sociais, tô no processo de terminar a tese né. Estudando, inclusive algumas dessas outras mulheres que você conversou ou que vai conversar ou que vai tratar de alguma forma na sua dissertação. É também nessa fase de conclusão, falando um pouco da Marcha das Margaridas. E é falando de um lugar acadêmico também, assim como você a ProjetAH - de Pesquisa e certificado do CNPQ e o CIGE - Ciências Gênero e Educação.

Então pensando um pouco mais nessa minha história, assim de raízes. Eu sou natural de Esperança, nasci em Esperança, é no Agreste da Paraíba né, nasci e cresci e morei quase 20 anos em São Sebastião de Lagoa de Roça na zona rural desse município. Que é aqui do lado, pertinho inclusive, bem próximo ali. Então Esperança fica sendo uma cidade um pouquinho maior, não que seja grande, mas um pouquinho maior que a Lagoa de Roça, e outras cidades próximas, por exemplo hospital, maternidade se concentra lá.

Então a gente nasce em Esperança e habitamos outros espaços daquela região. E esse território agreste da Paraíba. É cenário da atuação do Polo da Borborema, que inclusive é a Entidade que promove a Marcha pela vida das Mulheres e Pela Agroecologia. Então assim, eu tive contato com a Marcha, já entrando em outro caminhar dessa conversa. Eu tive contato com a Marcha é 2015. No comecinho do mestrado, já tava morando. Aí em João Pessoa, engraçado né que eu já tinha começado a estudar isso depois que eu saí de lá, eu conheci a Marcha depois que eu saí. Eu estava morando aqui em João Pessoa. E aí fui para Lagoa Seca, fui em um bate e volta pra participar da marcha, e fiquei assim. O que é que isso minha gente, como eu não conhecia isso aqui antes. Que já tinha outras edições da Marcha. A essa altura já existiam outras edições da Marcha, e estava assim na que acho na sexta edição em 2015, a quinta ou a sexta.

Então terminei o mestrado e nessa época já tinha voltado pra Lagoa de Roça, já estava circulando por lá, e eu estava estudando Feminismos, História das Mulheres aqui na Paraíba, mas em uma pegada de estudar mais a ondas, o grupo. E fui me aproximando um pouco mais nas discussões sobre ruralidade.

Estava começando a me inquietar com isso. E aí estava estudando a história dos primeiros grupos de mulheres feministas, na década de 80 e 90 no estado.

E aí sempre vinha o movimento de mulheres trabalhadoras rurais, movimento de mulheres trabalhadoras rurais, movimento de mulheres do brejo, Penha, Solidade. Então essas mulheres começaram e vinham e vinham nas entrevistas que eu fazia, e vinha nos documentos que eu acessava, então pensei, “rapaz é isso”. Não dá pra pensar, num feminismo na Paraíba, a História do Feminismo na Paraíba sem se deslocar dessa história das mulheres rurais, desses movimentos que partem do campo e desses movimentos que partem de outros lugares que são as universidades, né e que se encontram né. Um retroalimentando o outro pensar que, os primeiros grupos de mulheres que nascem que são criados aqui em João Pessoa em Campina Grande, eles vão ter uma atuação prática digamos assim, em lagoa grande né, por exemplo, com as mulheres da zona da mata canavieira. Com as mulheres do sindicato. Inclusive já tinha todo uma bagagem já ali, de lutas né. A partir da história de atuação da Margarida Maria Alves, que inclusive é inspiração para a Marcha das Margaridas, enfim então, nesse momento aí eu fiquei assim não dá pra descolar uma coisa da outra, e eu tenho que atrás desse negócio aqui até porque coisa da identidade rural, de eu me entender.

Como alguém que vinha daquele lugar que muitas vezes, pela constituição das estruturas sociais, da nossa própria educação, ela tende a nos levar a negar essas outras né, a querer repudiar a querer sair, né. É muito forte aqui, é muito forte assim eu acredito que seja essas forças que venham fazer a gente negar, essa procedência e os traços de ruralidade sertanidades que nos atravessa.

Mas enfim, isso é uma ideia que eu venho aprimorando acho que a raiz disso vem daí. Então é eu comecei a me inquietar, Aí já voltando pra Lagoa de Roça eu fui para a reunião, eu fui atrás de uma camisa da Marcha que tava vendendo no facebook do sindicato, então eu disse eu vou atrás, gostei, eu vou atrás de uma camisa dessa, já da marcha do ano seguinte. Ai no dia que eu cheguei lá, tava tendo uma reunião, uma espécie de oficina de preparação para Marcha de 2016, e aí eu fiquei, fiquei por ali, aí participei da oficina comecei a ter contato com as mulheres do polo, elas me receberam muito bem curiosas pra saber o que eu era, e tal.

Porque meus pais nunca tiveram uma proximidade muito grande com o sindicato, embora eles sejam sindicalizados, ambos. Eles trabalham com agricultura familiar, agora eu acho assim que algumas práticas agroecológicas. Mas não de forma consciente, sabe. Eu acho que essa aproximação assim com o sindicato com AS-PTA foi se dando mais com essa minha curiosidade. Não necessariamente porque eles vinham dessa pegada, digamos, sabe/ Eles, o sítio do meu avô onde meu pai onde tem a casa do meu pai do meu tio é muito pequeno, meu pai até hoje ele é assalariado rural de um sítio vizinho.

Ele cuida né, cuida da lavoura das fruteiras mas eu acho que não são muitas mas, eu não diria que ele tem um produção totalmente agroecológica. Mas eles não têm essa consciência de que é uma prática de agroecologia talvez. Agora meu avô tenha um pouco mais, no sentido de usar um adubo, que não seja o veneno e procurar um sentido ali do próprio conhecimento de olhar, e dizer olhe essa formiga tá vindo de num sei aonde. Eu vou fazer isso aqui tal de uma forma que não mexa muito ali na lógica,

sem precisar inserir outros elementos outro tipo de mercadologia, então tem essas práticas, mas acredito que não sejam muito consciente.

Da mesma forma a minha mãe e a minha avó, criar a galinha de quintal, ter ali suas ervas ao redor do terreiro, mas também avalio que não seja algo talvez, talvez foi algo que foi se aperfeiçoando melhor porque minha vó por exemplo começou a participar das marchas, eu levava ela. Até a última que teve em 2020, antes da pandemia, vovó tava lá comigo, então foi isso foi abrindo, então teve essa aproximação assim...

Aí então é isso então eu vou atrás eu me interessei pelas mulheres rurais. E aí, comecei a ficar inquieta, eu terminei o mestrado sabendo que eu ia percorrer outro caminho, que talvez não seja o mesmo, mas foi aquele caminho que me levou a outro. Aí, então fiz uma especialização em Educação do Campo, e aí daí pra frente. E eu já estava muito mais consciente. Aí desse meu lugar, inclusive academicamente falando, então foi um pouco por aí, e aí comecei a participar das marchas mais efetivamente, sabe?!

Olha, eu acho que é assim, engraçado, porque quando a gente vai falando e vai conversando a gente vai se dando conta de algumas coisas também. Eu nunca tinha parado pra pensar sobre isso que você me perguntou agora, mas assim, me dando conta agora. Eu percebo que agora é uma coisa que ficou muito no âmbito dos estudos, é porque eu acho que é assim. Eu comecei a entrar na graduação muito nova, eu tinha 16 pra 17 anos. Então eu vivia naquela lógica. Que, embora meus pais não sejam. Então meu pai é assalariado, minha mãe recebe o bolsa família então eles não têm condições financeiras boas assim, na época que eu fiz a graduação estava sendo até um pouco melhor porque o Brasil estava vivendo outras condições, outras coisas. Então eles sempre quiseram que eu estudasse, se esforçaram pra me dar minimamente o dinheiro da xerox. Nunca me faltou o dinheiro da xerox, o dinheiro do lanche, o da passagem pra ir pra campina grande estudar.

Então acho que eu cresci muito nessa pegada, então participando daquela forma lá no campo mas de forma muito mínima, né. Talvez nesse lugar que se observa e quem recebe essa cultura, de quem foi de quem pertence a essa cultura mas que não necessariamente pelo viés por exemplo do trabalho. Embora a agroecologia seja mais que isso né?! Não é apenas uma lógica ali dentro do núcleo familiar, dentro da hierarquia da família que extrapola isso.

Eu acho que assim, pra mim agroecologia, minha aproximação com agroecologia ela vem, mas por esse ponto de vista do que necessariamente do viés de alguém que bota em prática ou que efetivou isso de outros modos. Foi a partir da Marcha que eu comecei a conhecer mais agroecologia. A pensar um pouco mais, a sempre é... Chega pra gente informação de exemplos de intercâmbios de coisas, que deram certo que estão dando certo nesse sentido do projeto agroecológico.

Na educação do campo, quando eu fiz a minha especialização, isso foi muito forte também. Muito forte, inclusive porque minha turma tinha pessoas de várias experiências, quilombolas, professores que de fato estavam em sala de aula no campo, gestores, sabe tinha uma diversidade de

proveniências. Então, foi muito interessante, então eu acho que tem uma Liamba antes e uma Liamba depois disso, depois desse olhar que foi melhor polido sabe, então.

Embora eu vou te confessar um negócio nessa história de terminar a tese, está me vindo um negócio muito forte. É, eu me considero uma mulher rural e sertaneja, eu entendo que isso me faz. Inclusive percebendo quem eu sou hoje, percebendo coisas básicas como o que eu gosto, a praia ou o mato. Esse tipo de coisa sabe?! Tipo enquete do Instagram, que a gente se percebe assim, se percebe enquanto sujeito, tem que ser atravessado por essas influências por essas raízes e tudo mais. Mas aí durante a escrita da tese, principalmente agora terminando. Eu escrevo ela, muito nós margaridas, se coloca também como margarida. Só que em determinados momentos era muito tênue. Eu entender, que eu também era uma margarida, sendo que eu estava falando das margaridas sabe. Foi muito louco pra mim sabe, muito louco, de assumir essa postura teoricamente falando. Porque eu acho que aí entra as questões dos múltiplos atravessamentos, né.

Mas sim, eu me considero uma mulher rural sertaneja nordestina. É nessa idade que me assumo muito fortemente e claro como mulher branca. Mas que vem de classes desfavorecidas de família quase totalmente branca. Então já tem esse peso de um privilégio, que não vem só da minha geração mas que vem outras. Isso no sítio é muito forte né, a cultura dos sítios “há você vem de uma família “há você é neto de fulano. “Ha você é neto de sicrano. Embora eu entenda que isso não venha do lance do dinheiro. Porque minha família não é rica, mas vem no lance do privilégio. Talvez venha do privilégio da cor, eu tenho o olho castanho, cabelo castanho, minha mãe tem o olho azul, azul, azul. Meus tios todos, família de pai do mesmo jeito, esse privilégio também se desenha a partir dessas outras coisas sabe?! Isso vai atravessando a gente, vai atravessando.

É muito doido isso, é uma coisa que eu acho que eu acho que eu precisei impor isso historicamente sabe. Em um programa feminista mas que as mulheres rurais. Isso tanto no âmbito de onde eu tô, como de um modo geral. Os feminismo rurais, eles são um pouco debatidos, são pouco publicizados. Assim, tem um esforço muito grande em falar das mulheres trabalhadoras rurais. Mas por outro lado, mulheres rurais feministas ainda são pouco visibilizadas.

Então eu acho que assim, aqui na Paraíba não tinha trabalho que falasse assim tinham poucos trabalhos que já traziam a Marcha. É, de uma menina que eu esqueci o nome dela, agora. Que ela fez em bananeiras o mestrado dela, acho que tu conhece esse trabalho também. Emilly Duarte e tem a Serrano, tinha algumas, e as duas, por exemplo, são, tipo, traz, mas pouco se fala em dizer que são práticas feministas, são movimentos feministas, porque não dizer? Então essa é uma discussão inclusive que eu que eu venho de forma mais detalhada, trazendo na tese pra pensar quem são as Margaridas. Então eu termino estudando as margaridas a partir da Paraíba.

A partir da etnografia que eu fiz aqui na Paraíba. Que são também as suas mulheres de pesquisa. É um pouco isso, tô muito na expectativa, repito pelo seu trabalho, é. Então é isso, fico hoje com uma postura hoje e que academicamente eu defendo com unhas e dentes, assim, eu sai indo assim, traz muitos desafios pra gente também.

Porque outra coisa pra mim, é a forma que você é lida na pesquisa de campo, com as mulheres do polo que eu conheço quase, muitas delas eu conheço assim. E já tenho certa intimidade e que eu participando de atividades em comum de encontros e tal. Mas aí, é a forma como você é lida, e eu fiquei pensando muito nisso quando eu fui pra Brasília com elas. Porque eu era aquela que estava sempre com o celular na mão, com a câmera com papel, cercando ali, cercando ali. Era a chata que sempre tava ali no pé, tirando foto, gravando, e assim ficava muito bolada assim com isso, de não parecer a chata né?! Tem esse outro lugar.

Porque teve, tem, falando desse convívio mais próximos com elas. Que foi a viagem pra Brasília e que é, às vezes. A Marcha é a última marcha. Fiquei pensando nisso também, nas anteriores, é a forma como eu sou lida hoje, sabe? Lá nos territórios, e pelas mulheres que fazem esse movimento né, sempre fico muito reflexiva sobre isso, fico pensando como eu fico sendo lida. Eu tenho uma leitura, mas de que forma elas estão me lendo assim né. Será que pra elas eu sou uma mulher rural também?! Eu acho que não, eu acho que não.

Tem uma diferenciação, quando eu vi seu roteiro, eu parei e disse: olha, tem uma diferenciação. Eu fiquei tentando arrumar na minha cabeça, de ficar tentando fugir da minha tese, eu não faço esse movimento. Em determinados momentos eu falo de mulheres camponesas, mulheres rurais. Mas eu espero que isso não seja um problema, mas já estou antevendo daqui. Mas, tem uma diferença, falando assim não de forma teórica.

Mas falando assim, de forma mais senso comum também. Mais didática talvez quando eu falo mulheres rurais, as imagens mentais que me vem são diferentes, mulheres trabalhadoras rurais, em mulheres que de alguma forma ela tem sua consciência de trabalhadoras que são sindicalizadas e tal, as mulheres de Alagoa Grande por exemplo são mulheres trabalhadoras, se identificam como tal.

Então quando eu penso em mulheres camponesas já me vem são mulheres muito mais conscientes, dessa coisa da classe do pertencimento da formação política então assim... Mulheres camponesas, então me vem assim as ligas assim, sabe eu fico, assim sabe, fico viajando mas tentando trazer essa coisa assim, da.. do que me vem. Mulheres rurais eu acho que é um termo mais abrangente e até de certo ponto mais neutro engloba, essa diversidade de mulheres, né? Que tem reconhecimentos né, que tem auto afirmações muito diferenciadas né.

Aqui na Paraíba a gente tem muito, elas se reconhecerem como mulheres agricultoras, principalmente com as mulheres da Marcha, do Polo né? E muito forte, essa, esse reconhecimento, mas em outros estados é um pouco distinto nisso. Na própria Bahia, eu morei lá uma época, e assim lá, foi quando eu comecei a enxergar que o campo é muito mais ser do que está, acho que assim o que estava nos meus olhos, eram o campo da agricultura familiar, das agricultoras das né?

Mas o que se desenhou pra mim foi algo muito mais amplo né. De um campesinato indígena de um campesinato negro, de um campesinato ribeirinho, e agora com essas chuvas na Bahia vem muito a tona assim. E aí se você vai pro norte já um campesinato das águas, né ligado ao extrativismo, o termo

rural, me dá talvez, uma noção mais de totalidade. Eu sigo com esse termo assim, eu falo desse termo porque deixa a gente respaldada de certas omissões.

Essa identidade também é muito móvel, por exemplo quando eu fui para Brasília com elas, naquele momento específico elas se identificaram como margaridas. Sabe? Então naquele processo o que vinha antes não era agricultura, é a margarida. É uma identidade muito estratégica, eu nem vou problematizar muito para não pensar muito na minha cabeça. Pra eu não bagunçar muito a minha cabeça, porque eu acho que a nossa conversa é também está sendo em um momento crucial, de avaliar se meu deus será que tá dando certo? Então eu não vou bugar muito, mas de fato é de se reconhecer como agricultoras isso deve ser pelo trabalho que é feito pela Marcha e pela comissão de mulheres. Com certeza inclusive, mas recentemente eu peguei um pouquinho disso quando eu estive por lá, que foi da juventude, né? De se entender como jovens rurais, uma mulher jovem rural. Uma mulher jovem rural lésbica, entendeu. Então acho que esse trabalho é recente, e ainda tem mais, por exemplo, nas últimas marchas eu vejo o trabalho de se reconhecer, como mulher rural jovem e negra. E tem também essa pegada da raça que é recente.

Sim eu vejo, e eu observo também que isso tem ficado mais claro. O trabalho com essas temáticas tem ficado mais sabe, a cebola vem retirando as camadas com essas temáticas. É, teve algumas marchas, que entre 2017 e 2019 foi, eu não participei presencialmente das marchas porque eu estava em Salvador em Porto Seguro. Mas no extremo sul, mas eu acompanhava de longe, e ficava me dando conta disso, “há já estão trabalhando melhor” inclusive isso começa a aparecer na postura oficial da Marcha. Se você pegar os panfletos, você que estuda os panfletos e trabalha com essas fontes, é se você pega por exemplo as próprias músicas que são cantadas ou vídeos de sistematização que elas próprias lançam. E que conseguem inclusive do meu ponto de vista enxergar isso de forma mais coesa.

Né, de forma mais clara, acho assim que talvez o lance da raça tem ficado muito claro assim, tem sido trabalhado de forma mais substancial, principalmente no ano que Marielle foi assassinada, trouxeram isso pra Marcha. A Marcha inclusive foi realizada no dia da morte de Marielle, uma coisa nesse sentido então veio nesse sentido. Então outras figuras, como Dandara, são muito evocadas pela marcha. As próprias músicas começam trazendo essa pegada afro-brasileira indígena sabe?! Algumas eu fiquei observando isso, algumas músicas que são cantadas nas marchas em 20016 em 20017 não eram e fruto que chegaram, então a gente entende que aquelas músicas ali não partiram no escuro, elas partem de um entendimento que precisa ser mais trabalhado entendido e tudo mais.

Da mesma forma a pauta das identidades de gênero, embora eu acho que é uma pauta que fica mais focada na comissão de juventude. Assim é um trabalho que pegue. Também eu acho que é assim, avançar e a gente tá em um cenário desafiador obviamente, a gente sabe disso e eu vejo que essa pauta é muito trabalhada no trabalho com a juventude.

Eu fico pensando assim, percebeu-se que tinha um grande número de jovens que né, de rapazes ne, de moças que não pertencimento, e que hoje dessa lógica dicotômica. Da heterossexualidade

compulsória, então do que eu tenho entendido que observo é que tem essa necessidade mesmo de demandar o trabalho né, sobre o gênero sobre essas temáticas afins.

Eu acho assim, cada ano tem uma demanda muito dos territórios. Do que vai ser um pouco da temática da Marcha né?! Então, eu acho que eu vou trazer uma certa linearidade, porque eu vou tentando captar esses elementos à medida que eu vou falando. Eu acho que em 2017, não é que eu sou meio ruim de data, acho que foi em 2016 que a temática do estupro da violência foi muito forte se eu não tô lembrada. Então naquele ano o lance do gênero vinha, também. Que poder masculino é esse que passa em um lugar tal de abusar de corpos femininos, então foi muito forte isso. Mas realmente eu to pensando, aqui e acho que assim na Marcha Pela vida das Mulheres talvez tenha algumas coisas assim que me remetem com as identidades de gênero mas eu não vejo como algo tão sólido assim não. Mas que em 2020 teve uma peça de teatro, eu não sei se teve uma personagem lésbica, eu não sei se estou lembrada.

Enfim, mas assim, uma coisa que eu sempre ouço das mulheres é que assim a Marcha abriu muito os olhos delas. Inclusive pra entender os filhos as escolhas afetivas sexuais, que os filhos e as filhas estavam tendo. Eu acho que esse movimento todo, da juventude que estava tendo permitiu que muitos saíssem do armário. Ou pelo menos pra circular melhor, pra se movimentar melhor e lembro inclusive de alguns colegas de algumas colegas que vem dessa formação da juventude que vem da formação do polo que tem a escolha afetivas sexuais que vai para além das escolhas heteronormatividade.

Eu acho que com juventude é muito forte e do meu ponto de vista. Isso acaba reverberando na Marcha e nas atividades da comissão de mulheres. Partindo mais da juventude do trabalho com a juventude, não sei se fui clara, mas do meu ponto de vista mais forte aí. Mas assim, eu acho que as mulheres umas das pautas é o direito à liberdade de escolha de expressão e a liberdade de guiar a própria vida. Muitas mulheres trazem relatos muito fortes de separação de divórcio e tal, do meu ponto de vista então essas discussões atravessam isso, sabe, as mulheres se entendendo. O quanto eu posso romper uma ligação, pensar. Em ter outros tipos de relação que não apenas com um homem, essa discussão atravessa também essa pauta assim maior que eu vejo muito focalizada na juventude.

E não é muito separado isso porque eu acho que quando eu não sei se está tendo a Marcha da juventude camponesas. A gente mas a gente super, tem, as vezes eu me coloco como agente as vezes eu me coloco como alguém que está de fora, muito doido isso na minha cabeça. Mas assim eu nas Marchas da juventude camponesa eu participei de duas e participei ativamente e fui pra formação fui para os encontros. Então a gente super cola na Marcha das mulheres que é uma questão que já é. Tem essa participação também acaba de algum modo uma reverberando na outra, esse é meu ponto de vista.

Eu vejo muita mudança assim, e novamente nesse momento eu não vou conseguir separar pra você, a Liamba que pesquisa e a Liamba que enxerga com olhar da experiência. Mas nesse tempo, que eu acompanho as atividades a gente enxerga com os olhares da universidade, a gente que é historiador, historiadora, a gente sempre vai atrás. A gente vai buscar né, então nesse processo de acompanhar a marcha assim para além do que eu experienciei, é sempre uma coisa muito forte que eu sempre ouço nos

relatos nos próprios balanço dessas Marcha. É o autoestima dessas mulheres, elas sempre esperam ansiosamente pela Marcha todos os anos, então assim eu acho que é mesmo um ritual, um ritual assim.

Que inclusive a melhora desse autoestima na família, na relação com marido, nas outras relações familiares para além dessa dicotomia. Na liderança, na participação nas comunidades, até na própria igreja, nas associações rurais e nos sindicatos. Enfim, eu vejo que tem esse instalar ne para a participação né, mas também o empoderamento econômico. A própria ASPTA, também tá junto com elas em algumas atividades nas próprias feiras agroecológicas, onde elas já comercializam seu produto e já vendem seu artesanato. Já vende um mel, já vende alguma outra coisa pra fazer gera renda, é mais também pensando no lance do gênero, o rompimento com alguns papéis, né mulheres que são donas de seus roçados. Que é o trabalho pesado que estamos aí acostumada é na mentalidade que é muito forte de ser direcionado ao homem, as mulheres inclusive assim que trabalham em outras profissões que são pedreiras que são servente de pedreiras, assim tem um rompimento com isso que é instituído para homens e para mulheres né.

E eu vejo como muito positivo, então ela inclui empoderamento econômico a participação a melhora no autoestima, essa esse, esse rompimento dá lógicas de gênero, deixa eu ver o que mais... A própria desenvoltura das mulheres, que elas começam a falar mais a serem mais desinibidas a socializar melhor, mais forte. Assim encontros que duram mais de um dia, que temos contatos mais próximos, então a gente começa a ouvir essas coisas e a perceber e é muito massa, então quando eu fui pra Brasília isso corou esse entendimento assim, assim é criado uma irmandade do meu ponto de vista, as mulheres elas se ajudam muito e sem contar naquela questão do entendimento um ponto que destacaria esse, é um ponto primordial é o entendimento o reconhecimento da violência. Quanto física como psicológica como patrimonial muito forte assim, nessa cultura assim que ainda é muito machista que é arraigada em muitos valores da ética camponesas

Então, eu vejo como muitas possibilidades, eu vejo no trabalho que foram feitos nessa época dos estupros. Foram muitos estupros que aconteceram na região, muitos, inclusive na época que eu estava no meu ano da graduação. Que eu ia pra Campina Grande e aquele pânico, porque todo mundo tava em pânico. Porque ninguém podia sair, era um estupro dois, três, quatro, pessoas conhecidas. Então foi horrível nessa época eu ia pra Campina Grande estudar eu ia de moto. Deixava moto em Lagoa de Roça e foi um pânico. Eu vejo muito esse lance da violência e atuação frente a isso, na resolução de problemas. A Marcha, as mulheres do Polo, se aliaram ao governo do estado e botaram quente.

E teve assim reuniões e tal, e não sei se chegou a prender o cara. Eu acho que sim, por conta dessa mobilização que foi feita, e acho que principalmente porque, o foco era as mulheres do Polo que estavam sendo as vítimas. Então teve uma atuação muito forte, por parte da Marcha, nesse sentido de denúncia de preposição de incidência política ali junto ao estado. Em busca de soluções. Então eu acho que isso foi uma ação muito pontual muito forte. Que a gente vê que foram reflexo de um debate da Marcha. Talvez se não tivesse esse trabalho com as mulheres, se não tivesse esse trabalho da Marcha isso não tivesse se sucedido dessa forma.

Acho que a própria consciência política de voltar melhor como foi esse negócio da reforma da previdência as mulheres preocupadas em que votou contra quem votou a favor. Não sei se isso, foi um a observação do ambiente que eu tava que eu circulava o sindicato de Lagoa de Roça e tal. Mas eu acho que isso foi mais geral assim nesse sentido, teve uma preocupação nesse sentido, sabe?! Porque os direitos delas estavam sendo diretamente afetados, como assim eu vou me aposentar com sessenta anos, as mulheres que lutaram tanto por uma aposentadoria com cinquenta e cinco.

Então eu vejo por esse ponto de vista, eu tenho que contar na própria melhoria da renda da alimentação, das condições de vida da família através da agroecologia é uma coisa muito nítida também. Porque, embora as mulheres assim, a gente sabe que elas são as beneficiadas, como por exemplo os programas dos governos, o bolsa família, por exemplo. Então a mulher é responsável por comprar roupa “por vestir os meninos” digamos assim. Mas assim, somado o dinheiro do coentro que ela vende com dinheiro do ovo, da galinha, então acho assim que tem essa melhora econômica que passa pelas práticas agroecológicas. E que faz parte de um trabalho também, que não só da Marcha mas também do Polo. Que é anterior inclusive né, esse trabalho agroecológico, inclusive é anterior a própria Marcha, principalmente naquelas regiões de Solânea Remígio de Lagoa Seca, Lagoa Nova, isso é muito forte.

Lagoa de Roça não tem muito foco assim, a gente sempre foi muito, capenga assim, na época que tava lá a juventude era muito, poucos participavam, assim... Eu acho que quatro, cinco jovens que participaram que o município foi meio assim sabe, outros são melhores digamos assim participam melhor. Se agregam melhor a essas atividades, aí depois terminou que eu um colega casou também saiu. Enfim, foi isso poucas pessoas, não é um município que referência, em práticas agroecológicas.

Mas assim, se comparado aos do Polo que são mais, inclusive Remígio está na participação política, toda época de campanha municipal. O Polo meio que assessora as mulheres que se candidatam nos municípios. Então, assim poucas chegam, poucas chegaram a ganhar as eleições e tal, mas muitas chegaram muito perto. E isso, assim, se dá muito pelo trabalho da Marcha, pelo trabalho de cuidar, o trabalho de cuidar dessas mulheres. E fazer entender que elas que é importante ter uma representação política pra começar a valer nossos interesses né, pra fazer entender justamente os interesses da Marcha né do que vem sendo pautado nessas edições e tudo mais.

Por isso essas mulheres costumam dizer que estão em marcha né, elas sempre falam isso. Acho que Céu falou pra você isso com certeza. Elas estão em Marcha que a Marcha não para. Então desde a pandemia o cenário foi muito desafiador, assim... A pandemia foi um negócio tão triste ta sendo né, foi um negócio tão é... Quando a gente lembra né, inclusive saiu um playlist é de algumas mulheres como estava sendo a pandemia na vida delas, na comunidade delas, não se se você teve acesso no youtube, que inclusive saiu com as coisas da Marcha do ano passado que foi virtual. Menina aquilo é um negócio tão triste que toda vez que eu vejo aquela coisa eu choro, fico arrepiada e fico mal principalmente com um episódio.

Mas a própria Marcha virtual, foi um momento da gente entender que Pandemia não era o fim das coisas, que era um desafio, e que ia que, a gente ia mas que estávamos juntos. Aí a Marcha trazia

vídeos ao vivo das comunidades foi massa, eu fiquei vendo o ao vivo vibrando e chorando e batendo na mesa, né?! Então, assim foi muito legal, e então trouxe pra isso, talvez o entendimento que são muitos desafios ne do encontro presencial que talvez demore a acontecer. Eu também acho que como você acho que não vai ser esse ano, o pico de covid está vindo com tudo, por exemplo, Lagoa de Roça agora em dezembro, estava com zero casos, ontem eu vi tava trinta e oito pra uma cidade muito pequeninha é muito. Inclusive é um termômetro pra gente ver como é que tá as coisas na Paraíba. Que dizem que o covid tá leve, mas a gente nunca sabe né?! Então assim... Então eu sei que estavam tendo reuniões pra marcha acontecer esse ano mas quase certeza que não vai acontecer não. E se tiver é muito risco.

APÊNDICE B - FALA MARGARIDA (LITERAL)

Meu nome é Margarida eu sou mulher feminista, agricultora, moro na comunidade rural do Município de Solanea, aqui na Paraíba. Eu sou da organização da Associação Comunitária aqui na minha comunidade, sou liderança comunitária também, e sou da direção do sindicato dos trabalhadores rurais do meu município, faço parte da direção e também da coordenação do Polo da Borborema. Que é a entidade de treze sindicatos que trabalha para ações da agricultura familiar para fortalecer o desenvolvimento agroecológico no território.

E ai eu faço parte coordenação de mulheres, que trabalham todo tema com as mulheres desde do ao redor de casa dos espaços que elas têm de produção das pequenas criações das plantas medicinais, até a grande mobilização da Marcha né, pela vida das mulheres e pela agroecologia, e levantando a bandeira contra a violência contra as mulheres, que isso é o mais importante que as mulheres agricultoras sofrem violência.

Então eu estou nesse movimento já a bastante tempo, eu sou herança da minha mãe, quando eu entrei no movimento sindical, minha mãe já era sindicalista. Ela saiu para me dar oportunidade. Porque ela já é de idade mas o meu espelho de luta é ela. Porque quando ela ia pra os movimentos, porque ela já, antes desse movimento de mulheres chegar aqui no nosso território dos três municípios, a gente já, ela minha mãe já cuidava do movimento de mulheres trabalhadoras rurais da paraíba o MMTR. Não sei se você já ouviu falar também.

Que já vem lá de muitos anos atrás as mulheres que se organizavam pela documentação né?! Para que as mulheres tivessem os documentos, aquele negócio todo né, e também de luta pela terra as mulheres estavam no movimento sindical, tava lá tudo, então eu vejo essa luta desde então desde pequena. E aí, hoje eu tenho 43 anos, sou mãe de dois filhos dois rapazes, dois jovens, inclusive tem um que faz parte da coordenação da juventude que veio desse campo ai de luta. E a gente tá aqui nessa dinâmica né a gente tá na direção do sindicato, lutando pelo direito dos trabalhadores e ao mesmo tempo fazendo essa grande luta com a Marcha das mulheres no movimento aqui territorial buscando aí liberta. Na verdade, fazer com que as mulheres se libertem da violência né? Do patriarcado, mas de uma forma igualitária, que a gente sempre quer ver o bem das mulheres. Mas de uma forma igualitária socializando com a família. Tanto nessa caminhada, a Marcha, estamos para os treze anos esse ano de caminhada, mas a gente vem de uma luta ai, de um movimento a mais tempo eu venho a mais tempo. A mais de vinte anos que eu estou nessa caminhada com a minha mãe, que desde então eu já andava com ela, então é isso, eu sou essa pessoa.

Então a Agroecologia ela é, eu acredito que é, que aconteceu dessa forma porque, tudo que a minha mãe, é... Quando ela levava a gente, a gente já ia aprendendo tudo que ela fazia em casa, por exemplo quando a gente vai pro roçado, que agricultura tem que tá no roçado né, então quando estava trabalhando na agricultura, ela brigava com meu pai pra não fazer queimadas, e ai isso pra nós, a gente não ficava entendido, oxente não queimar, não queimar, ai ela fazia uma briga, porque o meu pai sempre

quis fazer aquela broca pra plantar o roçado pra desmatar o roçado, e ele sempre queimava, e aí ela ficava (erro na internet - corte de fala) porque aqui na nossa região, e lá é uma região a terra não é plana ela é meia encurvada, meio iladeirada pra gente plantar em roçado a gente teria que arrumar uma forma, é pra que a água quando batesse ali naquele espaço naquela onde a gente ia fazer o roçado, ela não fosse embora, aí minha mãe nesse processo de formação que ela ia ela aprendia a fazer curva de milho no roçado, plantar, tem muita erosões aqui na nossa região, aí ela aprendia a plantar como por exemplo. Quando tinha muitas erosões ela aprendia a plantar feijão guandu, pra ir segurando sabe? Aquela água, e tal a gente conseguir uma produção mas molhada mais tempo no caso né, porque se você não tiver onde tiver que parar a água na propriedade ela passa e vai embora,

E aí a gente foi aprendendo essas coisas, essas coisas quando a AS-PTA que é a Assessoria dos agricultores daqui da região chega no nosso município de Solânea. Inclusive, Solânea foi um dos primeiros municípios, Solânea, Lagoa Seca e Remígio, foram os três primeiros municípios a serem... a trabalhar essa visibilidade da importância do agricultor, do olhar do agricultor, de como o agricultor trabalhava. E a gente foi um dos primeiros municípios nessa caminhada, junto com a AS-PTA. Quando a AS-PTA chega, é a nossa Assessoria que trabalha agroecologia direto. Aí a gente começou a compreender que aquilo que a gente fazia era agroecologia, só não sabia a palavra “não fazer queimadas” “não desmatar, assim não cortar uma árvore e não plantar outra. Aí a gente tinha esse conhecimento mas aí a gente não sabia que era agroecologia. E foi depois com o passar do tempo que a gente veio entender, ah isso é agroecologia, o que a gente faz, essa defesa que a gente faz é agroecologia, né?!

Plantar uma planta medicinal no canteiro, no canteiro, econômico para nós é agroecologia, plantar um alface, um tomate, e que as mulheres, nos, fazíamos né, que era pegar tipo uma bacia velha que quebrava ou um colcho assim que já não bebia água uma coisa que não valia mais e plantava as nossas plantas né. Tanto a cebolinha, coentro quanto também, já era agroecologia, então a gente já trabalhava e a gente não sabia.

Então assim a gente começou a aprender dessa forma né, quando a gente tem um movimento sindical que aparece e fortalece na região que troca experiência que vai nas propriedades, sabe?! E que vai buscar outros conhecimentos de agricultores e a gente aí tem esse olhar e faz essa troca de conhecimento, aí a gente diz, ah a gente faz agroecologia. Até mais do quem está nas universidades né. Porque lá é a teoria, aprender lá no papel, é saber o que está escrito nos livros e os agricultores.

As mulheres e os homens e também lá a juventude muito envolvida, eles já fazem, eles já sabem o que estão fazendo e como fazer. Mas assim com a chegada da AS-PTA a gente percebe que desde do processo de formação das reuniões com os agricultores muita gente realmente, deixou de fazer as queimadas porque viu a importância, de manter (erro áudio) Porque aquele mato lá, depois vai murchar, depois vai morrer e depois acaba sendo uma cobertura pra terra onde a pessoa mesmo vai plantar.

Então a gente vivenciou muita coisa, por exemplo, o uso do veneno por muitos agricultores antigamente lá no tempo dos meus avós que minha mãe ainda tem 68 anos. Mas por exemplo, meus avós usavam muito veneno pra matar formiga, peste de formiga que dava na lavoura, num sei o que num sei

o que. E aí, com esse processo de experimentação, de troca de conhecimento e informação, a gente começa a entender que a gente não pode usar. Porque tem outras alternativas né. A gente encontra outras alternativas, também natural, como por exemplo o biofertilizante, as caldas naturais, algumas coisas que a gente aprendeu a fazer no decorrer da nossa caminhada. E que hoje, se a gente, a gente sabe que hoje não pode matar os animais. Porque um vai fazendo o próprio sistema acontecer na diversidade do roçado e isso a gente vai aprendendo.

E pra nós agroecologia é isso, e pra nós mulheres, foi sempre teve dentro de nós, porque sempre teve dentro de nós. Porque a gente compreendeu e compreende que nossas avós brigavam com nossos avós, e nossos pais, ela já vivia uma experiência agroecológica dentro delas. Porque ela cuida né, ela é cuidadora, elas que produzem, a vida e tudo mais, e aí a gente começou a compreender que as mulheres têm um papel fundamental, né?! E tanto que a gente leva nossa Marcha com esse nome porque são elas que são as guardiãs as defensoras e tão ali pra levantar a bandeira e brigar com agroecologia. Que tem que se fazer assim, dessa construção, e elas tem o papel de ensinar também passar pros filhos. Assim como minha mãe me repassou né. Aí eu repasso pros meus filhos e eles vão passar pros filhos dele, e assim que a gente vive e assim que a gente vive, então para as mulheres agroecologia sempre teve eternizada dentro de nós. Que a gente tem essa preocupação do cuidado dentro de nós, de não jogar lixo, qualquer lixo na nossa terra. Enfim, a gente tem esse cuidado, mas direto, e a gente repassa isso para nossos que vieram né, pra quem tá ao nosso redor também.

Eu acredito que seja a mesma coisa, porque eu acho que essa questão da universidade trazer essas várias, essas várias, vários nomes né, que se dá. Mas eu acho que é porque também são diversas regiões. As mulheres agricultoras do Rio de Grande do Sul, as mulheres agricultoras do Nordeste, ribeirinha lá de não sei de que. Tem vários nomes que se dá, mas são as mesmas coisas, se você trabalha com a terra, com as plantas, com a pesca. Várias mulheres que estão no dia a dia, que estão na luta. eu acredito que não tem muita diferença, a mulher camponesa a mulher rural, mulher do campo, a mulher agricultora. São as mesmas mulheres que estão ali no dia a dia, não tem diferença não, pra mim são a mesma coisa. eu compreendo assim. Se eu for lá no Rio Grande do Sul e as mulheres, “ah mulheres camponesas, eu vou levantar o braço porque eu sou mulher agricultora, eu sou camponesa, sou do campo, ou da roça tem mulheres da roça. Acredito que seja a mesma coisa.

Então menina, a Marcha, ela é libertadora, mas vamos lá. Mas como aparece a Marcha, a Marcha quando o polo se organiza com comissões, esse polo que eu falei que é treze sindicatos trabalhando agricultora familiar. Trabalhando o projeto de desenvolvimento do campo com as mulheres agricultoras, agricultores familiares como um todo, quando aparece, aparece a agente trabalhando com temas. Aí tem temas do mercado, temas da bio, da agrofloresta que trabalha as plantas. Tem as da criação animal, que trabalha com vários temas, e as mulheres elas estão em todos os temas mas elas precisam de um tema pra elas. Que seja trabalhado e pautado por elas, e refletidos por elas, principalmente a questão da violência contra as mulheres. Então as mulheres começam a ter outros temas também como por exemplo

a saúde, foi criada também uma comissão de mulheres com a saúde, em 2002, o polo é bem mais velhinho ele já tem 25 anos de caminhada, eles vão fazer 25 anos.

Mas assim quando eles vão trabalhar a comissão de mulheres é pra tá, é pra falar o valor da mulher no ao redor de casa. O valor que a mulher tem com a família é o valor que ela tem na produção do próprio alimento. Que ela é a primeira que se preocupa pra plantar, ela é a primeira que se preocupa pra guardar as sementes. Ela é a primeira que se preocupa pra fazer a matrícula dos meninos na escola, ela é a primeira que se preocupa em fazer um chá quando o menino tá doente. Enfim, ela tá ali pra tudo né, pra fazer a matrícula do filho, enfim, a gente trouxe essa comissão porque a gente trabalhava muito nessa época, naquela época tinha muita desnutrição nas crianças muito forte, aí as mulheres começam. Aí já tinha muito forte, a própria medicina em casa, porque seus espaços ao redor de casa era onde plantava suas plantas medicinais. Então teve o primeiro seminário eu lembro lá na época, de plantas medicinais na região, quando a gente juntou as mulheres agricultoras desses municípios que já tinham suas experiências, foi fantástico assim... Porque a gente descobriu, que elas tinham o poder muito forte do conhecimento, mais também da capacidade de produzir esse conhecimento e de repassar.

Então foi feito esse seminário de plantas medicinais, as mulheres já faziam sua multimistura nos seus municípios, um grupo de mulher naquela cidade e tal, pra fazer a multimistura pra ajudar as mães que tinham crianças desnutridas. Elas terem as suas própria vitamina o seu próprio remédio ali. Ali onde elas fazem que é um multimistura que resgatou muitas crianças sabe. Desnutridas, elas começaram a se organizar a partir disso, e aí a gente trouxe elas e a gente percebeu que tinha desafios, pra elas saírem de casa, elas se juntavam ali na comunidade e faziam o trabalho delas. Pra elas saírem de casa, ou tinha que deixar tudo pronto, almoço pronto, água em casa ou fazer num sei o que, ou elas não saíam, porque às vezes os esposos iam trabalhar ou às vezes os esposos não deixavam elas saírem pra reuniões.

Então assim a gente começou a fazer essa reflexão, então quando a gente criou a comissão, foi porque o seguinte também. Quando chegaram as políticas públicas, principalmente das cisternas, da águas, tem o processo de formação porque aí a gente percebeu lá naqueles seminário que as mulheres. São as mulheres que tem o cuidado com a água, o processo da água, essas mulheres que cuidam, que essa água aqui é pro banho que essa daqui é pra cozinhar pra beber, e a partir daí, ela vai distribuindo essa água e economizando, e quando essa políticas públicas chegam.

Aí ela chega dentro do processo de formação porque quem vinha mais eram os homens, aí a gente fica incomodada, cadê as mulheres, cadê as esposas. Aí a gente começa a perguntar pra eles, cadê as esposas de você? Que é importante que elas estejam aí nesse primeiro momento, que elas começam a aparecer nas reuniões pra receber essa cisterna, porque é a reunião de processo de formação. A gente chama de GRH porque, aí ela vai aprender a gerenciar né, por que ela vai ter mais água logicamente ao redor de casa, e aí ela vai poder gerenciar melhor e mais né?! Ai, quando elas começam a aparecer elas, e trazer os exemplos trazer as coisas, as dificuldades como o machismo essas coisas.

E a elas começam a trazer e a gente começa descobrir, então essa comissão ela foi criada pra gente pudesse olhar tanto a riqueza e conhecimento dessas mulheres, quando as dificuldades e desafios

que elas tinham né que ainda tem algumas em relação ao machismo elas não poderem saírem não poderem conversar não poder ir na casa de uma mãe não poderem numa missa, essas coisas assim que as mulheres agricultoras também, assim passavam, agora algumas estão mais libertadas, né, graças essa marcha.

Aí o município de Remígio foi um sindicato lá com uma comissão de mulheres que também era muito forte na época, começou a perceber que era importante dar visibilidade ao trabalho dessas mulheres agricultoras e para da visibilidade teria que fazer um momento no mês de março, que é o mês que é dedicado às mulheres né?! Que hoje os homens têm ciúmes, mas não tem dia de homem não? Não existe dia de homem, dia de homem é todo dia. Tem que ser nosso dia, porque é nosso dia de luta. Então a primeira marcha aconteceu em Remígio, e acabou sendo organizada pelo próprio município, mas elas começaram a fazer o convite pra essa comissão e começou a chegar mulheres de outros municípios. Não em uma quantidade grande, então a primeira Marcha foi realizada mais ou menos com trezentas pessoas, mulheres lá em Remígio. Trezentas, quatrocentas mulheres e daí o Polo que é essa organização dos treze município começa a também pensar numa Marcha mais regional que começar a trazer mais mulheres, exemplo levar mais mulheres de Solânea levar mulheres de outro município pra da mais visibilidade. a sociedade e a imprensa a quem quer que seja pra essas mulheres também levar o grito guerra delas. E assim, foi e assim aconteceu a gente faz um processo preparatório, e a gente faz um processo organizativo e a Marcha é o ano todo não é uma coisa só aquele mês que trabalha. Trabalha o ano todo porque as questões das mulheres estão ali todos os dias batendo nossa porta, e a gente tem que tá se desafiando todos então é importante que a gente perceba dessa forma.

Então eu cheguei na Marcha dessa forma, nesse movimento sindical a gente já tinha feito algumas, alguns momentos de rua ali no tempo da minha mãe, lá no MMTR. A gente já tinha feito um movimento assim nesse sentido, mas não tão forte e não tão aberto como hoje a gente tem esse movimento no território da borborema. Eu cheguei no movimento sindical, mas eu cheguei por essa, por essa comissão de mulheres do polo que a gente tem.

Não, a comissão da mulher do Polo ela é ampliada com todas mulheres e todos os municípios e a comissão, e a coordenação dentro da comissão tem uma coordenação de mulheres que puxa marcha e que organiza com todas. Mas, que tem uma coordenação de mulheres, que a gente trás assim também como fundamental, exemplo se não existe a mulheres da comunidade como se mobilizar. Como que se organizar, com todos os municípios iam fazer o processo de transformação, como que a gente ia acompanhar. Então a coordenação de mulheres tem acompanhado todo esse processo então mesmo que coordenação menor, que trata trabalha apresenta a Marcha e a gente faz arte dessa coordenação da marcha. Então a comissão ela é ampliada bem ampla entendeu? E de agricultoras de liderança comunitárias, e tal, e a coordenação que trabalha e mobiliza que articula e que faz a agenda de informação junto com as outras mulheres. É uma coordenação de lideranças sindicais que está dentro dessa comissão de mulheres.

Hoje nós somos treze municípios, a coordenação de mulheres está com mais ou menos seis ou sete municípios que têm mulheres da coordenação de mulheres, porque todos os municípios fazem parte da comissão que fazem parte e que tratam todos os temas, tema relacionado às mulheres, a mulher, o papel, as plantas os pequenos agricultores, animais, a violência, enfim é mais ou menos assim.

Assim a gente luta pela igualdade social de direito, de espaço de ser quem é, de está onde quiser, de fazer o que quiser. Então a gente, nós da coordenação de mulheres, como um todo, também temos trabalhado essas questões. Porque ainda tá um preconceito muito forte no campo em relação tanto às mulheres negras como às mulheres, né? mulheres lésbicas... Enfim, a gente vive o tempo todo se desafiando, com isso em todos os espaços principalmente no campo. Então a gente tem trazido pra pauta da Marcha esses temas inclusive a gente já trabalhou vários temas assim desafiadores. A gente trabalhou tema assim da negritude né, na Marcha a gente trabalhou o tema é, da relação de gênero a gente trabalhou vários temas que eu não vou lembrar agora.

Mas a gente trabalhou que traga esse papel que traga esse olhar, que as mulheres possam se reconhecer ali naquele espaço e que possam ser valorizadas também né. Independentemente de quem elas sejam, e a gente trouxe em uma das Marchas o tema da diversidade mesmo que foi muito emocionante. Que a gente encontrou várias pessoas do campo, elas se descobriram né assim pra gente, que elas são assim e elas querem ser assim, e são assim e não se sentiam, é tão bem assim, na família. Na própria família e na comunidade por serem quem são então foi muito muito bom. Porque a gente descobriu que muitas mulheres eram, se reconheceram ali, então a gente vem também quebrando os tabus né?!

Mesmo que mulheres rurais, porque quando a gente vai pra uma Marcha não é só as mulheres rurais que estão lá estão as mulheres da cidade também estão lá né. Principalmente onde a marcha acontece, isso pra nós também é importante né?! As mulheres do campo, as mulheres rurais, as mulheres urbanas estarem juntos das mulheres do campo, as mulheres agricultoras então a gente tem trazido esses temas desafiadores mesmo, né. E que tem sido muito bom a gente trazer essa diversidade para esse movimento de mulheres pra que a gente pudesse entender cada vez mais nossa família. As pessoas que estão na nossa sociedade, nessa sociedade racista e machista e preconceituosa, a gente trata esses temas pra dá visibilidade de que as pessoas elas podem ser o que, como elas queiram nessa sociedade. A gente não pode ter essa rejeição com essas pessoas, então a marcha tem trazido essa oportunidade também.

Mulheres negras estão, lgbs é, a gente também a gente tem, porque a gente tem na coordenação mais da juventude tem mulheres que estão lá e estão defendendo né?! E que estão na caminhada e as jovens também se colocam né, então as jovens no movimento sindical, elas se colocam elas têm. É mulheres nesse sentido na coordenação tanto dos jovens como na coordenação de negritude de mulheres né, então aí, nós estamos aí. A juventude já temos né, tem uma lá que está na coordenação da juventude que está lá também. Se colocá la, como lgbt, e a gente respeita a gente acolhe, a gente né. Então isso tá no nosso movimento sindical está na nossa base, então isso aí é fundamental, a gente tem que acolher mesmo. E os homens também, tem jovens que estão lá na coordenação com seu jeito de ser né. Com sua

personalidade, com toda sua inteligência, sabedoria, alegria, então é bom a gente ter que tratar essas pessoas bem né?!

Esse ano agora de 2022, são é a décima terceira. Todas elas são importantes, porque em todas elas nos estamos envolvidas né?! A gente envolve na construção, a gente se envolve no processo de formação, a gente se envolver em tudo né?! A gente se envolve em todos os temas, mas assim, não sei te dizer a qual mais, porque cada uma, a cada ano que se passa a gente trata daquele tema. A gente trás o tema e a gente se sente muito realizada e a gente se sente presente nesse tema né, mas eu acho que a mais marca é a questão da negritude. Porque assim, até nos mesmo que nos temos. Nós tivemos avôs negros até nós nos reconhecemos como pessoas negras. Porque assim nem todo mundo estava se reconhecendo como mulher negra, então tem histórias fantásticas de mulheres que quando a gente trouxe o tema. Se emocionaram choravam, sabe?! Porque eu não estou falando so das mulheres da coordenação não, to falando do processo de formação de mais e mil e poucas mulheres que a gente trás pro processo de formação antecedendo a Marcha.

Em todos esses municípios porque a gente faz esse movimento comunitário em todos os municípios todos os municípios fazem né. A gente tem uma agenda e a gente percebe que muitas mulheres sofrem ainda por serem negras, mulheres do campo principalmente. Porque não é fácil né, vim de uma história aí de escravidão e tudo do não reconhecimento da não oportunidades né, as mulheres vieram ter oportunidade de oitenta e oitenta pra cá, mas a negras vieram ser reconhecidas bem mais prá lá né?! Então isso toca também, foi bem tocante e ainda tá sendo, então.

Eita minha filha, na pandemia a gente aprendeu a fazer muita coisa, primeiro a gente teve que enfrentar o medo de pegar a doença. Medo de não poder fazer essa Marcha medo de tivemos vários medos, mas aprendemos a trabalhar com essa aparelhos aí. Aprendemos a entrar nas reuniões virtuais, aprendemos a fazer as formações virtuais. Meu deus... quanto desafio a gente teve dessa pandemia né?! Mas a gente teve muito aprendizado também a solidariedade foi fantástica assim... Surgiu muito isso, e a gente aprendeu mesmo a trabalhar com esse aparelhinho aí. Virtualmente trabalhar com uma dificuldade enorme porque quem é da zona rural que tem essa herança comunitária as internetes muito ruins na zona rural. E muito ruim mesmo, mas a gente consegue fazer o processo de formação pra realizar uma Marcha. E primeiro foi muito difícil porque as mulheres, todas acostumadas irem pra rua, quando a gente disse olhe a gente não vai mais poder estar.

Não pode, não pode tá presente, e as mulheres a meu deus! O que que vai ser da gente sem ir pra Marcha! E aí a gente fez um processo de formação bem legal e aí a gente conseguiu levar três ou foi quatro comunidade. Pra dentro da Marcha virtual que a gente fez um esforço enorme junto com a juventude. Pra que elas ajudassem também as mulheres do campo rurais. Pra elas entrarem na Marcha também assim elas participavam virtualmente um pouco do processo e aí deu certo né. Algumas comunidades entraram, e levantaram bandeiras e vestiram a camiseta e foi assim bem legal. Mas foi um desafio enorme, é muito ruim a gente não fazer a Marcha na rua. Porque fica faltando muita coisa, teve até o teatro e tudo de forma virtual, mas não é a mesma coisa, não é o mesmo calor, não é aquele negócio

todo. Mas deu certo, a Marcha deu certo, e foi muito bom a gente trabalhar esse momento que a gente vivenciou, teve testemunhos de vida, mulheres que saíram da violência que foram operadas. E isso é bom também a gente conseguiu trazer Lia de Itamaracá mesmo virtual e sem dançar a ciranda, ela conseguiu participar. E foi um processo novo, foi um momento vivenciado novo assim pra gente pras mulheres pra coordenação foi um momento novo desafiador mas a gente conseguiu realizar.

A gente passou um tempo assim em casa, porque assim os sindicatos eles fecharam a porta no início da pandemia das mulheres que fazem parte da coordenação. São lideranças sindicais, são presidente de sindicato secretarias, e aí os sindicatos no início fecharam as portas e por dez quinze dias. E a gente ficou em casa foi muito difícil porque a gente ficou sem saber como organizar como retomar o trabalho pra reorganizar as mulheres e tudo. Mas é a teve muitas perdas de direito tbm que isso afetou um pouco a vida das mulheres. Perda de direitos no sentido é, da das mulheres perderem um pouco do da sua renda por que as feiras agroecológicas. Porque o povo fechou o município lá no início e isso afetou um pouco na renda das pessoas na renda das famílias.

Aos poucos que retomam e aí a gente começa a perceber, só que as mulheres não deixaram de trabalhar não deixaram de se reinventar né, muitas mulheres em casa começaram a fazer outras atividade fazer crochê essas coisas. Ai que o tempo fez o com quem elas fizessem, mas o trabalho das mulheres também a gente fez com que um diagnóstico também no período da pandemia dessas mulheres de forma virtual. A gente mandou um questionário dá sim pra elas responderem ne de forma virtual e a gente percebeu que o trabalho delas triplicou porque assim, as escolas pararam os filhos ficaram em casa os marido muitos perderam os empregos. Então foi bem difícil, o trabalho se triplicou porque as mulheres tinham que ensinar os filhos que entrar nessa rede social também, porque tinha que também os filhos assistirem aula. Então foi isso né um desafio enorme, que tem vários desafios, mas as mulheres são resistentes e elas conseguem ir aprendendo cada vez mais.

Ela começa a voltar ser presencial, mas também a gente tem outra forma de que a quitanda agroecológica, que é um ponto fixo assim semanal que a gente tem conquistado. E que os agricultores conquistaram, em alguns municípios tem essa quitanda. Inclusive Solânea tem essa quitanda, então os agricultores não foram pra feira que ficou fechada por algumas semanas, mas os produtores vieram. Eles vinham pra essa quitanda então eles mandavam ora essa quitanda e também acaba que saindo ne. Não como na feira mas saia alguma coisa, como também um ponto fixo de apoio pra venda desses agricultores, e também teve no município, que algumas mulheres participam que alguns agricultores participam, e eles também fizeram pedidos.

E teve nesse período de pandemia a organização sindical solidariedade pelo movimento teve através da AS-PTA, a compra direta de produtos diretos dos agricultores pra transformar em cestas agroecológicas, pras famílias carentes. Então teve esse processo lindo, que foi feito com todos os cuidados e durante a pandemia, foram feitas várias cestas básicas pras famílias carentes, dentro desses municípios que compõem o polo da borborema, foi muito bom assim, porque os agricultores acabaram

que não perdendo toda sua renda, não perdendo em um canto mas tendo oportunidade, mas também foi importante

Eita, meu deus pra mim... Olha assim, pra mim o mais difícil (pausa risos) como ser humano né, como mulher assim foi ficar sem abraçar, sem chegar perto. Não abraçar meus pais, né? Que a gente teve que parar mesmo não pode chegar perto e também a comunidade se fechou um pouco, a gente celebra, a gente reza. A gente ficou um tempo indo celebrar e rezar, mas sem se abraçar, sem se tocar, junto mais distante, com o distanciamento. E isso pra mim foi desafiador. E quando chegava, lá no sindicato quando ele voltou abrir mesmo com a pandemia, abri só um período da manhã.

Ai que foi difícil, quando os senhores, as velhinhas chegam lá e a gente não pode abraçar, nem dizer eita, ai nossa senhora isso foi muito difícil pra mim. Aí as dificuldades aqui em casa não foram tantas, mesmo com o sindicato fechado a gente conseguiu ainda receber as nossas contribuições, mas o mais difícil que a gente passou foi no começo lá, quando a gente chegava no supermercado e faltava alimento assim. Ah tem isso e isso e isso o mercado, mas não tem isso e isso. Então a gente nossa, a gente passou dois ou três meses sem comprar o necessário, porque assim o mercado não tinha. Quando começou aquela onda, vai faltar alimento, vai faltar num sei o que o povo parece, os ricos iam lá e comprava tudo, e deixava os menores sem nada sem muita coisa.

E o mais difícil também é que aconteceu muita coisa nessa pandemia que tudo aumentou né, aí tudo aumenta o feijão aumenta a energia aumenta, tudo aumenta isso é desafiador. Um salário desse tamanho, e as coisas aumentam assim multiplicam muito, e a seca também foi muito pesada, na nossa região, a seca foi muito pesada eu por exemplo que passei vários anos sem comprar água sem comprar água pra colocar na minha cisterna do meu passado né, até agora eu comprei dois caminhões de água, então isso é um desafio, e dificuldades que a gente passa, entendeu? Por conta da seca também!

Na verdade, no movimento tem mais católicas, né. É a religião mais católica, no movimento das mulheres principalmente as mulheres agricultoras. Mas também tem, tem crente tem pessoas que estão na crença, tem pessoas que não é nem católico nem crente mas também acredita tem esperanças né?! E é isso tem uma mistura de religiões, mas são mais pessoas católicas porque são mais mulheres agricultoras, liderança de comunidade catequistas, né. Tem uma misturada.

De indígenas a gente não tem no nosso movimento. Temos mulheres, se bem que tem as mulheres negras que gostam de fazer reza de terreiro essas coisas né, que isso é importante também, que a gente acha bonito. Mas a maioria são católicas mesmo, tem assim muitas catequistas e faz muitas, tem celebrações da palavra, tem os momentos dos terços marianos, tem essas coisas assim é um povo que carrega muita reza nos corações.

A gente já teve um primeiro momento assim, de reunião com essas mulheres depois que nós voltamos, voltamos presencial, nós também vem voltando o presencial aos poucos, né. Então a gente já teve um momento com a coordenação de mulheres e a gente, jpa se planejou, então tem um tema que tá sendo muito forte nessa nossa região, que tá assolando o território, que é a questão das energias eólicas.

E pra nós não é que gente é contra a energia eólica renovável, a gente é contra os parques, a construção de parques, porque isso vai, vai levar o pouco, vai levar muito dessa nossa agricultura familiares.

Vai levar muito do nosso meio ambiente, e é muita coisa que é desafiador. Porque aí a gente teve experiência, na região do Pernambuco nesse meio todo aí. Onde tem parque eólicos, que não trás benefícios aos agricultores, trazem malefícios. Então aqui no nosso território em Solânea, em Areial, Montadas. Já está passando aí uma linha, como é que chama? É uma linha aí do governo que eles chamam pra vê onde é que vai. E aí a gente tem um desafio, nós da comissão de mulheres estamos preocupadas novamente né, com a agroecologia. Com o meio ambiente, das famílias, da vida das famílias, a gente vai nessa Marcha, levantar essa bandeira é, de sermos mulheres, como é meu deus. As mulheres contra os parques e eólicos. A Marcha pela vida das Mulheres e Pela Agroecologia, contra os parques eólicos.

Então a gente vai ter que, é um desafio está em um ano político né, a gente tem vários desafios esse ano, é um ano político é um ano de muita luta e a gente tem a necessidade e a gente acha necessário ir pra rua. Mas aí vem essa questão toda de, a gente já tinha dito que vai ser presencial, mas realmente, Mas se reunir novamente para definir se realmente vai ter como ser presencial ou não né, ou se vai ser virtual mais um ano.

Mas é isso né um ano desafiador, a gente não pode parar, a gente já está preparando os processos de formação nos municípios, mesmo que sejam virtual mas a gente precisa preparar trabalhar para falar dos temas com essas mulheres ou com a comunidade, ou lá onde elas estão ou virtual ou virtual, a gente não... A gente já sabe que com essas reunião que a gente faz nos processo de formação seja presencial porque a gente junta vinte mulheres porque se for num espaço grande dá pra fazer o distanciamento e aí já da pra ir fazendo. Mas está parado, mas a gente já está se movimento porque a gente trabalha com as lideranças sindicais traz o tema também com a juventude a gente vai se mobilizando.

Olha assim, pra nós foi um retrocesso enorme né, pra nós foi um retrocesso muito grande porque a nossa luta pelas políticas públicas de direitos a gente perdeu. Perdão a secretária nacional de mulheres que a gente tava lá se dialogando, se mobilizando através da ANA né. Através de outros meios e outras entidades lá e a gente perdeu isso, então já foi uma queda enorme e a gente sabe a desestruturação na questão das, das, delegacias de mulheres, tem uma queda enorme nisso e as mulheres estão né. No aumento do feminicídio com esse desgoverno aumentou assim, assim. Nossa a gente diz assim, “nossa está acontecendo isso mesmo” diante de uma luta grande que a gente faz de tudo. Que a gente pensa e dialoga com toda a sociedade e está acontecendo isso, e então a gente pensa que foi um retrocesso muito grande. O machismo aumentou a violência, multiplicou, sei lá.

Isso sobressai sobre nós mulheres principalmente nos que não pode ficar calada né, a gente não cala mesmo. Então isso foi um retrocesso enorme, então a gente perdeu muito isso nas políticas públicas e perdeu. A gente perdeu os planos e os projetos do Minha casa, Minha vida, a gente perde os programas sociais, e a gente perdeu tudo, a gente perde as políticas públicas de cisternas, então assim pra nós foi

uma queda enorme, a gente precisa se reerguer nesse momento né, que agora é hora, ou muda ou a gente vai cada vez mais sendo afogada.

Mesmo que a gente esteja lá levantando nossa voz, levantando nossa bandeira, mas é a sociedade brasileira que precisa fazer né, precisa acordar, precisa fazer a leitura dessa política nacional, e acordar e seguir em frente porque não é fácil, não é fácil. Pra gente levantar a bandeira do nosso velho, e seguir...

O desafio tá aí, a gente faz uma luta diária, porque a gente fala todos os dias e a gente ainda percebe isso a gente percebe, isso. A gente pensa nossa se fosse um rico apoiando esse, essa direita do país tudo bem, porque eles já nasceram em berço de ouro cresceram aí tendo suas coisas e tal. A gente até ainda aceita, mas quando é uma pessoa que subiu assim na vida com as políticas públicas sofreram na vida, subiu alcançou chegou, e assim ainda apoiar, e apoiar, e tenho gente na minha família que apoia isso, vizinhos meus que apoia isso, pra gente isso é muito ruim isso é péssimo.

Porque a gente tá aí lutando por direito daquela criatura, tô falando do agricultor né, e da agricultora e criatura não se auto se reconhecer rapaz, a pessoa ainda vê isso no campo, tem pessoas alienadas à direita e são pobre. Assim pobre é o djabo né, mas assim a pessoa que cresceram com as políticas públicas que a gente fez a luta. E teve o governo né, o governo que reconheceu esse direito. Mas as pessoas infelizmente... Aí veio aí um auxílio de 600 reais que parece que foi tudo aí pra pessoa, e elas não olham essas políticas públicas que tiveram, não olham essa cisterna que tem ao redor de casa, sabe. Pra gente, é desafio viu, é uma luta constante, a gente precisa tá nessa luta.

É isso que eu digo a tu, eu não sou uma mulher de ler, mas seu fosse mulher de ler eu sabia muito mais coisas. Mas infelizmente eu não tenho essa habilidade em leitura, inclusive eu to com muita curiosidade e com vontade de ler o livro que Lula escreveu. E já até ganhei ele na minha mão e já perdi num sorteio numa brincadeira, chega chorei. Mas disse que eu vou receber outro. Aquele livro eu tenho vontade de ler, porque eu acho que assim deve tá uma história toda assim do Brasil, todo um contexto. Mas essas teorias aí que tu fala eu não sou habilitada pra te responder não.

Esse ecofeminismo é que a gente não pode calar, a gente tem que ecoar essas vozes e continuar fazendo acontecer. Se nós mulheres não corremos atrás para não levantar nossas bandeiras, não defender nós mesmas, aí não tem. Quem é que vai nos defender? Nós precisamos mesmo ecoar essa voz feminista. Que estão no campo, que está na universidade, que está na cidade que está em qualquer lugar que esteja, é importante fazer essa voz ecoar.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

MULHERES DE HISTÓRIA, MULHERES DE MEMÓRIA: O PROTAGONISMO SOCIOHISTÓRICO DA MARCHA PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA

Com objetivo de conhecer a história da Marcha, assim como a atuação das mulheres rurais no cenário sócio-histórico na Paraíba, essa entrevista tem a finalidade de perceber as memórias históricas, além das escrituras, e dos traços culturais que se manifestam no movimento de Marcha.

Questionário:

- 01 - Gostaria que você se apresentasse, falando um pouco da sua trajetória, no que você trabalha, suas atuações?
- 02 - Como você conheceu a Agroecologia?
- 03 - E *pra* você, o que é a Agroecologia?
- 04 - Onde a Agroecologia e a vida das mulheres se encontram?
- 05 - Você se considera uma mulher rural? Você vê alguma diferença no cenário urbano para o rural em relação aos direitos das mulheres?
- 06 - Você vê alguma diferença nos termos, mulheres rurais, mulheres camponesas, mulheres do campo?
- 07 - Como surge a Marcha pela vida das Mulheres e pela Agroecologia na sua vida?
- 08 - Você poderia contar um pouco sobre a organização da Marcha, como se dá a reunião dessas mulheres?
- 09 - Há espaço de discussão na Marcha sobre os diferentes tipos de mulheres, como é o caso das mulheres negras, mulheres LGBTQIA+ e de outras etnias?
- 10 - Que ação você poderia citar sobre a integração dessas mulheres na marcha?
- 11 - Qual edição você gostaria de destacar?
- 12 - Qual a importância da Marcha para a vida das mulheres?
- 13 - Quais impactos da pandemia na Marcha você poderia destacar?
- 14 - Como você vê os impactos da Pandemia na vida da mulher rural?
- 15 - Você já ouviu falar da Teoria Decolonial? (se sim, converse sobre) (se não apresentação da Teoria)
- 16 - E sobre o Ecofeminismo, você conhece alguma coisa sobre? Você acha que a marcha se encaixa nessa vertente?
- 17 - Você já ouviu falar na Conceição Evaristo, ou no termo escritura?
- 18 - Você vê a marcha como um patrimônio das mulheres rurais?
- 19 - Quais são os planos pro futuro para a Marcha, entendendo a atual situação social do Brasil, ainda enfrentando outro estágio da pandemia?